UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

LEANDRO HENRIQUE DA SILVA

A DINÂMICA DA DIVISÃO INTERNACIONAL E TERRITORIAL DO
TRABALHO: o exemplo de São Bernardo do Campo - SP

São Paulo
2012

LEANDRO HENRIQUE DA SILVA

A DINÂMICA DA DIVISÃO INTERNACIONAL E TERRITORIAL DO
TRABALHO: O exemplo de São Bernardo do Campo - SP

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Geografia Humana

Orientadora: Professora Titular Doutora Maria Adélia Aparecida de Souza.

São Paulo
2012

DEDICATÓRIA

A todos que seguem um
caminho, buscam a verdade, e
valorizam a vida.

AGRADECIMENTOS

À professora Maria Adélia Aparecida de Souza pelos ricos ensinamentos sobre o mundo, os homens, enfim, uma referência de vida intelectual.

A todos os amigos, próximos ou distantes, novos ou velhos.

À Lizandra Pirin, obrigado.

Aos meus pais.

"O homem é o único animal cuja existência é um
problema que ele tem que resolver."
(Erich Fromm)

RESUMO

SILVA, Leandro Henrique da. A dinâmica da divisão internacional e territorial do trabalho: O exemplo de São Bernardo do Campo - SP. 2012. 182f. Dissertação (Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

O objetivo principal desta dissertação consiste no conhecimento das desigualdades socioespaciais de São Bernardo do Campo desencadeadas pelo processo de divisão internacional e territorial do trabalho. As desigualdades sociais e territoriais visíveis na paisagem desse município localizado na Região Metropolitana de São Paulo constituíram a razão motivadora para investigar como ocorreu o processo de especialização geográfica das atividades ligadas à presença de indústrias automobilísticas e quais benefícios essa divisão territorial do trabalho trouxe a maioria da população. O método pelo qual a realidade foi reconstituída teve como base o espaço geográfico, isto é, uma indissociabilidade contraditória entre sistemas de objetos e sistemas de ações. A partir disso, formou-se um sistema de conceitos concebido pelas categorias de análise, como: divisão do trabalho, território usado, técnicas, normas e as relações entre o mundo e os lugares, juntamente com os novos recortes territoriais baseados nas verticalidades e horizontalidades a fim de analisar como os eventos presentes no mundo se relacionam com os lugares. Nesse sentido, o processo de divisão internacional do trabalho, conhecido como a repartição dos recursos no planeta, serviu de ferramenta analítica para reconhecer como as intencionalidades de empresas de origem global atuam na formação da divisão territorial do trabalho ligadas a lógicas privadas. A instalação de empresas como: Volkswagen, Toyota, Scania, dentre outras em São Bernardo do Campo, representaram o mundo diretamente em pontos do território brasileiro. Desse modo, foi possível revelar usos desiguais do território pelas empresas, sobretudo multinacionais do setor automobilístico, em relação ao conjunto da população. Tal processo figurou como a raiz das desigualdades socioespaciais, em que a fragmentação e a seletividade territorial atenderam e continuam a oferecer privilégios a empresas e instituições. Com a análise dos tipos de uso do território pela divisão internacional e territorial do trabalho em São Bernardo do Campo foi possível visualizar um novo meio geográfico em pleno processo de transformação. A competitividade entre empresas, a desvalorização do trabalho, com subutilização da mão de obra, além de novas formas de produção, justificaria um novo campo de estudos da Geografia intitulado: geografia do trabalho. Entretanto, para confrontar esse novo campo de estudos foi proposto a investigação da realidade através da expressão territorial do trabalho. O uso do território, portanto, pelo mundo do trabalho consistiu no recurso de método dessa pesquisa em contraposição a geografias particulares.

Palavras-chave: Divisão do trabalho. Modernizações. Território usado.

ABSTRACT

SILVA, Leandro Henrique da., The dynamics of international and territorial division of labor: the case of São Bernardo do Campo - SP. 2012. 182f. Dissertação (Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

The main objective of this dissertation is the knowledge of socio-spatial inequalities in São Bernardo do Campo triggered by the process of territorial and international division of labor. The social and territorial inequalities visible in the landscape of this town in the Metropolitan Region of São Paulo were the motivating reason to investigate how the process of geographical specialization of activities occurred linked to the presence of automobile and what benefits this territorial division of labor brought most of population. The method by which reality was reconstituted was based on the geographical space centered in their systems of objects and actions. From there, formed a system of concepts designed by categories of analysis, such as division of labor, used territory, techniques, regulations and relations between the world and the places along with new territorial clippings based on horizontal and vertical organization of regional spaces in order to analyze how these events relate to the world everywhere. In this sense, the process of international division of labor, known as the allocation of resources on the planet, served as the analytical tool to recognize as the original intentions of global companies operating in the formation of the territorial division of labor linked to logical private. Installation of companies such as Volkswagen, Toyota, Scania, and others in São Bernardo do Campo, represented the world directly in points of Brazil. Thus, it was possible to reveal uneven uses of the territory by companies, especially multinationals in the automotive sector, in relation to the majority population. This process figured as the root of socio-spatial inequalities in the territorial fragmentation and selectivity met and continue to offer privileges to companies and institutions. With the analysis of the types of uses of the territory by the international division of labor in Sao Bernardo do Campo was possible to visualize a new geographical environment in the process of transformation. The competitiveness between enterprises, the devaluation of labor, with underutilization of labor, and new forms of production, would justify a new field of study Geography titled: geography of labor. However, the result came together to confront the theoretical use of the territory represented by the world of work as opposed to particular geographies..

Keywords: Division of labor. Modernizations. Territory used.

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 – Município de São Bernardo do Campo. Divisão por Bairros. 2011.....	11
Mapa 02 – Brasil. Aglomerados subnormais, 2010.	31
Mapa 03 – São Bernardo do Campo. Presença de aglomerados subnormais, 2010.	33
Mapa 04 – Região Metropolitana de São Paulo. Descolamentos populacionais em municípios selecionados (fluxos > 3.000 e < 10.000). 2000.....	72
Mapa 05 – São Bernardo do Campo. População residente, 2010.	73
Mapa 06 – São Bernardo do Campo. Relação entre pessoas com rendimentos de até 2 salários e pessoas com rendimentos de 3 a 5 salários mínimos.....	76
Mapa 07 – São Bernardo do Campo. Principais vias de acesso, 2010.....	83
Mapa 08 – São Bernardo do Campo. Valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas de 10 ou mais de idade (com e sem rendimento), 2010.	133
Mapa 09 – São Bernardo do Campo. Principais países de destino das exportações (em US\$ FOB) jan/set. 2012.	137
Mapa 10 – São Bernardo do Campo. Principais países de origem das Importações (em US\$ FOB) jan/set. 2012.	138
Mapa 11 – São Bernardo do Campo. Relação entre Exportações e Importações (em US\$ FOB) jan/set. 2012.	139
Mapa 12 –São Bernardo do Campo. Domicílios particulares permanentes com moradia adequada – Existe esgoto a céu aberto – 2010.	142
Mapa 13 – São Bernardo do Campo. Domicílios particulares permanentes com moradia adequada – Não existe iluminação pública, 2010.	144

LISTA DE FOTOS

Foto 01 – São Bernardo do Campo. Trevo km 23,5 da Rodovia Anchieta, 1953.....	81
Foto 02 - São Bernardo do Campo. Vista da antiga Vila das Paineiras, formada a partir de um acampamento do DER, década de 1980.	94
Foto 03 - São Bernardo do Campo. Bairro Montanhão, Vila Sabesp – Km 26,5 da Rodovia Anchieta.	116
Foto 04 – São Bernardo do Campo. Vista centro da antiga Vila de São Bernardo, 1920.	141

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – São Bernardo do Campo. Vista aérea do município. 1940.	85
Figura 02 – São Bernardo do Campo. Planta cadastral da antiga “Villa de São Bernardo”. 1902.	86
Figura 03 – São Bernardo do Campo. Evolução da mancha urbana por décadas, (1948 – 2010).	97
Figura 04: São Bernardo do Campo. Terreno doado a Empresa Scania, 2011.	108

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – São Bernardo do Campo. Composição do Produto Interno Bruto por setores de atividades. 2007.....	135
Gráfico 02 - São Bernardo do Campo. Distribuição dos domicílios particulares permanentes, por classes de rendimento nominal mensal per capita, 2010.	Erro!
Indicador não definido.	

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – São Bernardo do Campo. Unidades locais e pessoal ocupado total por divisão da classificação de atividades (CNAE 2.0), 2010.....	20
Tabela 02 – Brasil. População residente em aglomerados subnormais, 2010.....	32
Tabela 03 – São Bernardo do Campo. Domicílios particulares ocupados total e em aglomerados subnormais, 2010.	32
Tabela 04 – São Bernardo do Campo. Posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal. 2010.	74
Tabela 05 – São Bernardo do Campo. Domicílios particulares permanentes, por classes de rendimento nominal mensal domiciliar per capita, 2010.....	75
Tabela 06 – São Bernardo do Campo. População residente total e taxa de crescimento anual (%) – 1950-2010.....	98
Tabela 07 – São Bernardo do Campo. População residente por naturalidade em relação ao município e a unidade da federação. 2010.....	99
Tabela 08 – São Bernardo do Campo. Empresas beneficiadas pela Lei de Incentivo Fiscal Seletivo, 2009-2012.	110
Tabela 09 - São Bernardo do Campo. Evolução da população residente em favelas, 1991-2010.	116
Tabela 10 – São Bernardo do Campo. Pessoas de 10 anos ou mais por setor de atividades (%). 1950-1970	126
Tabela 11 – São Bernardo do Campo. Emprego formal e Pessoas de 10 anos ou mais ocupadas por setor de atividade (%). 2010.	127
Tabela 12 – São Bernardo do Campo. Principais ocupações, média salarial, saldos positivos e negativos no setor de serviços. 2007-2012.	128
Tabela 13 – São Bernardo do Campo. Principais ocupações, média salarial, saldos positivos e negativos no setor da indústria. 2007-2012.....	129
Tabela 14 – São Bernardo do Campo. Principais ocupações, média salarial, saldos positivos e negativos no setor do comércio. 2007-2012.....	130
Tabela 15 – São Bernardo do Campo. Faixa de pessoal ocupado e número de empresas. 2006.....	136

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Análise espaço-temporal dos períodos históricos	62
Quadro 02 – Brasil e região do ABC. Principais empresas e instituições, 1930-1955.	88
Quadro 03 - São Bernardo do Campo. Instalação das principais empresas automobilísticas a partir de 1950.....	92

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

ABC	Cidades de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul, como parte da Região Metropolitana de São Paulo
BIRD	Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DER	Departamento de Estradas de Rodagem
DIT	Divisão Internacional do Trabalho
FMI	Fundo Monetário Internacional
IAPÍ	Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPTU	Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbano
JK	Juscelino Kubitschek
MP	Medida provisória
MTCI	Meio-técnico-científico-informacional
NRA	Novo Regime Automotriz
RMSP	Região Metropolitana de São Paulo
SBC	São Bernardo do Campo

ÍNDICE

DEDICATÓRIA.....	III
AGRADECIMENTOS	IV
RESUMO.....	VI
ABSTRACT	VII
LISTA DE MAPAS.....	VIII
LISTA DE FOTOS.....	IX
LISTA DE FIGURAS	X
LISTA DE GRÁFICOS.....	XI
LISTA DE TABELAS	XII
LISTA DE QUADROS	XIII
LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS	XIV
 INTRODUÇÃO	 1
 CAPÍTULO 1: O USO DO TERRITÓRIO PELO MUNDO DO TRABALHO	 6
Geografias particulares de um território uno e diverso.....	7
Um mundo novo a ser descoberto nos lugares	12
Um novo campo de estudos para a geografia?.....	15
A referência anglo-saxônica da geografia do trabalho	16
As controvérsias da temática do trabalho no pensamento geográfico brasileiro	34
 CAPÍTULO 2: A DIVISÃO DO TRABALHO COMO MOTOR DA DIFERENCIAÇÃO ESPACIAL.....	 43
A divisão do trabalho e sua interpretação geográfica	44
A divisão internacional e territorial do trabalho: entre verticalidades e horizontalidades	50
 CAPÍTULO 3: O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO COMO FUNDAMENTO DAS DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS	 57
As modernizações como sucessão histórica	58
As modernizações como desordens territoriais simultâneas.....	63
O uso desigual do território	65

CAPÍTULO 4: AS MODERNIZAÇÕES TERRITORIAIS EM SÃO BERNARDO DO CAMPO	69
Um território complexo, desigual e fragmentado	71
A inserção de São Bernardo do Campo na divisão internacional e territorial do trabalho	77
As transformações na configuração territorial.....	81
O uso do território pelas multinacionais: o contexto político e o entorno	86
O uso fragmentado do território	91
 CAPÍTULO 5: A ALIENAÇÃO DO TERRITÓRIO: ENTRE A POLÍTICA DAS EMPRESAS E A PROBLEMÁTICA SOCIAL.....	102
Ações normativas como elementos das desordens socioespaciais.....	104
A alienação do território em São Bernardo do Campo	105
O uso corporativo do território	113
 CAPÍTULO 6: A DIVISÃO INTERNACIONAL E TERRITORIAL EM SÃO BERNARDO DO CAMPO.....	123
A divisão internacional do trabalho como processo territorial objetivo	124
Da metáfora da cidade do automóvel a catedrais no deserto: a persistência das desigualdades socioespaciais	125
Os limites da divisão do trabalho: especialização geográfica ou o mundo da variedade?	134
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	147
 REFERÊNCIAS bibliográficas.....	151
 ANEXOS	160
ANEXO A – Histórico de solicitações sobre Lei de incentivos fiscais.....	161

INTRODUÇÃO

A interpretação geográfica de um processo, tal como a formação de uma paisagem industrial, agrícola ou a distribuição da população em um dado território, constitui - para a grande maioria dos cientistas sociais - especialmente aos geógrafos, a reunião de diversas fontes documentais.

E mais do que isso, deve haver a preocupação global com todos os fios da trama de uma determinada situação relativa ao espaço humano. Entretanto, como ressaltou Pierre George (1972), recorrer a diversas fontes não significa tomar partido em seus objetivos, mas sim elaborar os seus próprios e situá-los no conjunto da ciência.

O ponto de partida pretendido nesta dissertação, em sua busca do entendimento das contradições da realidade, de seu movimento em permanente transformação assenta-se sobre o espaço geográfico. Reproduzi-lo teoricamente, a partir da ideia de KOSIK (1976), também é decompô-lo, buscar sua estrutura a fim de compreender sua evolução e dinâmica.

Os princípios elaborados por Santos (2008) em relação à definição do objeto da geografia, isto é, do espaço geográfico como sistema indissociável e contraditório de objetos e ações, procuram demonstrar através da totalidade a atual complexidade do mundo. Este foi o ponto de partida desta dissertação.

Essa complexidade observada através da paisagem foi a primeira razão motivadora de realizar uma pesquisa que envolvesse o município de São Bernardo do Campo, localizado na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP).

Nas observações cotidianas durante o trajeto ao trabalho, ou em direção ao litoral pela rodovia Anchieta, a evidência das desigualdades existentes na chamada “cidade do automóvel”, não se restringiam apenas aos aspectos econômicos, mas sim envolvia seu território de maneira específica.

Isso porque em São Bernardo do Campo há o convívio de grandes empresas estrangeiras, de um lado, e uma população extremamente densa e diferenciada social e territorialmente, de outro.

A tarefa de constatar como geógrafo os problemas comuns das cidades brasileiras e as particularidades assumidas nesse município foi levada em consideração inicialmente com o estudo da paisagem.

Esse senso primário, a partir da observação, permite colocar em

evidência o convívio desigual entre a maioria da população e as grandes empresas multinacionais.

Esse exame preliminar não seria completo se não fosse fruto do cotejamento dos processos em nível nacional e mundial que esse município periférico da RMSP acolheu intencionalmente ao longo da história.

Nesse contexto, algumas questões iniciais suscitaram conhecer as razões de o município de São Bernardo do Campo ser escolhido como polo industrial automobilístico, e mais do que isso: como se efetivou essa especialização geográfica do trabalho? E como o território se caracteriza no período atual após décadas de acolhimento de uma repartição do trabalho ditadas por agentes exógenos? E quais benefícios ou custos essas ações trouxeram para a maioria da população?

O tratamento científico das questões citadas através da Geografia em relação a essa evolução histórica, cujo resultado é uma paisagem notadamente marcada pelo passado industrial e pelo comando externo de sua política, indica que as relações entre seus elementos devem ser objeto privilegiado de análise.

Com isso, não se trata de iniciar uma pesquisa especificamente sobre São Bernardo do Campo, uma vez que outras cidades do Brasil e do mundo, da mesma forma, mantêm empresas multinacionais em seu território.

De fato, uma das características do período histórico atual está relacionada à difusão de filiais de empresas estrangeiras pelo mundo¹. Há, portanto, um processo de divisão internacional do trabalho (DIT) muito mais acentuado do que no passado, logo, mais complexo devido às inúmeras variáveis disponíveis à análise.

Essas empresas são capazes, graças aos avanços técnicos a partir do pós - Segunda Guerra Mundial, de dividir seu processo produtivo entre aqueles países que ofereçam melhores condições ao aumento de sua lucratividade de forma interligada pelo globo.

Disso decorre que a mera descrição da paisagem não seria suficiente para mostrar como São Bernardo do Campo, ou qualquer outra localidade, fora inserida nesta repartição territorial do trabalho guiada pela lógica do capitalismo

¹ Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT) existem mais de 50 mil empresas multinacionais no mundo com 450 mil filiais espalhadas por diversos países, empregando mais de 200 milhões de pessoas (OIT, 2006).

monopolista.

E, ao mesmo tempo, permitir conhecer como a maioria da população tem usado esse mesmo território como base da vida, quando inúmeras transformações territoriais ocorreram, após a vinda, dentre outras, de uma empresa automobilística alemã em meados da década de 1950: a Volkswagen.

A partir disso, o conhecimento das desigualdades socioespaciais de São Bernardo do Campo desencadeadas pelo processo de divisão internacional e territorial do trabalho consiste no objetivo principal desta dissertação.

Uma desigualdade que é inerente ao sistema capitalista, mas que se expressa no território a partir de usos diferenciados. De um lado, há determinadas áreas dotadas de alta densidade técnica e serviços das grandes empresas globalizadas, por outro, inúmeros pobres com carências de toda ordem coexistindo através de gerações em uma sociedade desigual.

Para tanto, tal relação somente pode ser atingida com um quadro teórico dinâmico. Desse modo, a abordagem a ser construída a fim de se conhecer como o processo de divisão internacional e territorial do trabalho interfere nas desigualdades socioespaciais, envolve a explicitação, no plano teórico, das categorias interligadas do processo de diferenciação espacial.

Consequentemente, para o desenvolvimento dessas reflexões, esta dissertação de Mestrado foi organizada em seis capítulos, além desta introdução e das considerações finais.

O capítulo 1: *O uso do território pelo mundo do trabalho*, inicia a pesquisa com o Estado da Arte de diversos textos da literatura geográfica que estudam as transformações do mundo do trabalho pela geografia ou aquelas que se autointitularam: geografias do trabalho. Preocupa-se, sobretudo, com os pressupostos ou sistemas de conceitos em que se estruturam na interpretação das instabilidades do território.

O capítulo 2: *A divisão do trabalho como motor da diferenciação espacial*, revelará como a divisão do trabalho pode ser uma ferramenta teórica fundamental na interpretação geográfica daquele convívio desigual entre agentes externos e internos.

Essa categoria de análise, quando associada ao espaço geográfico, pode revelar como o processo de totalidade é cindido através da repartição do trabalho no mundo. Aliás, a indissociação entre o conceito de trabalho e espaço geográfico será

fundamental para mostrar como que as ações humanas levam, inevitavelmente, a criações de objetos geográficos.

Essa fragmentação do processo de trabalho em escala planetária expressa pela especialização geográfica das atividades mostrará tipos de usos do território, além dos novos recortes territoriais fruto da maneira pela qual o país recebe, internaliza ou modifica as modernizações.

O capítulo 3: *O processo de modernização como fundamento das desigualdades socioespaciais*, analisará as desigualdades presentes no mundo, particularmente nos países subdesenvolvidos, como provenientes de usos distintos dos sistemas técnicos e sistemas de ações. O processo de modernização, isto é, a incorporação, grosso modo, das inovações pelos territórios e visíveis nas paisagens, seja do campo ou da cidade, cumpre um papel fundamental na manutenção de uma divisão desigual entre países.

Será possível relacionar, assim, as variáveis modernas ao processo de divisão internacional do trabalho pelas formas manifestadas na organização espacial. Para investigar esse vínculo entre os fatores externos e internos, o território e a modernização, esse último processo será exposto em linhas gerais, pois permite complementar a exposição dos problemas representados pela crescente dissociação geográfica das atividades pelo mundo.

É fato que o aumento da circulação e, paralelamente, das especializações produtivas dependem das qualidades técnicas incorporadas ao território. Elas facilitam ou restringem as ações das empresas na era da competitividade, com destaque, sobretudo, as grandes corporações.

A partir desses usos privilegiados do território, o capítulo 3: *As modernizações territoriais em São Bernardo do Campo*, procurará evidenciar empiricamente, como ocorreu a inserção desse ponto do território brasileiro na divisão internacional do trabalho, a partir da especialização produtiva da indústria automobilística. Dessa forma, recorrer à história será o ponto de partida para avaliar como a configuração territorial foi preparada para receber as variáveis externas que modificariam suas formas e funções de uma maneira sem precedentes.

E, além disso, mostrará como o jogo político permitiu a instalação de grandes empresas em São Bernardo do Campo e quais benefícios esses eventos trouxeram a maioria da população.

Com um território fragmentado, o capítulo 4: *A alienação do território*:

entre as políticas das empresas e a problemática social, fará o resgate das ações políticas das empresas e do Estado conjugado a todo o arsenal normativo, a fim de promover uma verdadeira alienação do território, tendo como base as isenções de toda ordem com o objetivo de garantir um uso corporativo do território entre poucos agentes.

Finalmente, o capítulo 6, *A divisão internacional e territorial do trabalho em São Bernardo do Campo*, realizará a síntese do resultado de usos privilegiados do território para revelar o aprofundamento das desigualdades socioespaciais no município de São Bernardo do Campo a partir de sua inserção na divisão internacional do trabalho.

CAPÍTULO 1: O USO DO TERRITÓRIO PELO MUNDO DO TRABALHO

“As condições ‘geográficas’ são, indubitavelmente,
condições sociais, porém de um tipo particular”.

(Milton Santos, *O Espaço do cidadão*, 1988.)

Geografias particulares de um território uno e diverso

Max Sorre, em seu livro: *O Homem na Terra*, da década de 1960, já alertava aos geógrafos para jamais esquecerem a profunda unidade do homem, em todos os seus atos e em suas contradições. Reconhecer essa unidade significaria eliminar o falso e desagradável problema das geografias particulares.

As contradições, nesta dissertação, referem-se a presença das desigualdades socioespaciais no território e constituem o problema de pesquisa a ser explorado pela Geografia. Desse modo, o desenvolvimento dessa pesquisa privilegiará algumas categorias e elementos de análise, a saber: a divisão do trabalho, o território usado, as técnicas, as normas e as relações entre o mundo e os lugares, dentre outros, a fim de investigar o processo de divisão internacional do trabalho e de seus efeitos expressos em uma divisão territorial do trabalho.

Os esforços de Sorre pela busca daquela unidade na geografia se inserem em uma tradição de pesquisa, notadamente francesa, com Paul Vidal de La Blache, grosso modo, como o seu principal representante.

Do conceito de gênero de vida, o aperfeiçoamento do método revelou o problema das relações do homem com o meio-técnico, ao mesmo tempo em que o homem fora submetido a esse meio, em um jogo de ações recíproco. (SORRE, 1962).

Essa dissertação, da mesma forma, se insere em uma tradição de pesquisa baseada na obra do geógrafo Milton Santos. Isso foi possível por um método erigido a partir do espaço geográfico, ou seja, um conceito definido pela contraditória indissociabilidade entre sistemas de objetos e ações. Trata-se do objeto de estudo da Geografia, mas essa definição não pressupõe um dogma, mas sim permite seu aprofundamento, sua redefinição ou mesmo sua refutação perante a realidade.

O que se busca com a reformulação conceitual do espaço geográfico, baseada em Santos (2008; 2002), é a possibilidade de permitir a análise e a síntese da inteligibilidade do mundo com a ciência geográfica. As desigualdades a serem levadas em conta são aquelas, grosso modo, derivadas da proposta desse autor e

traduzidas em usos distintos do território, isto é, as relações entre os homens e sua materialidade, aos usos econômicos, políticos, sociais, territoriais privilegiados em favor de poucos agentes existentes na sociedade em detrimento da maioria da população.

Esse ponto de partida servirá para pontuar a teoria e circunscrever o problema tratado com maior acuidade. Nesse caso, os ensinamentos de Pierre George foram fundamentais, uma vez que, em suas palavras (1969, p.8) “[...] deve haver uma definição de geografia, uma situação de fato em algum momento, um ponto de partida”.

Uma vez traçado essas bases para a investigação das desigualdades socioespaciais, o nível epistemológico, por exemplo, centrou suas preocupações pela não separação ontológica entre natureza e sociedade, humanos e não-humanos, um tema caro a crítica da modernidade. Entre diversos autores, o pensador Bruno Latour (1994) foi o principal teórico desse esquema de pensamento a partir dos híbridos ou quase-objetos a contribuir neste estudo monográfico.

Isso foi necessário devido a definição do espaço geográfico não admitir a separação entre objetos, de um lado, e ações humanas, de outro. Essa clivagem entre o natural e o social atribuído aos teóricos modernos constitui o tema sobre o qual Latour (idem) propõe romper. Esse autor busca, entre outras coisas, contar a história sobre como os objetos também “fazem” o sujeito, um tema a ser discutido no capítulo 3.

Ao contrário do senso comum que define o território através de uma área geométrica definida por fronteiras, alguns teóricos da ciência geográfica incorporam o uso de conceitos em suas formas híbridas. Santos (2008c) desenvolve essa ideia conceituando o território por meio de seu uso, isto é, a análise social deve valer-se do conceito de território usado, ao invés do território em si. O território usado, segundo esse autor, é uma forma impura, histórico, um misto de objetos e ações que forma um quadro de vida, sinônimo de espaço humano.

O problema das desigualdades socioespaciais na atualidade, portanto, se relaciona com usos do território cada vez mais interdependentes através do globo terrestre, graças aos avanços da ciência, da tecnologia e da informação (SANTOS, p. 137).

Essas novas qualidades do território estão expressas nas paisagens e mostram, acima de tudo, as complexidades atingidas na vida social no atual período.

E o mais significativo diz respeito a incorporação de ciência, técnica e informação ao território resultando em um meio geográfico não mais natural ou técnico, mas um meio-técnico-científico-informacional (SANTOS, 2008, p. 239).

A evolução desse último meio geográfico, graças a união entre técnica e ciência, permitiu que o mercado e as trocas entre diversos pontos do globo se tornassem globais. O avanço conceitual de Santos (idem) revela que os diversos objetos técnicos criados no mundo são ao mesmo tempo técnicos e informacionais. A localização desses objetos possui uma diferenciação em relação ao passado, pois respondem a intencionalidades de grandes empresas, instituições, grupos sociais, entre outros, antes mesmo de sua criação. Atualmente, o sistema de produção encontra-se constituído pela ciência e a tecnologia, além da informação.

Todo esse sistema acaba por constituir o próprio substrato dos territórios. Na realidade, as ações humanas são dependentes dos objetos técnicos e o movimento do território pode ser avaliado pelo papel da modificação da materialidade para facilitar a circulação das coisas, do dinheiro, das normas e das informações (SANTOS, Idem).

Por isso que a concentração geográfica das atividades, das forças produtivas em um determinado local não pode ser analisada através de geografias estritamente particulares, como as denominadas geografias da indústria, do comércio, urbana, e agora, do trabalho, entre inúmeras outras surgidas na geografia recentemente. O enfoque abrangente deve perseguir a totalidade dos processos que incidem e são influenciados pelas ações e materialidade de que são constituídos os territórios.

Daquele uso desigual do território participam: as pessoas, as empresas, as instituições, baseado no processo de modernização, juntamente com as políticas normativas e as consequentes novas divisões desse mesmo território por meio das verticalidades e horizontalidades. Esses dois últimos processos foram gestados durante séculos e caracterizam hoje as novas divisões territoriais.

De acordo com Santos (2008, 2008c), embora as relações sociais possam abranger a escala global, a comunhão individual entre lugares que havia no passado não desapareceu. De outra parte, o território como entidade jurídico-política do Estado-Nação igualmente não se transnacionalizou integralmente.

Santos (idem, p. 138) não adere a nenhuma das duas interpretações, mas sim realça o papel dialético do território, pois esse é dotado de ações humanas cada

vez mais “normatizadas” e “informadas” e persegue a realidade total do funcionamento do mundo. O autor sustenta que relacionado a noção de região, existem repartições espaciais baseadas em relações de vizinhanças, de contiguidade territorial denominadas de horizontalidades. Por outro lado, há relações, no atual período, formadas por pontos distantes uns dos outros que garantem o funcionamento global da sociedade e da economia, são as verticalidades (vide capítulo 2).

A escolha de São Bernardo do Campo, município localizado na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), como exemplo empírico desses processos pode ilustrar as relações entre verticalidades e horizontalidades. Na realidade, em um dado território há sempre interconexão dos dois processos: vertical e horizontal.

São Bernardo do Campo é apenas um dos 39 municípios da RMSP e sua configuração dividida por bairros são mostrados no Mapa 01 na página seguinte:

Tecnicamente, esse município faz parte da Sub-Região Sudeste da RMSP, conhecida como Região do Grande ABC, pois divide limites com os municípios de Santos André, São Caetano do Sul, Diadema, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra e Mauá. É um dos maiores municípios da Região do ABC com uma área de 408,4km².

Inicialmente, a ocupação urbana concentrou-se na área Norte, em bairros como Rudge Ramos e o Centro ao longo do antigo Caminho do Mar. Mais recentemente, a ocupação se estendeu na direção Sul, em uma área rural representado, em parte pela Represa Billings e áreas de manciais. Pouco mais de 52% do território são bernardense refere-se a área rural (SUMÁRIO DE DADOS, 2010). No capítulo 4 a ocupação histórica terá um lugar privilegiado na análise.

Entretanto, não são os aspectos naturais, majoritariamente, os responsáveis pela inserção de São Bernardo do Campo no jogo de relações mundiais representado pela Divisão Internacional do Trabalho.

A presença de grandes empresas multinacionais do setor automobilísticos, como Volkswagen, Toyota ou Scania, a partir da segunda metade do século XX alterou profundamente a organização territorial por meio das contradições introduzidas no mundo do trabalho neste ponto do território brasileiro.

Mapa 01 – Município de São Bernardo do Campo. Divisão por Bairros. 2011.

Fonte: Prefeitura de São Bernardo do Campo – Secretaria de Planejamento e Tecnologia da informação, 2011.

A maneira pela qual essas alterações são interpretadas pela Geografia constitui o estado da arte desse primeiro capítulo. Por outro lado, a iniciativa de traduzir essa dinâmica social a partir do uso do território supõe, da mesma forma, o conhecimento de outros métodos na geografia a fim de que a ciência possa avançar com o debate, isto é, do confronto entre diferentes tradições científicas.

Duas observações são importantes para o desenvolvimento do presente capítulo. A primeira será a apresentação de uma síntese sobre o método adotado durante todo o trabalho de pesquisa. A segunda, ainda de âmbito teórico, coloca em análise a pertinência das abordagens intituladas: geografias do trabalho. Explora, sobretudo, os caminhos adotados a fim de investigar o mundo do trabalho pela geografia e sobre quais pressupostos, ou sistemas de conceitos se estruturam na interpretação das instabilidades do território.

De fato, trata-se de avaliar a totalidade e sua fragmentação representada como processo modernizador no conjunto de lugares que constitui o território. A escolha de São Bernardo do Campo acrescenta apenas mais um dado empírico desse sistema complexo.

Consequentemente, o confronto entre algumas bibliografias do Brasil e do exterior que discutem o tema do trabalho na geografia, isto é, seus objetivos, metodologia e hipóteses de interpretação da realidade compõe o ponto de partida para o conhecimento de diversas reflexões geográficas a fim de repensar as especialidades do conhecimento diante da apresentação da teoria do espaço geográfico como totalidade.

Um mundo novo a ser descoberto nos lugares

Encontrar as mudanças de um período histórico e revelar suas conexões com o espaço geográfico não constitui uma tarefa simples. É preciso reconhecer o as mudanças conjuntas nos objetos e ações, o que supõe delimitar o alcance e os limites do método.

Por isso Souza (2006, p.173), refletindo sobre o mundo e o lugar pela Geografia, assevera que “[...] a felicidade baseada no trabalho encontra seus limites hoje, há crise do trabalho e chegamos ao limite da racionalidade e o mundo novo é

desconhecido pelas ciências sociais”.

E o que é o mundo? E o novo? Para Ortega y Gasset (1967) o mundo é o repertório de nossas possibilidades vitais. Já a descoberta do novo e não sua invenção, do mesmo modo, foi alvo das preocupações do geógrafo Milton Santos (1986; 2008; 2008b). O autor relacionou o novo a mudança de papel dos elementos de um sistema, ou melhor, com a distinção das épocas.

Essas ligações podem permitir lidar com a variável tecnológica do período atual, que, por sua vez, representa o novo, sendo assim alvo de grandes controvérsias sobre o futuro do capitalismo. E a partir disso, contribuir na explicação de como aquelas possibilidades que o mundo oferece tem sido usadas nos lugares. Talvez a grande tarefa do conhecimento geográfico na atualidade, seja captar esses novos processos no movimento da totalidade responsáveis por reconfigurar os lugares e refuncionalizar as atividades dos homens, para em seguida, conectá-lo a outros elementos do espaço geográfico.

Desse modo, as pesquisas sobre as mudanças de sentido do trabalho como revelou Antunes (2002), dos processos de trabalho e das relações sociais podem ser associadas às transformações das formas, funções e processos do espaço geográfico (SANTOS, Idem).

Segundo o sociólogo Antunes (idem) o neoliberalismo foi introduzido no mundo atual pelo Estado burguês como um mecanismo ideológico responsável pelas práticas da reestruturação produtiva no sentido de administrar uma crise estrutural e crônica. Nesse contexto, as novas técnicas de produção e flexibilização do trabalho assumiriam distintas realidades em países como o Brasil ou no Reino Unido. No Brasil, a gestão do processo de trabalho, por exemplo, convive com métodos modernos em meio a tradicionais. Já no Reino Unido as taxas de ocupação acima de 70% no setor de serviços em decorrência da redução do setor industrial seria um exemplo.

As consequências para a classe trabalhadora, conclui esse autor, estão relacionados a precarização e a intensificação do trabalho, subordinando ainda mais a “classe-que-vive-do-trabalho”. Diante desse quadro, para Antunes (idem) o trabalho não deixou de ser o aspecto central da sociedade, enquanto criador de valor. Mesmo o trabalho complexificado, socialmente combinado e intensificado em seus ritmos e processos, a redução do trabalho vivo é analisada pelo autor como uma das contínuas formas do capital superexplorar o trabalho e garantir o ciclo

produtivo do capital.

Contudo, atingir tal pretensão de conhecer o novo encontra alguns obstáculos, como a especialização unilateral dos diversos campos do conhecimento científico e o distanciamento de uma visão de totalidade.

Isso causa um paradoxo, pois, o atual período de produção do conhecimento científico repousa, largamente, em um processo de especialização crescente, ao mesmo tempo em que a globalização, graças à universalização do fenômeno técnico atual atinge todo o globo.

O desconhecimento do mundo novo de que fala Souza (idem) se fortalece hoje, uma vez que atuais elaborações teóricas sobre os processos de transformação do mundo encontram, repetidas vezes, explicações no campo da economia, da política, da cultura, de modo geral, como instâncias majoritárias no campo do conhecimento científico.

Entre essas disciplinas, estão: a economia, a arquitetura, a sociologia urbana, entre outras, que procuram, a seu enfoque e vocabulário específicos, elaborar teorias sobre o funcionamento do espaço geográfico.

A crítica apresentada por Santos (2008b) refere-se à especialização extrema das ciências, principalmente as sociais, que acabam por distanciar uma teoria geral do espaço, tanto em relação a sua elaboração teórica como a sua realização de ordem prática.

Isso implica uma mudança nas ideias vigentes a fim de atingir uma renovação metodológica e aumentar a capacidade de revelação das diversas determinações que compõem a realidade.

A negligência das análises sobre desigualdades socioespaciais através da ausência dos tipos de usos do território pela população, pelas empresas, pelas instituições e sua divisão entre lugares, revela, por sua vez, a desconsideração do espaço de todos, do convívio mútuo, porém desigual, isto é, do espaço banal. (SANTOS, 2008).

No período da globalização, diz Santos (idem), o meio-técnico-científico-informacional é sua clara expressão. Sendo assim, o trabalho e suas relações se manifestam em um novo meio geográfico e organizacional, cuja motivação não emana, necessariamente, do lugar, mas sim, a partir de determinações externas, em nível mundial.

Todavia, com a fragmentação do território, dada a intensificação da

divisão do trabalho mundial, as empresas, sobretudo as grandes multinacionais, intensificam-se em sua corrida tecnológica e dos objetos técnicos necessários para determinados tipos de trabalho. Tal é a exigência do sistema de produção cada vez mais específico, competitivo.

Diante desses pressupostos iniciais caberiam algumas indagações: como elaborar uma metodologia geográfica que vislumbre os limites daquela racionalidade responsável por alterar o mundo do trabalho? Ou a geografia deveria se limitar ao estudo do trabalho, a exemplo das abordagens que serão expostas seguir.

É extremamente relevante não ignorar outras formas metodológicas na literatura geográfica, daquilo que já foi produzido por diversos autores, pois a elaboração do conhecimento é, notadamente, uma ação conjunta, direta ou indiretamente de toda a humanidade.

Um novo campo de estudos para a geografia?

No afã de solucionar problemas complexos presentes na sociedade atual em relação ao futuro do trabalho ou as transformações no mundo do trabalho tem surgido uma preocupação em relacionar essas categorias com espaço geográfico.

É necessário, portanto, problematizar as ambiguidades e nuances da relação entre essas categorias na geografia. O trabalho seria mais uma temática que trata das mudanças dos processos de trabalho?

As chamadas “geografias” do comércio, econômica, urbana, dentre outras, possuem larga tradição na história do pensamento geográfico. Igualmente as adjetivações em seus temas de pesquisas são visíveis, as tendências fáceis, o peso ideológico no *corpus* da disciplina parece se instalar quando verdadeiras revoluções no movimento do mundo subvertem o modo correspondente de apreensão dos fenômenos (SANTOS, 1986).

Senso assim, com a elaboração de um conjunto de pesquisas sobre o tema do trabalho na geografia, logo o juízo de valor encontra-se apreensivo, ou seja, procura o entendimento. Nesse sentido, iniciar com a análise de parte da bibliografia anglo-saxônica pode ilustrar tal prelúdio de preocupação.

A referência anglo-saxônica da geografia do trabalho

Segundo Castree² (2007), o tratamento da temática do trabalho na geografia teve seu início na chamada Geografia Radical na década de 1970, principalmente com os escritos dos geógrafos econômicos, com desdobramentos na geografia da população por meio das discussões sobre migrações.

O autor reconhece a importância da geografia para os trabalhadores e, ao mesmo tempo, os coloca como agentes geográficos ativos aptos a modificarem a paisagem. Esses trabalhadores possuiriam um papel significativo na produção do espaço, embora inseridos em uma complexidade de elementos, Daí se poder falar em “geografias” do trabalho.

Quando Castree (idem) escreve que a geografia “importa” para os trabalhadores, ele realiza uma comparação com o uso do território, particularmente com o uso da materialidade do território pelo capital sem o qual não haveria processo de acumulação e reprodução do capitalismo, de um lado. E, de outro lado, o uso do território pelos trabalhadores como aspecto crucial para suas habilidades de sobrevivência e de reprodução.

De fato o autor utiliza o termo “produção do espaço”, uma vez que não realiza a distinção conceitual entre espaço geográfico e território usado, como será abordado no capítulo 2.

Assim como o processo de autorreprodução do trabalho, tanto biológico como social, deve, necessariamente, ocorrer em determinadas localizações geográficas, uma vez que tampouco o capital e muito menos os trabalhadores vivem em mundo a-espacial, seria razoável, segundo Castree (idem) de que os trabalhadores estariam propensos a moldarem a paisagem econômica de forma que facilitassem sua autorreprodução.

Entretanto, essa geografia do trabalho apresenta um campo analítico variado e convive em um ecletismo metodológico. Aliás, para o autor, interessa ultrapassar o discurso das questões sobre produção e trabalho assalariado, das estruturas geográficas dos sindicatos, da localização do mercado de trabalho e dos danos das jornadas de trabalho diárias em lugares distantes, principalmente nas cidades, dentre outras, para atingir aquele compromisso permanente de crítica

² Professor de Geografia na Universidade de Manchester.

teórica em que as questões de desigualdades sistêmicas aparecem como o tema central. (CASTRE, 2007, p. 856).

Embora, mais uma vez, novos temas são incorporados a essa geografia, na avaliação do autor, seu método permaneceria ancorado em abordagens de caráter cultural pós-modernista ou pós-estruturalista, ou, no limite, em um misto de marxismo, feminismo, abordagens antirracistas no trabalho, entre outros.

Trata-se, na realidade, de geografias temáticas em que o poder e as relações sociais assumem papel central. Em última análise, a questão política, na visão de Castree (Idem.), encontra seu diferencial ao produzirem não uma geografia da classe trabalhadora em si (sua melhor regulação, por exemplo), mas sim um conhecimento *para* os trabalhadores e não somente *sobre* eles. Isso quer dizer que os pesquisadores envolvidos na Geografia do Trabalho possuem uma inclinação política de Esquerda e isto os influenciariam a pesquisarem temas relativos as condições da classe trabalhadora.

Todavia, essa geografia do trabalho não seria simplesmente sobre pessoas que trabalham, isto é, a procura de um modo eficaz de gestão de trabalhadores, mas sim consistiria em um conjunto de conhecimentos contendo um sentido, uma força política para os trabalhadores em toda a sua diversidade.

Uma primeira objeção a ser realizada a Castree³ diz respeito à geografia não ter tido uma preocupação com o trabalho ou a classe trabalhadora em períodos anteriores. Apesar de sua total negligência com outras bibliografias, notadamente francesa, o problema dos efeitos do crescimento da automação na indústria, por exemplo, sobre o regime de emprego e já com o uso da expressão geografia do trabalho, encontra-se na obra de Max Sorre.

Toda a relação entre a criação dos complexos industriais e do problema da determinação do grau de especialização das regiões, já na década de 1960, não passou distante do grande geógrafo francês.

Sorre (1962, p.102) preocupou-se com os problemas das “concentrações verticais” ou “integração geográfica” realizadas pelas indústrias com o intuito de reduzir as perdas no processo de produção. As firmas, sobretudo as grandes, optam por concentrar em um mesmo local as operações sucessivas que conduzem da

³ A ressalva de Castree de que seu artigo propõe uma análise da literatura geográfica sobre geografia do trabalho realizada no mundo anglosaxão, não justifica a ausência ou nota sobre a obra de grandes geógrafos como Max Sorre ou Pierre George, dentre outros.

matéria-prima até o objeto fabricado. Da mesma forma, esse autor investigou, simultaneamente as “concentrações horizontais”, ou seja, quando uma indústria prefere aumentar o seu volume de produção em um mesmo estágio produtivo.

Esse esquema inicial da geografia da indústria descrito por Sorre continua a se aperfeiçoar como método ao longo de seu livro. Em relação a geografia do trabalho, o autor avança ao realçar o papel das redes de relações, de solidariedades que atuam em um mercado internacional para vislumbrar os vínculos entre os estabelecimentos que fornecem as matérias-primas, os que fabricam os produtos intermediários e aqueles responsáveis por finalizar o produto.

Sorre (idem) não se afasta de uma visão holística em seu método. Para ele, as mudanças nas condições do emprego devido a automação representa a maior revolução dos tempos modernos. A questão geográfica aparece ligada a transformações técnicas, com desenraizamento das indústrias, a exemplo das têxteis na Inglaterra, que provocaram ruptura com o meio geográfico.

E qual a razão das indústrias mudarem sua localização e alterarem a equação do emprego? Para Sorre (1962, p 130), a proximidade de matéria-prima e energia são fatores importantes, mas não os únicos. Deve-se analisar as redes de relações com os clientes antigos, a capacidade de adaptação de técnicas novas pelas indústrias e, igualmente, não descartar as motivações irracionais ou “causalidades”.

Segundo Sorre (idem), mesmo se os geógrafos descobrissem todas as motivações para as localizações industriais, ainda todo o trabalho não estaria resolvido e aqueles profissionais não estariam satisfeitos. Isso ocorre pelo fato de que resta a averiguação da razão dos estabelecimento industriais se agregarem de forma mais ou menos densa e formarem os complexos industriais.

O exemplo do município de São Bernardo do Campo pode contribuir para ilustrar o problema das “agregações” industriais. Neste município existem diversas empresas automobilísticas, como Volkswagen, Scania ou Toyota, dentre outras, as quais formam uma reunião de indústrias da mesma categoria e alteraram profundamente a geografia da RMSP a partir da década de 1950. (Vide Capítulo 4)

É sabido que uma indústria determina a concentração e, ao mesmo tempo, gera excedente de mão de obra. Outras indústrias similares podem, similarmente, aproveitar diferentes pessoas com distinto grau de especialização. Por isso é possível dizer que indústria atrai indústria. Mas existe outros fatores.

Para Sorre (idem) esse processo é desigual, uma vez que nem todas as indústrias geram excedentes. Isso vai depender do tipo de indústria, como as petroquímicas e de seu nível técnico. Os elementos psicológicos atuam não somente nas classes trabalhadoras, mas sim com os empresários ávidos por lucros e poder.

Outros fatores técnicos ligados a construção de Rodovias, como a Anchieta e Imigrantes na RMSP e a proximidade do Porto de Santos foram fundamentais para a instalação daquelas empresas em São Bernardo do Campo.

Todos esses fatores seriam responsáveis por criar uma região especializada? De que maneira definir o grau de especialização de um centro urbano em uma ocupação industrial?

A tabela abaixo mostra dados sobre as atividades econômicas distribuídas por setores de atividade em São Bernardo do Campo.

O contingente populacional em São Bernardo do Campo em 2010 é, segundo o IBGE, de 765.463 mil habitantes. A tabela também apresenta o total de pessoal ocupado⁴ de 328.374 mil pessoas. A razão entre essas duas variáveis corresponde a 42, 9 por cento da população. Chama atenção o número de ocupados no setor da indústria da transformação de quase 32 por cento. Caso sejam somados, este último percentual com o comércio ligado a reparação de veículos automotores e motocicletas, tem-se um valor total de aproximadamente 50 por cento das atividades relacionadas as industriais.

Contudo, até que ponto esses dados bastariam para classificar São Bernardo do Campo como um município industrial? Na visão de Sorre (idem) o exame da população ativa não é suficiente. Para esse autor, é preciso considerar a

⁴ “Número de pessoas ocupadas nas unidades locais industriais, com ou sem vínculo empregatício, inclusive as pessoas afastadas em gozo de férias, licenças, seguros por acidentes, etc., mesmo que estes afastamentos sejam superiores a 15 dias. Inclui os membros do conselho administrativo, diretor ou fiscal que desenvolvem atividade na unidades local. Não inclui os autônomos, e, ainda, o pessoal que, apesar de trabalhar nas unidades locais industriais, é remunerado por outras empresas. As informações referem-se à data de 31/12 do ano de referência da pesquisa. O pessoal ocupado ao nível da empresa é desagregado em pessoal assalariado ligado e não ligado à produção industrial e pessoal não assalariado; ao nível das unidades locais apenas o total do pessoal ocupado é investigado. Sua apropriação decorre das informações prestadas diretamente nos questionários, assim especificado: a) para as unidades locais produtivas, as informações são apropriadas do questionário de unidade local das empresas que respondem ao modelo completo de questionário; no caso do modelo simplificado, as informações são as mesmas referentes à empresa como um todo, já que, por definição, essas empresas têm apenas uma unidade local; b) para as unidades administrativas das empresas industriais, os dados são apropriados no bloco de regionalização de informações de pessoal ocupado e salários relativos a essas unidades, no modelo de questionário completo” (IBGE, 2010).

parte da produção absoluta da indústria urbana, que supera as necessidades locais e entre no circuito geral, ou seja, as exportações. Além disso, a relação da população ativa teórica e efetiva e sua distribuição pelo país. Isso pode ser uma amostra da profundidade de uma geografia do trabalho e de um método a ser investigado nos capítulos posteriores em São Bernardo do Campo.

Tabela 01 – São Bernardo do Campo. Unidades locais e pessoal ocupado total por divisão da classificação de atividades (CNAE 2.0), 2010.

Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0)	Variável		
	Número de unidades locais (Unidades)	Pessoal ocupado total (Pessoas)	Pessoal ocupado total (Percentual)
A Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	20	58	0,02
B Indústrias extrativas	2	X	X
C Indústrias de transformação	2.020	104.358	31,78
D Eletricidade e gás	1	X	X
E Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	36	1.376	0,42
F Construção	765	21.001	6,40
G Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	10.070	53.838	16,40
H Transporte, armazenagem e correio	2.108	25.383	7,73
I Alojamento e alimentação	1.642	10.730	3,27
J Informação e comunicação	1.678	9.351	2,85
K Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	529	6.017	1,83
L Atividades imobiliárias	232	837	0,25
M Atividades profissionais, científicas e técnicas	1.625	8.406	2,56
N Atividades administrativas e serviços complementares	3.502	41.248	12,56
O Administração pública, defesa e seguridade social	18	14.508	4,42
P Educação	619	12.102	3,69
Q Saúde humana e serviços sociais	889	7.684	2,34
R Artes, cultura, esporte e recreação	284	1.489	0,45
S Outras atividades de serviços	1.761	9.982	3,04
T Serviços domésticos	-	-	-
U Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	-	-	-
TOTAL	27.801	328.374	100

Fonte: IBGE - Cadastro Central de Empresas, 2010.

Nota: Os dados com menos de 3 (três) informantes estão identificados com o caractere X.

Com esses delineamentos iniciais é possível retornar a crítica de Castree de que a geografia do trabalho não possui um método estruturado sobre o trabalho. E o que dizer de Pierre George, entre inúmeras obras, como Sociologia e Geografia (1967) ou *Populações Ativas* (1979), em que o autor ambicionava contribuir disciplinarmente a partir de uma epistemologia geográfica com a discussão sobre o trabalho para as ciências humanas.

Mas a classe trabalhadora, na ótica geográfica americana, obteria outro enfoque, como visto a seguir.

A obra do geógrafo americano Andrew Herod⁵, principalmente em seu livro *Labor Geographies: workers and the landscapes of capitalism* (2001), pretende elevar a classe trabalhadora a um primado teórico mais consistente nas análises espaciais.

Nele o autor busca inverter o conceito de “ajustes espaciais” de Harvey (1996), isto é, da atividade social ou expansão geográfica realizada pelo capital excedente para atingir novos espaços, mas a partir dos trabalhadores⁶ organizados ou não, responsáveis em parte pela sua própria reprodução social.

Igualmente, Herod insiste no exame dos trabalhadores e de suas influências na configuração espacial, isto é, na manipulação da organização geográfica a fim de atender seus proveitos, mesmo em condições não necessariamente revolucionárias.

Essa caracterização dos trabalhadores como agentes geográficos ativos deriva do entendimento do autor sobre o espaço, ou seja, um objeto sujeito a *produção* por meio de atos políticos.

A crítica de Herod direciona-se, particularmente, àquela geografia econômica responsável, até então, por negligenciar questões concernentes à classe trabalhadora e de seu papel na constituição da paisagem.

Para isso, Herod considera o peso do que ele nomeia práxis espacial, ou seja, as lutas dos agentes sociais no intuito de alterar as relações geográficas dentro das quais suas vidas subsistem. Essa conceituação figura como o centro de sua proposta teórico (HEROD, Idem).

Essa tentativa de avanço que o autor persegue parte, em geral, da teoria social crítica que procura revelar a negligência do espaço em favor do tempo, isto é, a mesma tendência responsável por “espacializar” Marx nos estudos geográficos e conceituar o espaço um dos aspectos centrais no funcionamento da sociedade.

De modo particular, Herod almeja partir de uma crítica ao marxismo, que, embora reconhecidamente tenha nos escritos de David Harvey, Edward Soja, Richard Peet, (o círculo anglo-saxão citado por ele) entre outros, o mérito de

⁵ Professor de Geografia na Universidade da Geórgia, Estados Unidos.

⁶ O autor utiliza os termos trabalho, trabalhadores e classe trabalhadora de maneira intercambiável.

incorporar a produção do espaço como crucial para a sobrevivência do capitalismo, por outro lado e no interior da geografia marxista anglo-saxônica, as análises sobre o funcionamento da geografia do capitalismo teriam exacerbado a primazia do capital.

Nessa explicação os trabalhadores teriam assumido uma passividade diante da produção, do que o autor destaca, da paisagem econômica.

Tal paradoxo, mesmo entre geógrafos marxistas, gerou na interpretação de Herod (1997; 2001), um tratamento equivocado nas questões do trabalho através da geografia. Para ilustrar esse equívoco de interpretação, esse autor propõe o conceito denominado de “Geography of Labor”.

Este conceito se desenvolve nos termos de como o capital faz uso das diferenciações geográficas do trabalho, tal como alterando a localização dos trabalhadores ou inserindo-os em potencial conflito em uma mesma região. Ou mesmo, encerrando na distribuição espacial dos trabalhadores o aporte necessário a tomada de decisão dos capitalistas sobre a melhor localização industrial.

Além do mais, segundo Herod, essa geografia do trabalho que tem sido produzida até hoje, não procurou compreender as imbricações da vida dos trabalhadores com as estruturas espaciais, quer dizer, a maneira pela qual os trabalhadores interferem na paisagem do capitalismo em seu próprio benefício.

Esses trabalhos de inspiração marxista, ainda segundo o autor, tenderam a priorizar o capital como o ator por excelência⁷.

Talvez Herod não tenha enxergado em Marx a preocupação de não gerar uma interpretação do processo de acumulação capitalista, esta desenvolvida como crítica a economia política burguesa, estritamente do ponto de vista do capital.

Nesse sentido, a interpretação de Fromm (1975) sobre os objetivos da teoria elaborada por Marx acrescentaria mais profundidade as interpretações de Herod. Para Fromm (idem), o problema da filosofia marxista é a existência real do indivíduo, o que ele faz, não sendo possível separar trabalho de capital. Segundo o pensador alemão que escreveu, dentre outros, o livro: *Conceito marxista do homem* (1976), há uma visão incompreendida do materialismo de Marx e de seus objetivos.

⁷ Para reforçar sua ideia, Herod destaca que os “[...] the three volumes of *Capital* [...] are written from the point of view of capitalist accumulation. Nevertheless, this does little to mitigate the fact that such a marginalization of workers as (pro)active, sentient, geographical actors was limiting theoretically, for it presented a world in which workers’ social and spatial practices remained unconnected to the process of the uneven development of capitalism, a world in which workers were not theorized as being present at the making of the economic geography of capitalism but, instead, were seen to struggle and live within the contours of an economic and social geography created by, and for, capital” Aronowitz (1990) citado por HEROD (2001, p.5, grifo do autor).

De acordo com Fromm, a emancipação homem é o que interessava a Marx.

A filosofia marxista é uma síntese humanista e naturalista baseada não em uma teoria psicológica, diz Fromm (idem, p.22), mas sim “[...] na forma em que o homem produz e como essa produção determina seu pensamento e desejos”.

Reconhecendo o Trabalho e o Capital como categorias antropológicas, a separação analítica só pode ser uma interpretação dualista encontrada nos teóricos da modernidade, contra os quais Latour (1994) estende sua crítica para conectar o discurso da natureza das coisas ao seu contexto social, mas sem reduzir nem uma coisa nem outra.

Imputar a Marx o desenvolvimento de uma teoria sobre o capitalismo apenas do ponto de vista do capital é, no mínimo, uma análise apressada. A alienação constitui o exemplo de que no capitalismo há a separação do sujeito, que vive passivamente o mundo, com os objetos (FROMM, p.50).

Por fim, na análise de Fromm (idem) em relação ao trabalho, Marx não estaria interessado na igualação da renda, por exemplo. Seu objetivo persegue a libertação do homem de um gênero de trabalho que destrói sua individualidade, convertendo-o em escravo do capital e das coisas.

Com efeito, Herod (2001) ainda sob a ideia da prevalência do capital sobre o trabalho nas análises marxistas, apresenta sua metodologia em relação à sociedade e espaço, forjando, entre outros conceitos, aquele da produção das escalas geográficas, isto é, as interconexões entre escalas que são constantemente produzidas e reproduzidas pelas ações humanas. Contudo, o mesmo que denuncia a separação entre capital e trabalho, o faz igualmente, ao separar sociedade e espaço.

Desse modo, pode-se notar o traço de modernidade de Herod em alguns pontos. Primeiro o autor procura as revoluções tão peculiares à modernidade na tentativa de superar as contradições espaciais. Em segundo lugar, o próprio espaço é caracterizado como uma ‘coisa’ a ser modificada politicamente e separado ontologicamente da sociedade.

Assim, preocupado com a negligência do trabalho e o esquecimento dos trabalhadores nas análises da Geografia, particularmente, da Geografia econômica, Herod elabora outro conceito para contrapor essas interpretações denominadas por ele de “Geography of Labor”.

Essa nova proposta visa colocar em evidência as lutas dos trabalhadores,

principalmente os sindicatos e seu poder de influenciar a organização espacial. Para Herod (idem, p.7), a Geography of Labor incorpora o trabalho de modo mais periférico. Já a Labor geography o faz centrado nas atividades da classe trabalhadora e procura entender a geografia do capitalismo a partir dessa perspectiva o quanto for possível. É uma diferença de abordagem, tal como existe entre “história das mulheres” e “as mulheres na história”.

Esse enfoque, segundo o autor, privilegia as atividades espaciais dos trabalhadores nos sindicatos, embora o trabalho não organizado também deva ser estudado. Os exemplos empíricos incluem: 1º sindicatos, como organizações sociais e políticas; 2º lutas para impor contratos nacionais; 3º criação de links de solidariedade nacional, internacional, regional etc.; 4º debates sobre a economia local.; 5º conflitos de zoneamento e normas restritivas de trabalho.; 6º campanha para padrões de investimento estrangeiro direto, dentre inúmeros outros.

Sendo assim, as análises sobre o capital somado ao papel do trabalho por meio da “Labor Geography” permitiria construir um quadro mais robusto sobre o entendimento do capitalismo.

E, finalmente, a ressalva de Herod sobre a relação capital-trabalho no capitalismo procura não abandonar a perspectiva do capital e seu papel na produção do espaço, mas sim ampliar e evitar um ponto de vista depreciativo em relação ao trabalho.

Dessa forma, o geógrafo americano busca examinar a maneira pela qual os diferentes grupos de trabalhadores enfrentam as determinações sociais contidas na luta de classes, na diminuição da exploração das jornadas de trabalho, de participação política, entre outros, construindo, ao mesmo tempo, tipologias geográficas distintas no decurso de suas vidas, a partir de seus interesses em determinado contexto geográfico.

Tal posição procura, portanto, romper com estudos em que a organização industrial e a geografia das estruturas ocupacionais acabam por malograr a classe trabalhadora apenas como reflexo dos ditames do capital.

De maneira especial, Herod almeja reformular algumas ideias daqueles geógrafos que o influenciaram diretamente, como Neil Smith, do qual foi aluno, David Harvey e de dos escritos de Massey (1984). Essa última autora abordou a distribuição de grupos sociais pelo espaço em uma tentativa de ampliar os estudos da geografia da indústria e do emprego e merece um destaque a parte.

Dorren Massey⁸, em seu livro: *Spatial Divisions of Labour: social structures and the geography*, de 1984, objetivou conectar a geografia da indústria e do emprego a um contexto mais amplo e fundamental com a estrutura da sociedade.

Essa geógrafa britânica pesquisou, sobretudo, as questões econômicas através da localização industrial. Seu interesse está ligado a organização industrial e a geografia da estrutura ocupacional, por exemplo. Massey (1987) interroga a razão de diferentes grupos na sociedade, distintas partes da estrutura social possuírem uma distribuição geográfica particular.

Para Massey (idem, p. 17) a geografia da indústria constitui um objeto de luta, no sentido de que o mundo não é somente o produto dos requerimentos do capital. Alguns fatores teriam produzidos padrões espaciais na sociedade e, acima de tudo, divisões espaciais do trabalho, são eles: 1º novas relações entre atividades de diferentes países; 2º novos padrões espaciais de organização social; 3º novas dimensões das desigualdades, e 4º novas relações de dominação e dependência, dentre outros.

Esses fatores representariam, na visão de Massey (idem), uma nova reestruturação espacial. A tentativa de buscar a totalidade dos processos aparece nos escritos de Massey (idem, p.17) a partir de sua ideia força de que “[...] a sociedade capitalista é muito mais do que o modo de produção capitalista”. Sua importância para esta dissertação refere-se a sua exploração entre técnica e mudanças nas relações sociais. Segundo a autora, as mudanças no processo de trabalho podem envolver, igualmente, transformações no grau e natureza da divisão do trabalho, no número de trabalhadores necessários ao sistema produtivo para qualquer nível de produção, em suas habilidades ou outras características requeridas pela estrutura ocupacional em determinado local (MASSEY, idem, p.1987).

As mudanças no processo de trabalho, portanto, atuariam em ambos os casos como o resultado das relações sociais e, da mesma forma, formariam a base para a criação de novas relações.

Por esse fato é importante assinalar algumas fases do processo de trabalho responsáveis por usar as mudanças técnicas, não em proveito de toda a sociedade, mas sim na busca da redução dos custos de produção e no incremento

⁸ Professora emérita da Universidade britânica Open University

do controle de todo o processo de trabalho em si mesmo. Dentre essas fases podem ser incluídas: 1º a Manufatura, 2º a Maquinofatura, 3º o gerenciamento científico e a fragmentação do trabalho Fordista, e, por fim, 4º o Neofordismo, a fragmentação e desqualificação da força de trabalho.

Massey (idem, p.39) analisa sua empiria no Reino Unido e revela, por sua vez, que as relações interrelações regionais e as diferenças geográficas nos tipos de emprego são, na maioria das vezes, expressões das relações de produção e das divisões de trabalho dentro da sociedade. Entretanto, a autora defende sua argumentação partindo do princípio de que as relações sociais ocorrem no/sobre o espaço.

Observa-se um bloqueio em admitir que entre espaço e sociedade, espaço e trabalho não podem existir separação, isso porque o processo de trabalho leva, inevitavelmente, a criação de objetos geográficos, conforme será visto no próximo capítulo sobre a interpretação da divisão do trabalho na geografia.

O método de Massey busca sua coerência no movimento da organização espacial, das relações de produção e da divisão do trabalho no intuito de fornecer a base de entendimento para investigar os padrões espaciais de emprego. A concentração de atividades, em termos geográficos, seria o resultado de ações direcionadas a reduzir os custos do trabalho e manter uma estrutura geográfica desigual.

Com isso, Massey procura finalizar uma tendência equivocada em analisar somente a estrutura organizacional das empresas, esquecendo-se do espaço geográfico, objeto de estudo da Geografia.

Há outros geógrafos que não enxergam a construção das relações chamadas regionais através de uma política mais ampla, de normas e de racionalidades remotas, muito mais do que simplesmente as demandas econômicas locais de produção, distribuição e consumo. A análise da geografia sobre o mercado de trabalho pode ilustrar exemplos de outros métodos de investigação.

Dessa forma, Peck (1996) investigou o trabalho a partir do que denomina contingências geográficas e procurou identificar a base de uma nova conceituação sobre o processo dinâmico do mercado de trabalho. As contingências dizem respeito às dependências das localidades por capitais locais ou investimentos diretos externos, as fugas de capitais ou a situação organizacional dos trabalhadores com sua região e com o Estado.

Peck (idem) inicia sua argumentação com o tema da negligência com o espaço e o lugar presentes nas abordagens dos economistas políticos sobre mercado de trabalho, a fim de reconhecer que seus processos e estruturas não ocorrem somente no tempo, mas sim entre lugares.

Esse geógrafo canadense se refere a espacialidade do mercado de trabalho, além da falência da teoria da segmentação pela consideração da autorregulação do mercado, uma vez que, segundo Peck (idem, p.95) “[...] todos os mercados de trabalho são localmente constituídos”⁹. O que é questionável, dado as ações das verticalidades no território.

Peck (idem) procura indicar a maneira pela qual a organização espacial das entidades sociais se configura, e, igualmente, como afetam o modo em que os processos sociais são realizados.

A regulação do trabalho em diferentes escalas, segundo Peck (idem, p.106) deve ser entendida em seu amplo processo de desenvolvimento desigual do espaço. Isso permitira expor as articulações existentes na distribuição desigual do emprego, do salário, do bem-estar, dos recursos do mercado de trabalho, entre outros fatores, para, em seguida, serem contidas ou minimizadas pela estrutura regulatória em âmbito nacional.

Isso ocorreria através de normas, de políticas e programas de Estado alterado em processos locais. O autor só não revela se essas ações perfeitas ocorreriam somente no Canadá ou em todo o globo.

Peck correlaciona a regulação do processo de trabalho com o que denomina de “usos antecipados do espaço”, isto é, suas interações com o legado institucional local e a estrutura do mercado de trabalho local.

Uma das conclusões lógicas do autor é a de que “[...] os mercados de trabalho são socialmente regulados de maneira geograficamente distintiva, e [...] a regulação do trabalho possui um significant componente territorial”¹⁰ (PECK, p. 106, tradução nossa).

Em momento anterior, Scott e Storper (1986) avaliaram as transformações do sistema capitalista a partir da década de 1970 com as mudanças nos sistemas territoriais e, igualmente, os resultados dessas transformações atuando

⁹ “[...] All labor markets are locally constituted” (PECK, 1996, p.95)

¹⁰ “[...] *labor markets are socially regulated in geographically distinctive ways* [...] labor regulation has a significant territorial component” (PECK, 1996, p. 106, grifos do autor).

decisivamente na forma como o capitalismo, a produção e o trabalho desdobraram-se diante da internacionalização das relações econômicas e sociais.

Notadamente os autores referem-se às articulações dos sistemas internacionais, principalmente as estratégias de dominação pelas empresas, ao realizarem as devidas pressões nas economias nacionais a fim de ajustá-las às suas condições no campo das relações de classes, de políticas estatais, entre outros aspectos.

O trabalho, no dizer dos autores, não deve ser abstraído de seu contexto social, sob o risco de ser analisado em uma lógica meramente técnica e funcional. Além disso, os novos processos de trabalho, consequência das mudanças técnicas e organizacionais no interior da produção, quando incorporadas ao lugar de trabalho, acabam por criar formas particulares de domínios para as interações entre capital e trabalho.

Dessa forma, as análises espaciais ou geográficas seriam enriquecidas caso seja levado em consideração a artificialidade do meio geográfico (*spatial milieu*), por meio do qual as relações sociais são influenciadas.

Diferentemente de Herod, Massey ou Peck, essa última proposta de Scott e Storper (1986) seria a mais coerente e próxima da metodologia inicialmente apresentada neste capítulo e desenvolvida nos demais, sobre o uso do território pelo mundo do trabalho. O ponto de ligação reside na consideração de se criar um sistema de interpretação com base no meio geográfico e sua incorporação técnica das influências internas e externas. Sendo assim, o território usado não apenas seria o suporte das relações sociais, do processo de trabalho ou fator de localização industrial, mas ele é a própria técnica, pois inclui ações humanas e objetos indissociavelmente em sua constituição.

Há, de fato, uma tentativa de renovação metodológica, contudo, com algumas abordagens centradas no entendimento do espaço geográfico exclusivamente a partir do processo do trabalho.

O grande risco, notadamente, envolve a ocultação do espaço geográfico como objeto da geografia, e sua diluição em uma análise em que o processo de trabalho obscurece uma tradição de conceitos geográficos.

Ao contrário disso, não há possibilidade de disjunção entre aspectos relativos ao trabalho de um grupo ou indivíduo e de sua existência em sentido amplo, pois o trabalho é encarado pelo geógrafo, na opinião de George (1969),

como “[...] fator de produção e modo de existência, envolvendo a ação dos grupos humanos em quadros temporais definidos com base na forma do meio em que vivem e desenvolvem sua atividade”.

A análise de George (idem) sobre a impossibilidade de uma geografia do trabalho autônoma é exemplar. Para ele, definir um “setor” geográfico ou tipos de sociedade apenas pela natureza do trabalho e das relações sociais e econômicas decorrentes desse trabalho é limitar o conhecimento da riqueza da vida humana.

O consumo, a ausência do trabalho ou todas as modalidades da vida responsáveis por assegurar a existência seria indispensável a uma visão de conjunto na geografia. Tais análises são fundamentais para evidenciar o mundo novo no Brasil, na América Latina, em São Paulo ou São Bernardo do Campo em que a vida baseada no trabalho formal há tempos não sustenta totalmente as relações socioeconômicas.

Uma das faces deste mundo novo é constituído pela intensa miséria. Segundo a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em seu relatório publicado em 2009, existem no mundo cerca de 1,8 bilhão de trabalhadores no setor informal¹¹, ou 60 por cento da força de trabalho global, que não possuem contrato de trabalho ou previdência social, e por volta de 1,2 bilhão de trabalhadores com contrato de trabalho e previdência social (SCHIFFERES, 2012).

De acordo com esta organização, na região da África ao sul do Deserto do Saara, 75 por cento dos empregos fora da agricultura não tem qualquer respaldo legal ou qualquer benefício social. No Sul da Ásia, 66 por cento da força de trabalho se encontra na mesma situação.

Em relação à América Latina, a OCDE relata que metades dos trabalhadores estão na chamada informalidade (SCHIFFERES, idem). Ainda segundo a OCDE, aproximadamente 700 milhões de trabalhadores do setor informal

¹¹ Segundo Jakobsen (2000, p.13) “O termo ‘setor informal’ foi cunhado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e utilizado pela primeira vez nos relatórios sobre Gana e Quênia, elaborados no âmbito do Programa Mundial de Emprego, em 1972. Uma das principais conclusões alcançadas nestes relatórios foi que o problema social mais importante naqueles países não era o desemprego, mas sim a existência de um grande número de ‘trabalhadores pobres’ ocupados em produzir bens e serviços sem que suas atividades estivessem reconhecidas, registradas, protegidas ou regulamentadas pelas autoridades públicas. Posteriormente, outros termos passaram a ser utilizados para identificar as ocupações informais, como ‘setor não estruturado’, ‘setor não organizado’ ou ‘setor não protegido’, revelando a existência de divergências conceituais para a definição dessas ocupações. Da mesma forma que há nuances na tentativa de definição do setor informal, também existem visões diferenciadas sobre a origem e o papel do setor informal na economia”.

recebem menos de US\$ 1,25 por dia e 1,2 bilhão ganham menos de US\$ 2 diariamente. O Relatório cita países como o Brasil e a Índia e destaca que apesar de fortes taxas de crescimento, estes países possuem um número elevado de empregos de baixa qualidade na informalidade. Isso geraria a segmentação do mercado e bloquearia o crescimento, provocando o aumento das desigualdades.

Um dos grandes problemas sobre a discussão da informalidade na economia é sua explicação restrita ao ponto de vista jurídico. A informalidade produziria danos a arrecadação estatal e inviabilizaria as políticas públicas. Sente-se, assim, a necessidade de uma teorização mais profunda para além da economia¹².

Em relação ao Brasil, o mapa 02 na página seguinte apresenta a localização dos aglomerados subnormais¹³ em alguns municípios classificados pelo IBGE. Este conceito pretende substituir com certo grau de generalização de toda a diversidade de assentamentos irregulares existentes no País, conhecidos como: favelas, invasão, grota, baixada, comunidade, vila, ressaca, mocambo, palafita, dentre outros. No censo demográfico de 1991 foi a primeira vez que o uso do termo aglomerado subnormal foi citado. Atualmente o IBGE utiliza imagens de satélites de alta resolução para encontrar os limites entre essas aglomerações humanas de difícil definição.

De modo geral, os aglomerados subnormais brasileiros estão presentes, sobretudo, nas capitais, com destaque para São Paulo. Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Manaus. Na maior parte dos casos, segundo o IBGE (Idem), as relações entre tamanho das áreas, densidade domiciliar e populacional, características do

¹² Por uma teoria do subdesenvolvimento em seu aspecto global e dos setores inferior e superior da economia urbana, ver Milton Santos. O Espaço Dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2.ed. São Paulo: EDUSP, 2008 [1.ed. 1979].

¹³ Segundo o IBGE (2010b, p.27) "O setor especial de aglomerado subnormal é um conjunto constituído de, no mínimo, 51 (cinquenta e uma) unidades habitacionais (barracos, casas...) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa. A identificação dos Aglomerados Subnormais deve ser feita com base nos seguintes critérios:

a) Ocupação ilegal da terra, ou seja, construção em terrenos de propriedade alheia (pública ou particular) no momento atual ou em período recente (obtenção do título de propriedade do terreno há dez anos ou menos); e b) Possuírem pelo menos uma das seguintes características: urbanização fora dos padrões vigentes - refletido por vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular, lotes de tamanhos e formas desiguais e construções não regularizadas por órgãos públicos; e precariedade de serviços públicos essenciais. Os Aglomerados Subnormais podem se enquadrar, observados os critérios de padrões de urbanização e/ou de precariedade de serviços públicos essenciais, nas seguintes categorias: a) invasão; b) loteamento irregular ou clandestino; e c) áreas invadidas e loteamentos irregulares e clandestinos regularizados em período recente".

sítio urbano e o processo de desenvolvimento da cidade resultaram em padrões de distribuição específicos dos aglomerados. Assim, no Rio de Janeiro (RJ), por exemplo, há ocupação de encostas íngremes ou área de praias em Fortaleza (CE), vales profundos em Maceió (AL) – as denominadas grotas -, baixadas inundadas em Macapá (AP), manguezais em Cubatão (SP) e igarapés e incutás em Manaus (AM).

Mapa 02 – Brasil. Aglomerados subnormais, 2010.

Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2010 – Resultado do Universo.

Elaboração cartográfica: Leandro Henrique da Silva. Software: Philcarto/Inkscape.

A pista de George (idem) em descobrir a dinâmica da existência em sua totalidade distingue do tipo de geografia do trabalho de outros autores como Herod, Peck ou mesmo Massey. Revelar as contradições das características do território com o tipo de atividades da população consiste em um esforço de método

importante para ultrapassar o processo de trabalho em direção ao uso desigual do território.

No Brasil a distribuição da população vivendo em favelas pode ser exemplificada na tabela a seguir:

Tabela 02 – Brasil. População residente em aglomerados subnormais, 2010.

Situação do domicílio	Variável	
	População residente em domicílios particulares ocupados (Pessoas)	População residente em domicílios particulares ocupados (Percentual)
Total	91.404.905	100,00
Aglomerados subnormais	11.425.644	12,50
Urbana	77.141.152	84,39
Rural	2.838.109	3,10

Fonte: Censo demográfico, 2010.

Em 2010, 12,50 % da população residente em domicílios ocupados do país moravam em favelas. De acordo com o IBGE (idem), a Região Sudeste concentravam 49,8 %, com destaque para o Estado de São Paulo, que congregava 23,2 % dos domicílios brasileiros. Seguido do Estado do Rio de Janeiro, com 19,1 %. A Região Nordeste continha 28,7 % do total (9,4% na Bahia e 7,9 % em Pernambuco). A Região Norte reunia 14,4 %, sendo 10,1 % no Estado do Pará. No Sul do Brasil e no Centro-Oeste a ocorrência era menor, com 5,8% e 1,8% respectivamente.

No município de São Bernardo do Campo a situação é mais grave. De acordo com a tabela 03 do total dos domicílios particulares ocupados, 43.072 mil estão em áreas de favelas, ou seja, 18%. A razão entre a população residente e o número de pessoas residindo em aglomerados subnormais é de 20%, maior que a média nacional.

Tabela 03 – São Bernardo do Campo. Domicílios particulares ocupados total e em aglomerados subnormais, 2010.

Domicílios particulares ocupados (Unidades)	239.337
Domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais (Unidades)	43.072
População residente em domicílios particulares ocupados (Pessoas)	762.217
População residente em domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais (Pessoas)	152.780
Número de aglomerados subnormais (Unidades)	58

Fonte: Censo demográfico 2010 – Dados do universo, 2010.

Mapa 03 – São Bernardo do Campo. Presença de aglomerados subnormais, 2010.

Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2010 – Resultado do Universo.
Elaboração cartográfica: Leandro Henrique da Silva. Software: Philcarto/Inkscape.

Com um número de 58 aglomerados subnormais, este município possui um verdadeiro cinturão de favelas. A Leste do município, bairros como Baeta Neves, Ferrazópolis e Montanhão possuem o maior extensão de aglomerados subnormais na divisa com o município de Santo André. Ao Sul e Sudoeste continua a ocupação em direção a Represa Billings, esta última área teve um importante papel com a vinda das empresas multinacionais a partir da década de 1950. E a presença de favelas no centro da cidade indica os resquícios de um acampamento dos trabalhadores que construíram a Rodovia Anchieta. Estes episódios serão descritos no capítulo 4 que trata sobre as modernizações territoriais neste município.

Por ora, antes da análise das condições de vida dos trabalhadores que vivem em áreas de favelas, se faz necessário averiguar parte da literatura geográfica brasileira envolvida com a temática do trabalho, seus esforços e ambiguidades após algumas ideias dos países do norte.

As controvérsias da temática do trabalho no pensamento geográfico brasileiro

Classificar e expor uma literatura geográfica sobre o tema do trabalho no Brasil consiste em tarefa complexa e não está ao alcance dessa dissertação, na medida em que há uma ausência de rigor conceitual e explicativo, segundo Moreira (2002), com relação a essa temática na geografia.

Tal tarefa se complica ainda mais devido a existência de poucos grupos ou de linhas de pesquisas, tanto aqueles financiados pelas instituições de fomento a pesquisa (CNPq) como grupos autônomos de pesquisadores inclinados a tecer uma colaboração metodológica sobre o que viria a ser uma geografia do trabalho, seus temas e metodologias.

Nessa pretensão reuniram-se algumas obras no âmbito da ciência geográfica denominada ou autointitulada: geografia do trabalho. Destacam-se, portanto, uma miríade de livros, artigos, teses de Mestrado e/ou Doutorado, estas últimas presentes, especialmente, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo e Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente.

Tal iniciativa procura conhecer como as categorias historicamente

estabelecidas ou reformuladas da geografia desenvolveram uma explicação sobre as dinâmicas espaciais ou geográficas a partir das mutações no atual mundo do trabalho, uma questão cara à geografia, porque é repleta de ambiguidades.

A título inicial, o enfoque de Moreira¹⁴ (2002, p.21) sobre o trabalho a partir da geografia é direcionado às mudanças do mundo do valor-trabalho, logo, para o autor, denomina-se “[...] geografia do trabalho ao tratamento analítico do tema a partir das categorias geográficas”.

Moreira parte do pressuposto das complexas metamorfoses que alteraram a base e os pilares da sociedade industrial (a sociedade do trabalho), deslocando o centro de gravidade da indústria para as finanças e assim alterando a forma e o processo da acumulação do capital.

O que incluiria mudanças, portanto, nos termos da relação das esferas econômicas da produção e da circulação e a natureza dos conceitos e formas clássicas do trabalho, do valor e do valor-trabalho do mundo da indústria (MOREIRA, IDEM).

A mudança qualitativa no tratamento dessa temática pela geografia parte das críticas ao principal representante da chamada geografia do trabalho: o geógrafo Pierre George (BITETI, 2003; NUNES, 2002). Este seria o único a utilizar a expressão geografia do trabalho como tema em sua extensa obra, contudo como observa Moreira (2002), George produziu muito mais uma sociologia das ocupações e uma economia do emprego em seus escritos.

Vale ressaltar que a conclusão de Moreira é, no mínimo, superficial dado a densidade da obra de Pierre George ainda a ser explorada pelos geógrafos.

George (1969) não realiza uma simples “geografia das ocupações” como escreve Moreira. Aliás, sua visão do trabalho liga-se com a existência em sentido amplo e na elaboração de um método para a Geografia, razão pela qual a compara com a Sociologia destacando suas divergência e aproximações. O geógrafo francês alerta que o trabalho é criador de paisagem, de estilo de vida, logo, condições de existência deste grupo ou de sua produção (GEORGE, 1969, p.113.).

Obviamente que o tema do trabalho possui comporta diversas disciplinas e no âmbito tecnológico, sociológico e, sobretudo, geográfico através da pergunta: onde? Para George (idem, p.133), se o trabalho é o meio de assegurar a existência,

¹⁴ Texto consultado quando o autor presidia a coordenação do Núcleo de Estudos de Geografia do Trabalho – NEGT – Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense – RJ.

a análise deve tratar de todas as modalidades da vida, visto que existem diversos condicionantes da existência em relação as exigência do trabalho.

George realizar o oposto daquela crítica de Moreira (2002) sobre as ocupações e emprego. Mesmo ignorando a argumentação de George sobre a visão de totalidade em que o trabalho deve ser analisado na geografia, Moreira (idem) elabora suas teses para uma geografia do trabalho. Antes, realça não se tratar de mais uma subdivisão da geografia, mas sim da utilização das categorias da paisagem, território e do espaço a fim de explicar o tema do trabalho.

O autor exemplifica algumas categorias de análises utilizadas em sua metodologia, dentre elas: (des)naturalização; (des)terreação; (des)territorialização do homem; excedentes, dentre outras. Seu destaque maior é atribuído a paisagem, pois, seria a responsável pelo início e término de todo o processo de análise em geografia. Enquanto o território é conceituado como recorde da paisagem expressando um domínio de alguma relação ou de um corpo. Já o espaço representaria a estrutura invisível da sociedade.

De outro modo, o método de análise de Moreira (idem, p.5) para o estudo do trabalho na geografia seria o seguinte: o tema da ação sindical, do trabalho informal, ou os “camelôs” em São Paulo, o desemprego ou outro tema ligado à sociologia do trabalho, entre outros, dever ser, inicialmente, mapeados após a análise da paisagem. O território constitui o âmbito no qual ocorrem o que o autor denomina de “ato analítico do território”, quer dizer, as ações, os eventos ligados ao mundo do trabalho devem ser localizados e sua distribuição ser analisada. O espaço seria a estrutura do território (invisível) que abarca todas as ações. Moreira conclui que dessa forma é possível chegar a realidade concreta da sociedade.

No Estado da arte é possível visualizar as diversas maneiras em que os pesquisadores desenvolvem sua metodologia no estudo da realidade. Kneller (1980), ao refletir sobre os objetivos da ciência, declara, entre outras coisas, que sua finalidade consiste em fornecer uma explicação completa para a ordem na natureza. Para realizar este fim, a ciência propõe e comprova as teorias que procuram explicar aspectos particulares dessa ordem. Mas o que é uma boa teoria? Segundo Kneller (idem) quando uma teoria explica mais fatos do que uma outra de modo mais simples e com poder de alcance maior, temos uma teoria superior.

As teorias são propostas no âmbito de uma tradição de pesquisa, isto é, uma sucessão de investigações empreendidas por uma quantidade de cientistas, à

sombra de um conjunto de pressupostos fundamentais (KNELLER, 1980, p. 21).

Sendo assim, as diferenças teóricas, até o momento, entre Santos (2008), Sorre (1962), George (1969) de um lado, e Herod (2001), Massey (1984), Moreira (2002), de outro, dizem respeito a existência de uma teoria do espaço geográfico atribuída aos primeiros, e, grosso modo, uma ausência de explicação total pelo espaço geográfico nos segundos.

O método desta dissertação, a ser aprofundado nos próximos capítulos, pode ser, em linhas gerais, resumido da seguinte forma: a divisão internacional do trabalho, também conhecida como o processo de repartição dos recursos do planeta, manifesta-se geograficamente por meio de divisões territoriais do trabalho. Estas divisões trazem consigo as intencionalidades dos agentes externos aos locais em que se instalam no território através de eventos, notadamente, de empresas multinacionais a exemplo da Volkswagen, Toyota ou Scania, dentre outras, em São Bernardo do Campo ou qualquer outra localidade. Os eventos que se inserem no meio geográfico acabam por incorporar ações técnicas e normativas com objetivos, na maioria das vezes, externos a este mesmo meio, cada vez mais dotado de ciência, técnica e informação. Por isso o trabalho, no período atual, se manifesta em um meio técnico-científico-informacional, isto é, condição para a existência de novas formas de relações entre o mundo e os lugares. Estas relações podem ser de caráter hegemônico através do processo das verticalidades em prejuízo das relações espaciais contíguas, estas representadas pelas horizontalidades. Desse modo, a predominância de usos do território de modo hierárquico eleva a complexidade dos lugares e as paisagens demonstram as contradições entre as concentrações de atividades, por exemplo, industriais e a permanência ao longo do tempo das carências sociais.

Nesse sentido, o método de Moreira (idem) parte de uma crítica a Pierre George, mas não revela claramente seu entendimento sobre a geografia em sua totalidade e, não em apenas um de seus possíveis temas. Sorre (idem) recorda da necessidade da rede de relações, do problema da definição dos complexos industriais e sua ligação com o aspecto global para, desse modo, atingir o problema da automação e do emprego.

Portanto, resta analisar outras linhas de pesquisa em consonância com as ideias de Moreira (idem), isto é, incorporar o trabalho como temática a Geografia, desvinculando-o de uma teoria do espaço geográfico clara e, ao mesmo tempo,

simples.

A questão da mobilidade do trabalho consiste em outra linha de análise pesquisada por geógrafos e relaciona-se as mutações do trabalho diante da falência dos pressupostos da modernização, com forte inspiração na obra de Robert Kurz.

Uma geografia assim estabelecida encontraria nos impactos de uma reestruturação produtiva, umas das explicações à organização do espaço. Tal organização espacial seria responsável por encerrar em si uma classe trabalhadora diluída e passiva diante dos imperativos do capital, a exemplo da pesquisa de Mestrado de Silva (2008) sobre as tendências migratórias em Santo André, município localizado na Região Metropolitana de São Paulo.

Entretanto, nessa perspectiva, também há pesquisadores que escolhem determinados grupos da classe trabalhadora a fim de revelar a problemática da mobilidade do trabalho através de suas redes sociais, esta considerada a base de um desencantamento, como o fez Gomes (2007) em sua tese sobre o território de trabalho dos carregadores piauienses no Terminal da CEAGESP.

Tributário dessas pesquisas sobre reestruturação produtiva, Thomaz Junior¹⁵ (2002; 2004; 2005) não realiza outra coisa senão elevar ao máximo a geografia do trabalho a uma perspectiva teórica e metodológica autorizada a realizar uma leitura geográfica do trabalho. Para isso utiliza o marxismo, mais uma vez, presente em toda sua obra, chamado a preencher os interstícios da análise geográfica, renovado, não-ortodoxo, além de outros predicados ambíguos.

Os temas ligados ao trabalho e a classe trabalhadora constituem o próprio objeto de conhecimento, no qual os conceitos geográficos, como: território, paisagem, lugar, dentre outros, desempenham a mediação necessária na análise da relação entre o ser social e a natureza.

A inferência, ainda que preliminar, confere a dimensão geográfica do trabalho a reconstrução do liame entre o homem e natureza ou sociedade e espaço que o capital fragmentou, talvez, o ponto de partida para o entendimento do espaço total na perspectiva deste autor.

O mundo do trabalho no campo e na cidade, os movimentos sociais e sua práxis, os sindicatos e sua falência atual, além da modernização capitalista no setor agroindustrial compõem as principais temáticas privilegiadas pelo autor.

¹⁵Coordenador do Grupo de Pesquisa: Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT) – Departamento de Geografia – Faculdade de Ciências e Tecnologias de Presidente Prudente.

Outros pesquisadores, a exemplo de Castilho (2008), ressaltam o papel do trabalho no que denomina de 'produção do espaço' e na melhoria das condições da classe trabalhadora através de alternativas potencialmente distintas de organização de novas atividades econômicas. A economia solidária¹⁶ aparece entre essas alternativas por meio de um discurso que pretende refutar a eterna subjugação dos trabalhadores ao capital. Segundo Singer (2012), a economia solidária é a forma encontrada para reduzir a exclusão social e a queda na indigência. As vítimas da pobreza buscariam se inserir na produção social por meio de diversas formas de trabalho autônomo, individuais e coletivas. Ao optarem pela coletividade, os trabalhadores se organizam pela autogestão, isto é, pela

¹⁶ "Economia Solidária é um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente. Cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem. A economia solidária vem se apresentando, nos últimos anos, como inovadora alternativa de geração de trabalho e renda e uma resposta a favor da inclusão social. Compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário. Nesse sentido, compreende-se por economia solidária o conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizadas sob a forma de autogestão. Considerando essa concepção, a Economia Solidária possui as seguintes características: a) Cooperação: existência de interesses e objetivos comuns, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva de bens, a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária. Envolve diversos tipos de organização coletiva: empresas autogestionárias ou recuperadas (assumida por trabalhadores); associações comunitárias de produção; redes de produção, comercialização e consumo; grupos informais produtivos de segmentos específicos (mulheres, jovens etc.); clubes de trocas etc. Na maioria dos casos, essas organizações coletivas agregam um conjunto grande de atividades individuais e familiares. b) Autogestão: os/as participantes das organizações exercitam as práticas participativas de autogestão dos processos de trabalho, das definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, da direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses, etc. Os apoios externos, de assistência técnica e gerencial, de capacitação e assessoria, não devem substituir nem impedir o protagonismo dos verdadeiros sujeitos da ação. c) Dimensão Econômica: é uma das bases de motivação da agregação de esforços e recursos pessoais e de outras organizações para produção, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo. Envolve o conjunto de elementos de viabilidade econômica, permeados por critérios de eficácia e efetividade, ao lado dos aspectos culturais, ambientais e sociais. d) Solidariedade: O caráter de solidariedade nos empreendimentos é expresso em diferentes dimensões: na justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes; no compromisso com um meio ambiente saudável; nas relações que se estabelecem com a comunidade local; na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional; nas relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório; na preocupação com o bem estar dos trabalhadores e consumidores; e no respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras. Considerando essas características, a economia solidária aponta para uma nova lógica de desenvolvimento sustentável com geração de trabalho e distribuição de renda, mediante um crescimento econômico com proteção dos ecossistemas. Seus resultados econômicos, políticos e culturais são compartilhados pelos participantes, sem distinção de gênero, idade e raça. Implica na reversão da lógica capitalista ao se opor à exploração do trabalho e dos recursos naturais, considerando o ser humano na sua integralidade como sujeito e finalidade da atividade econômica (MTE, 2012).

administração participativa, democrática, dos empreendimentos. Estes seriam os pontos fundamentais da economia solidária (SINGER, 2012, p. 2)

Há uma propensão em escolher, dentre os inúmeros elementos do movimento da totalidade, uma variável e procurar a dimensão espacial da produção e do cotidiano dos trabalhadores exclusivamente em uma fábrica (FRANCA, 2004). Ou mesmo, eleger a categoria trabalho e torná-la o centro da análise geográfica, o que não deixa de gerar contestações quando se trata da constituição do espaço social total (CASTRO, 2003).

É importante notar as diversas opções e recortes metodológicos, em função de temas diversos incorporados a geografia quando se trata de relacionar o trabalho e sua dimensão espacial ou territorial.

Desde a relação capital-trabalho, as discussões não menos controversas de gênero na geografia, a busca da dimensão espacial de classes, enfim, dentre as inúmeras possibilidades de pesquisas, o discurso do específico, do fragmento reaparece e afasta um caminho totalizante e dinâmico diante da atual realidade complexa do mundo.

George (1969, p.133), mais uma vez oferece uma reflexão fundamental para se atingir a noção de totalidade na geografia, quando pondera que:

“[...] o problema não se limita exclusivamente aos vínculos simples de *subordinação* das condições e níveis de existência à execução de formas de trabalho ou de contratos de trabalho, mas de *sujeições* que fazem com que as modalidades de trabalho influam sobre a vida dos indivíduos *como um todo*: sujeições relativas ao habitat e a habitação, aos deslocamentos diários, referentes a inserção de lazes no tempo [...]”(grifos do autor).

Devem ser assinalados, ainda, os esforços de George (1969, 1972) pela delimitação do campo do geógrafo, do caráter de ciência humana e do movimento dado a geografia. Para isso, esse autor criou um sistema de conceitos para contribuir com a prática do geógrafo e não formar somente um pesquisador especialista em acumulação do capital, a partir de referências de outras disciplinas.

Isso leva ao estudo de seu método, de seu sistema de conceitos baseados em seu espaço de relações, das formas de existência, do habitat, do trabalho e do deslocamento dos homens. A relação entre outras ciências foi fundamental para George insistir na preocupação do geógrafo com a sociedade

global.

Isso leva a algumas considerações sobre o mundo do trabalho do ponto de vista geográfico.

A primeira ressalva no tratamento da geografia com a categoria trabalho apresentada neste capítulo apontou a preocupação com a especialização do conhecimento científico na explicação geográfica. O uso do território pelo mundo do trabalho possui outros fundamentos diante de uma geografia particular do trabalho. A maneira pela qual os distintos agentes usam o território está intimamente ligada a constituição do meio técnico-científico-informacional. Isso quer dizer que não somente o processo de trabalho se transforma, mas sim o próprio meio geográfico incorpora ações técnicas e normativas. Essa perspectiva permite reconhecer novos recortes territoriais advindos de uma nova divisão internacional do trabalho.

O grande desafio, nestes termos, é conectar tais pretensões em uma teoria do espaço geográfico, que seja ao mesmo tempo, clara e consistente na explicação das manifestações com o território, este dotado de conteúdo histórico, através de seu conjunto de conceitos a fim de revelar as dinâmicas dos processos globais e de seu relacionamento com os lugares.

Igualmente, segundo Santos (2008), as variáveis não devem ser reduzidas, ou melhor, o referencial analítico não deve ser centralizado em somente um único elemento, como: os homens, as empresas, as instituições ou as infraestruturas, mas deve ser analisadas conjuntamente para se atingir a totalidade do espaço. Um elemento, diria Santos (idem, p.16) com base nas ideias de Bertrand Russel, seria o equivalente a expressão categoria, senso entendida como verdade eterna, [...] presente em todos os tempos, em todos os lugares, e da qual se parte para a compreensão das coisas num dado momento. O importante para Santos (idem) diz respeito as interações entre aqueles elementos citados, pois cada ação não independente aos demais, mas constitui um resultado da totalidade do processo social.

É preciso, portanto, que se decida procurar o real significado do espaço geográfico na sua peculiar constituição como uma categoria determinada/determinante, em seu próprio dinamismo com a sociedade, e não em princípios externos ou estranhos de caráter sociológico, econômico, cultural ou somente político.

Na geografia do trabalho anglo-saxônica o espaço ainda se confunde com

a paisagem, sendo uma “coisa” a ser utilizada para fins políticos. No Brasil, há a necessidade de ampliar o diálogo entre autores de mesmo escopo em se tratando da crítica da geografia do trabalho.

Esta pretensão de reunir diversas bibliografias geográficas tem a ver com a impossibilidade de atingir a verdade, mas também contribuir para o saber humano, como escreveu Sartre (1966, p.12-23) com métodos modificados por que são aplicados a objetos também novos. Segundo este filósofo, “[...] o pensamento concreto deve nascer da práxis e voltar-se sobre ela para iluminá-la: não ao acaso e sem regras, mas – como em todas as ciências e todas as técnicas – em conformidade com princípios”.

Diante disso, as críticas de alguns autores neste capítulo partiram das transformações porque passa o mundo no período atual, sobre o que seria esse mundo novo marcado pelo aumento paradoxal de relações seletivas generalizadas de um lado, e por um afastamento de concepções totalizantes diante da exponencial complexidade dos problemas sociais, de outro.

Possibilitar esse debate sobre distintas concepções daquilo que se convencionou chamar de geografia do trabalho torna-se imprescindível para se avançar em sua extensão e nuances, verificar seus limites e ambiguidades ainda a serem exploradas. No próximo capítulo será investigada a divisão do trabalho e sua interpretação pela geografia, na tentativa de desenvolver os princípios para vislumbrar as desigualdades socioespaciais a partir dos usos do território.

CAPÍTULO 2: A DIVISÃO DO TRABALHO COMO MOTOR DA DIFERENCIAÇÃO ESPACIAL

“As condições ‘geográficas’ são, indubitavelmente,
condições sociais, porém de um tipo particular”.

(Milton Santos, *O Espaço do cidadão*, 1988.)

A divisão do trabalho e sua interpretação geográfica

Na descrição das razões empíricas expostos na introdução para problematizar a realidade, a observação da paisagem figurou como ponto de partida à investigação científica. O exemplo da paisagem industrial concentrada e prolongada na área da metrópole de São Paulo constitui o ponto de partida para a análise da dinâmica dos problemas sociais e territoriais enfrentados pela maioria da população.

E o território usado pelas empresas nacionais e internacionais, com uma distribuição de seus objetos cada vez mais técnicos e especializados, em determinada produção, aparecerá como a mediação entre essa grande parcela da população empobrecida pelo trabalho, pela renda ou pelo acesso aos bens e serviços necessários a uma vida digna.

Essa relação desigual entre agentes pode resultar em um quadro de vida repleto de determinações externas ditados pelos processos mundiais,

Neste capítulo, esses problemas têm como ponto de partida o estudo da categoria da divisão do trabalho através da ciência geográfica, com a certeza de sua contribuição efetiva às ciências sociais, sobretudo quando associada a uma teoria do espaço geográfico. Esse enriquecimento torna-se fundamental ao desvendamento daquelas desigualdades socioespaciais do mundo contemporâneo por meio de um sistema de referência dinâmico.

As desigualdades não serão tomadas exclusivamente pelas classificações sociais, econômicas, culturais etc., mas sim pelo seu caráter territorial, ou seja, amparadas em uma artificialização crescente do meio geográfico, do meio de trabalho e da vida, aqui, representados pela diversidade dos lugares.

Assim, alguns temas relacionados ao espaço humano no período atual, como o das relações entre os fatores técnicos e políticos, tanto externos como internos a cada país, mediados por uma nova divisão internacional do trabalho alterada pelo período da globalização, por exemplo, influenciarão este estudo da concentração de atividades no território.

Isso porque ele terá como foco de análise as desigualdades socioespaciais por meio da evolução urbana de áreas especializadas, como presentes na região metropolitana de São Paulo.

Essa região sofreu intensas transformações, entre outras coisas, devido às intencionalidades das empresas multinacionais do setor automobilístico. Dito de outra forma: criou-se uma divisão territorial do trabalho específica, imposta e acolhida pelo Brasil a partir do final da Segunda Guerra Mundial e com repercussões no período atual.

Essas e outras contradições do sistema capitalista presentes em países chamados subdesenvolvidos como o Brasil, vistos pela evolução de seu território, de sua configuração territorial e de sua política, da mesma forma, auxiliam a análise das manifestações dos eventos¹⁷ de origem global, uma vez que esses eventos incorporaram ações técnicas e normativas desintegradoras aos lugares ao longo do tempo.

Tais considerações iniciais permitem demonstrar a complexidade em lidar com as relações dos elementos do espaço geográfico e sobretudo a preocupação do geógrafo com a sociedade global e não somente com categorias específicas, como advertiu Pierre George (1972).

O anúncio de algumas premissas básicas implica, portanto, na exposição de uma “versão” geográfica da categoria da divisão do trabalho, tal como a considera Santos (2008, p.129), isto é, “[...] o motor da vida social e da diferenciação espacial”.

Para que a diferenciação espacial procedesse como imanente a essa divisão do trabalho, o próprio trabalho assumiu formas distintas pela ação humana ao longo da história. A indissociabilidade entre o trabalho, a forma de vida do homem engendrada pelo uso desigual do território e as desigualdades decorrentes dessa relação despontam como o ponto de partida deste capítulo.

É necessário, desse modo, expor um sucinto quadro sobre o conceito de trabalho, dos efeitos da divisão do trabalho na sociedade a fim de conectá-lo a teoria do espaço geográfico apresentada em sequência. O contato com diferentes disciplinas e com textos distintos pode compensar os inconvenientes da especialização do conhecimento, como lembra Grawitz (1996).

Por isso, estão presentes autores clássicos da Economia Política, da Sociologia, da Filosofia, entre outros, sobre o trabalho e a sua divisão social.

¹⁷ “Um evento é o resultado de um feixe de vetores, conduzido por um processo, levando uma nova função ao meio preexistente. Mas o evento só é identificável quando ele é percebido, isto é, quando se perfaz e se completa. E o evento somente se completa quando integrado no meio. Somente aí há o evento, não antes” (SANTOS, 2008, p.95).

Dentre inúmeros autores, foi Marx (2010), ainda no século XIX, quem concebeu o trabalho como o processo eterno da mediação do homem com a natureza, independente da estrutura social que o determina. O autor de *O Capital* objetivava desvendar a lei econômica do movimento da sociedade moderna.

O interesse particularmente geográfico nessa definição advém do fato de que entre o homem e a natureza há outros elementos materiais e sociais sem os quais o processo de trabalho não se realizaria, isto é, as técnicas. Marx (2010, p. 215) revela essa dinâmica das técnicas, ao admitir, por sua vez, que o próprio conjunto de objetos resultante do trabalho já realizado é responsável por influenciar a produção em momento posterior ou em suas palavras: “[...] os produtos destinados a servir de meios de produção não são apenas resultado, mas também condição do processo de trabalho”.

Em seguida, Marx (idem) recupera o alcance filosófico da divisão do trabalho como base da cooperação, ou seja, a maneira em que inúmeros trabalhadores reunidos em um mesmo processo produtivo elevam sua capacidade de produzir, superando seus limites individuais.

Entretanto, o problema dessa cooperação estaria ligado ao modo de produção capitalista. Marx expõe de modo enfático o fato de a produção capitalista reunir grande número de trabalhadores assalariados a fim de aumentar seu capital, por meio da intensificação da força de trabalho e da extração da mais-valia.

Esse tipo de divisão do trabalho se manifestou, segundo Marx, no período manufatureiro (séculos XVI ao XVIII) ao decompor as diversas etapas do trabalho com a finalidade de constituir o fundamento geral de toda produção: a mercadoria.

Para esse pensador alemão, a divisão social do trabalho se processa através da compra e da venda de produtos oriundos de distintos ramos produtivos. Esse ponto é fundamental para entender como a partir da divisão social do trabalho se chega à divisão territorial do trabalho.

Marx toma como base a diferença natural entre indivíduos, grupos e comunidades com diferentes meios de produção e de subsistência para a troca de produtos em escala crescente pelo mundo. Essa troca de produtos tornaria interdependentes os diversos ramos produtivos diante da produção social total.

A divisão do trabalho, portanto, entre cidade e campo, na época de Marx,

seria a expressão histórica máxima dessas interrelações entre mercadorias¹⁸.

Assim, a divisão territorial do trabalho aparece “grosso modo” no contexto da principal obra de Marx, como evolução técnica da divisão social do trabalho na busca por maior produtividade em qualquer ponto do globo. As condições que permitiriam o aumento ou redução da produção relacionam-se com a variedade das matérias-primas e as particularidades de suas condições em outras localidades.

Todavia, não era o objetivo de Marx demonstrar como a divisão do trabalho, a partir de sua crítica a Adam Smith, Proudhon, dentre outros, sobre as formas assumidas por essa divisão na manufatura, se apossou de outras esferas sociais, além da econômica. Compete, neste íterim, a Geografia elaborar seu próprio método e contribuir para o desenvolvimento da ciência total.

O fato é que no período manufatureiro, como escreveu Marx (2010, p.408-9), “[...] a divisão do trabalho na sociedade desenvolveu-se muito com a ampliação do mercado mundial e com o sistema colonial, que configuram entre as condições de existência gerais desse período”.

Neste sentido, a divisão territorial do trabalho emerge a partir do momento em que confina “[...] ramos particulares de produção em áreas destinadas de um país [...]”, e acaba por criar, em uma citação muito fecunda que Marx resgata, “[...] a base para o desenvolvimento das especialidades, *para um parcelamento do homem que levou A. Ferguson, o mestre de A. Smith, a exclamar: “Construímos uma nação de hilotas¹⁹ e não temos cidadãos livres”* (grifo nosso).

Outra obra clássica do final do século XIX sobre o processo de divisão do trabalho é de autoria de Durkheim (1999). O enfoque pertinente a esta investigação visa explorar os vínculos que esse autor estabeleceu entre os progressos da divisão do trabalho a partir das variações do meio social.

Para Durkheim (idem) a divisão social do trabalho cria solidariedades entre os indivíduos e possui relação direta com o aumento e a densidade populacional. Entretanto, nessa relação, adverte o autor, o grau de especialização dos indivíduos, isto é, suas aptidões estão diretamente relacionadas com a variedade do meio em que estão inseridos tais indivíduos.

¹⁸ Ver Milton Santos, Espaço e dominação: uma abordagem marxista. In: SANTOS, Milton. Economia Espacial: críticas e alternativas. 2.ed. São Paulo: EDUSP, 2007 [1.ed. 1979]. Uma atualização da abordagem marxista sobre a relação cidade-campo a partir da Geografia.

¹⁹ Em Esparta (Grécia Antiga), era o escravo que cultivava o campo. Atualmente relaciona-se a pessoa de ínfima condição social.

As referidas especializações aumentariam na medida em que as diferenças externas pudessem se intensificar. A despeito de sua ênfase biológica na explicação social, o grande sociólogo francês ensaia em procurar nessas condições externas uma base de diferenciação social, quer dizer, uma base decorrente da variação geográfica.

A questão da divisão do trabalho foi retomada por inúmeros autores, tal como Gorz (1999), quando se preocupou com a superação da divisão capitalista do trabalho, com ênfase nos estudos dos países desenvolvidos. O autor comenta, mesmo rapidamente, o impacto das grandes concentrações industriais que leva a monoprodução em cidades como: Turim, Detroit, ou regiões como Ruhr ou Lorena, e a incapacidade de suas populações em produzir e consumir aquilo que lhes é necessário devido a um comando tecnoburocrata central.

Os ensaios reunidos por Gorz (idem) procuraram atualizar as questões sobre a divisão social do trabalho, principalmente a divisão interna das firmas.

Outra contribuição fundamental para o conhecimento teórico das desigualdades entre as regiões, advém dos estudos de Lipietz (1988). A preocupação do autor versa sobre as formas concretas que o desenvolvimento desigual capitalista se manifesta no território. Para o autor, é possível com a teoria marxista falar em países dominantes e dominados, pelo fato de que há uma dimensão espacial das relações de exploração e de dominação capitalista.

As relações sociais possuiriam, portanto, uma dimensão espacial responsável por polarizar o espaço social. De acordo com Lipietz (idem), pode-se compreender essa polarização entre riqueza e pobreza no sistema capitalista através de sua manifestação empírica na desigualdade territorial, ou melhor, na existência de “regiões de pobres” ao invés de se conceituar uma região pobre. Isso porque “[...] há regiões de ricos e relações sociais que polarizam riqueza e pobreza e as dispõem diferentemente no espaço” (Idem, p.29).

Esse quadro de referência preliminar sobre o trabalho e a divisão do trabalho é fundamental para enfocar sua ligação com a dinâmica da diferenciação espacial. Uma teoria do espaço geográfico deve procurar relacionar a totalidade dos elementos de que o espaço é composto e buscar incluir as inúmeras variáveis do período atual em sua análise.

Essa ligação está presente em Santos (2008c, p.60):

A cada movimento social, possibilitado pelo processo da divisão do trabalho, uma nova geografia se estabelece, seja pela criação de novas formas de atender a novas funções, seja pela alteração funcional das formas já existentes [...] A cada momento da divisão do trabalho, a Sociedade total se redistribui, através de suas funções novas e renovadas, no conjunto de formas preexistentes ou novas. A esse processo pode chamar-se de *geografização da sociedade* (grifo do autor).

A acepção do espaço geográfico é, portanto, situada na dialética entre objetos e ações de forma conjunta (Santos, 2008). Essa indissociabilidade entre a materialidade e as ações humanas é fundamental para associar a definição de trabalho descrita por Marx, isto é, ação orientada para um fim, com a de espaço geográfico definido por Santos (idem).

Esse último autor demonstra que a ação humana vista em seu conjunto leva, inevitavelmente, a criação de formas geográficas. Observa-se a correlação total, no plano abstrato, do trabalho com a o espaço geográfico. Já a divisão do trabalho, ainda segundo Santos (2008), pode também ser vista como a responsável pela cisão da totalidade (o que inclui os recursos do mundo), que acaba por incorporar novos conteúdos e novas funções aos lugares.

Esses lugares são conceituados como o depositário final dos eventos, isto é, das possibilidades do mundo em determinada época e se objetivam nos múltiplos acontecimentos humanos. Dessa forma, Santos (2008) define o lugar como o espaço do acontecer solidário.

Essa abordagem conjunta entre objetos e ações permite vislumbrar as relações entre o mundo e os lugares em suas formas atuais: complexas e altamente dinâmicas. De um lado, o espaço geográfico torna-se um aspecto central na dinâmica social. Neste caso, as formas geográficas exerceriam um papel ativo diante das manifestações dos processos mundiais.

Isso pode ser visto, através da história, na localização das grandes empresas nacionais e multinacionais e suas infinitas opções a fim de expandirem sua acumulação de capital e a busca de novos mercados para seus produtos.

Graças à unicidade técnica, expressa por sua combinação com a informação hoje em tempo real, na automação e na informática, o uso do tempo e

das ações em sua forma política são muito mais eficazes (SANTOS, 2003). Por isso o impacto da chegada de uma empresa (nacional ou internacional) em qualquer localidade, na distribuição de sua população, suas funções, de sua infraestrutura são mais intensas do que no passado.

Por outro lado, é possível questionar: quais os benefícios desse novo sistema de produção para a maioria da população? Nas áreas em que estão instaladas grandes empresas multinacionais, sobretudo, a concentração de inovação, da informação, os problemas do desemprego, da habitação, dentre outros não diminuiram, mas sim foram agravados.

Sendo assim, as solidariedades de Durkheim, a polarização de que fala Lipietz, a monoprodução de Gorz ou o confinamento de ramos produtivos de Marx conduziriam na “versão geográfica” deste estudo a um aprofundamento das desigualdades entre homens, destes com seu meio geográfico, devido aos distintos usos que se realizam na atual repartição do trabalho no mundo, ou melhor, na atual divisão internacional do trabalho.

A divisão internacional e territorial do trabalho: entre verticalidades e horizontalidades

Há inúmeros estudos sobre as transformações da divisão internacional do trabalho no atual período histórico, privilegiando, principalmente, as relações econômicas externas. A internacionalização do capital e a ascensão das multinacionais como tema frequente em Hymer (1983), ou o grau de assimetria no uso do trabalho, conforme revela Pochmann (2002).

Houve, do mesmo modo, comparações entre a divisão internacional capitalista e socialista do trabalho baseados em critérios de exportações de capitais por meio de investimentos diretos, como em Chaporov e Motorine (1975). As reduções de custos de transações e de comunicações também são variáveis utilizadas recentemente por Fontagné (2011) para caracterizar a nova divisão internacional do trabalho.

Entretanto, como analisar a repartição do trabalho no mundo, as trocas comerciais em escala mundial a partir de sua expressão territorial? Iniciar com as

classificações comuns pode revelar apenas parte do problema, como alerta Lipietz (1986). A análise pelas convenções das leis gerais capitalistas, diz esse autor, pode reduzir países exportadores de matérias-primas, como Argentina, Brasil ou países do Caribe em critérios equivalentes, desconsiderando, assim, o peso do passado inscrito na estrutura social desses países.

Temas como a divisão Norte-Sul, países periféricos e centrais, exportadores de mão de obra barata e fornecedores de tecnologia, entre outros, não revelariam claramente a organização geográfica intencional do trabalho.

Neste sentido, tanto as generalizações como as condições locais, estas últimas representadas pelas suas heranças do passado e formas geográficas, devem ser analisadas conjuntamente, tal como propõe Santos (1994).

O que permitiria identificar, por exemplo, a posição de São Paulo no Brasil, ou o papel das chamadas regiões metropolitanas, vistas a partir de suas especializações industriais ou como zonas especiais administradas pelo Estado. E, além disso, a influência do poder das grandes corporações monopolísticas sobre a organização do território e da sociedade.

Ainda de acordo com Lipietz (idem), as novas tendências da divisão internacional do trabalho baseiam-se, principalmente, em suas articulações com o Estado, com os interesses das classes dominantes em manterem uma estrutura de relações desiguais, e, não somente, como subproduto das firmas multinacionais.

Essas tendências não eliminaram a antiga divisão centro – periferia, mas as colocariam de uma maneira sobreposta mais sofisticada. Isso é extremamente importante na análise de países como o Brasil em relação a políticas de substituições de importações, por exemplo.

No dizer desse autor, as políticas implantadas em países periféricos não obtiveram o resultado esperado pelo fato de que a simples adoção do modo central de produção e consumo, sem a criação das relações sociais correspondentes teria provocado crises no círculo virtuoso do Fordismo.

Desse modo, quanto mais internacional se torna a produção e a competitividade entre empresas, mais pontos específicos do território são chamados a atender as exigências da produtividade sempre crescentes.

Isso se dá pela adequação dos sistemas de engenharia representados pela infraestrutura, normas, densidade técnica e populacional, dentre outros elementos. Ou seja, das condições geográficas, tanto na cidade como no campo,

com o intuito de prepará-las para as mudanças das formas antigas e abrigar novas funções. É possível inferir que a organização do território é condição *sine qua non* à eficácia da divisão do trabalho em todas suas escalas.

É fundamental recordar, com Durkheim (1999), que a divisão do trabalho não é somente econômica, mas também política, administrativa, judiciária, artística, científica, bem como a geográfica se especializam.

Como o objetivo do presente estudo consiste na investigação das desigualdades socioespaciais produzidas a partir de uma especialização geográfica capitalista, a reconstrução histórica será fundamental. A empiria se assenta sobre o município de São Bernardo do Campo, localizado na região metropolitana de São Paulo.

Nessa reconstrução teórica da realidade em que os benefícios do chamado desenvolvimento estão restritos a alguns agentes sociais, as novas relações entre o mundo e os lugares, mediado pelo uso que cada agente faz do território, terá um lugar privilegiado.

O esboço de um quadro histórico revelará, inicialmente, que a fragmentação do processo de trabalho aliado a especialização geográfica se mostra desigual tanto nos países desenvolvidos como nos subdesenvolvidos.

É o que se pode observar quando Domenico de Masi (2000) descreve as transformações na cidade italiana de Nápoles com a implantação das indústrias siderúrgicas, ou as opções políticas feitas em Bagnoli com a presença de grandes empresas como a Olivetti que modificaram a paisagem italiana.

Também Freyssenet (1976) mostrou as mudanças da base social produtiva a partir da fragmentação crescente do processo de trabalho da empresa Renault na França, dentre outras desestruturações sociais e territoriais.

Nesse sentido, o mundo está presente diretamente em São Bernardo do Campo a partir de ações de origem global. Isso sucede com a instalação das empresas, como: Volkswagen, Scania, Toyota e Mercedes-Benz, dentre outras, reconhecidas teoricamente, aqui, como eventos, por imporem suas lógicas próprias ao escolherem a melhor localização no território para expandirem-se diante de mercado consumidor em potencial.

E mais do que isto: essa divisão territorial do trabalho oriunda das grandes empresas pode ser analisada através de uma hierarquização dos lugares. De acordo com a capacidade desses últimos em acolher os vetores externos ligados

a interesses econômicos, políticos, culturais, sociais, entre outros, ocorrem redefinições que restringem ou autorizam as ações das pessoas, das empresas e das instituições (SANTOS, 2008).

As ações podem ser reconstruídas a partir da chegada de grandes objetos externos aos lugares, a exemplo das grandes indústrias do ramo automobilístico. As análises do crescimento habitacional vertiginoso, da precariedade das moradias, das transformações na dinâmica do emprego estão relacionadas ao território, sem o qual as relações sociais não se manifestariam.

Por outro lado, como mostrou Macedo (2010) em seu trabalho monográfico, a contribuição da formação das relações de vizinhança, do surgimento de novos espaços de sociabilidade em períodos de mudanças políticas como as greves da década de 1970 e 1980 na chamada região do grande ABC, propiciou as necessárias articulações a fim de constituírem novos lugares, novas formas de resistência ao comando social externo.

Essa limitação ou possibilidade das ações tem no território usado, portanto, um objeto privilegiado na análise social. A importância de estabelecê-lo como categoria central de análise atende, por exemplo, os questionamentos de Antonsich (2009), para quem o território, aqui entendido como aquela extensão efetivamente usada por todos, ainda que de modo desigual, não seja tratado como um simples aspecto de algo mais relevante a ser estudado. Como se o território fosse apenas suporte do jogo político, econômico ou social, um subproduto *a posteriori*.

Nesse sentido, o uso do território assume distintas feições a cada momento histórico, dado pela evolução conjunta de seu sistema de infraestruturas e de sua organização política, social e econômica (SANTOS e SILVEIRA, 2002).

A distinção entre espaço geográfico e território usado pela população, pelas empresas, pelas instituições se apresenta como um recurso de método importante diante de seu conteúdo histórico e político. Do ponto de vista teórico, ressalta-se o espaço geográfico. Já o território torna-se uma referência quando revelado seu conteúdo político-histórico, ou seja, apropriado pela sociedade. Talvez por isso Raffestin (1980) tenha enfatizado veementemente, através de sua análise dos sistemas territoriais, as relações entre território e poder.

Outros autores como Scott e Storper (1986) buscaram, da mesma forma, revelar como o território deveria ser concebido como um espaço geográfico

humanamente diferenciado. A partir disso, ressaltaram a importância, quando da investigação do sistema produtivo, das articulações técnicas, sociais e políticas responsáveis por condicionar a reprodução material da vida social. As variáveis mais utilizadas pelos autores se concentraram nas novas formas de produção e de trabalho.

Entretanto, além do relacionamento da organização territorial com as mudanças industriais, a vida social, ou seja, traduzida através de usos sociais acaba por configurar novos recortes territoriais.

A influência direta das divisões do trabalho em escala local, nacional e internacional vem somar-se as divisões sobrepostas no interior do território. O objetivo é regular, como já mencionado, os pontos mais bem equipados aos processos de acumulação das grandes empresas e instituições. A regulação pelas empresas do território na era da globalização só foi possível com o advento do meio-técnico-científico-informacional, conceituado por Santos (2008).

A artificialização crescente do meio natural, depois do meio geográfico e agora com um meio repleto de ciência, técnica e informação permitiu a inúmeras possibilidades de eventos pelo globo. Com efeito, novos recortes territoriais foram constituídos. Segundo Santos (idem), no passado, apenas algumas cidades possuíam o império das técnicas, acréscimos ao território e toda a diversidade tecnológica a serviços de poucos países. Hoje, o mundo rural é marcado pelas inovações, pelo controle da produção, da racionalidade científica na terra, máquinas fertilizantes, dentre outros.

A própria paisagem expõe a carga de técnica e ciência no território. Por outro lado, a informação passa ser fundamental na tomada de decisão das grandes empresas e no processo de circulação em sentido amplo. Dessa forma, o território é chamado a se adaptar aos interesses de diversas escala de origem, isto é, agentes hegemônicos da economia. A lógica não mais é marcada por países ou continentes, mas sim é global. É possível no mundo atual separar etapas da produção e a criação de áreas especializadas em determinados produtos é uma realidade. Esta especialização produtiva torna-se uma regra e, assim, para atingir seus interesses os antigos equilíbrios construídos pela sociedade nos países, nas cidades, nos lugares são ultrapassados e condenados a adaptar-se aos requerimentos da produção global. a mudança frenética em poucos décadas ou anos ocorre na população, no emprego, no território, na organização das relações sociais, entre

outros fatores (SANTOS, Idem).

Nesse quadro, aparecem de um lado as verticalidades, ou seja, pontos descontínuos ligados ao comando global, que formam um espaço de fluxos ligados aos interesses dos agentes hegemônicos; de outro lado, formam-se as horizontalidades, isto é, pontos sem descontinuidades, extensões contínuas, um espaço de todos em que a vida local busca se recriar organicamente (SANTOS, 2008, 2003).

Tais recortes ilustram distintos usos do território pelas empresas, pelas instituições e pelas pessoas que ocorrem de modo simultâneo e sobreposto. Eles são inseparáveis, podendo haver predomínio de um sobre o outro, tal como as relações hierarquizadas das grandes empresas estrangeiras sobre a vida local. Assim, as verticalidades são fundadas nos acontecimentos hierárquicos, ao passo que, os acontecimentos homólogos e complementares estabelecem as horizontalidades (SANTOS, idem).

Por outro lado, o Estado não é indiferente a esse processo, uma vez que imensas áreas, bem como melhorias infraestruturais e incentivos fiscais são destinadas às empresas através de concessões pelo poder público em todos os níveis. Entretanto, o mesmo território em São Bernardo do Campo com aproximadamente 800 mil habitantes, possui mais de um terço de sua população vivendo em áreas de favelas (PREFEITURA, 2010).

Investigar a história é fundamental para conhecer como o espaço geográfico pode ser sinônimo de território usado. Do mesmo modo que Marx recorreu à história, em toda sua obra, a fim de demonstrar como o trabalho assalariado é característico do sistema capitalista, e, por sua vez, que a divisão do trabalho, isto é, a repartição das tarefas necessária à sobrevivência de um grupo, assumiu formas específicas no período manufatureiro ao potencializar a degradação humana, o espaço geográfico também possui sua face histórica e política.

No plano político, o território pode ser considerado como uma totalidade, ou seja, um conjunto de lugares, e como premissa de uma política fundada no interesse da maioria da população, e não de modo fragmentário a mercê das políticas das grandes empresas sem compromisso com seu entorno (SILVEIRA, 1999).

Portanto, uma teoria que revele o impacto da divisão internacional do trabalho, através dos usos do território, na constituição dos lugares não pode

prescindir da análise das modernizações, como mostra o capítulo 2 a seguir.

CAPÍTULO 3: O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO COMO FUNDAMENTO DAS DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS

“Ao tentar desviar a exploração do homem pelo homem para uma exploração da natureza pelo homem, o capitalismo multiplicou indefinidamente as duas”

(Bruno Latour, *Jamais Fomos Modernos*, 1994)

As modernizações como sucessão histórica

As desigualdades presentes no mundo, particularmente nos países subdesenvolvidos, podem ser analisadas como provenientes de usos distintos dos sistemas técnicos indissociável aos sistemas de ações. As modernizações recebidas territorialmente pelos países e visíveis nas paisagens, seja do campo ou da cidade, cumprem um papel fundamental na manutenção de uma divisão desigual entre nações.

É possível relacionar, assim, as variáveis modernas ao processo de divisão internacional do trabalho pelas formas manifestadas na organização espacial e sua inserção no sistema capitalista. Para investigar esse vínculo entre os fatores externos e internos, o território e a modernização, este último processo será exposto em linhas gerais, pois permite complementar a exposição dos problemas representados pela crescente dissociação geográfica das atividades pelo mundo.

Em seu livro, *La modernizzazione*, Martinelli (2010, p.3) explora as teorias da sociologia e da ciência política sobre o processo de modernização, definindo-o como “[...] o conjunto de processos de transformação em larga escala mediante os quais uma determinada sociedade tende a adquirir as características econômicas, políticas, sociais e culturais consideradas próprias da modernidade”.

Embora o sociólogo não se aproxime da geografia, pois negligencia o espaço geográfico em seu trabalho de síntese sobre o processo de modernização, abre, por outro lado, diversas possibilidades para que a geografia com seu método contribua para reduzir as lacunas deixadas pelo autor, principalmente quando ele relaciona globalização como consequência da modernidade.

Aliás, o tema da modernidade comporta diversas controvérsias na Filosofia, nas Ciências Sociais, nas Artes ou na Cultura sobre a interpretação do mundo contemporâneo. Por esse motivo, não se pretende, aqui, aprofundá-lo, mas sim relacioná-lo como variável preponderante na constituição das desigualdades socioespaciais.

Em termos consensuais, a modernidade ou o projeto moderno estaria relacionado, segundo Latour (1994), com a passagem do tempo, de um novo

regime, ou uma nova aceleração, isto é, uma ruptura do tempo por meio das revoluções (a exemplo da Revolução Francesa e Americana).

O tempo, nesse caso, é encarado como uma flecha irreversível, uma capitalização ancorada na ideia de progresso, em que o passado fora separado para sempre por aquelas revoluções (LATOUR, *idem*).

Na realidade, para Martinelli (*idem*), a sociedade moderna não negaria a história, mas também não enxergaria no passado nenhum modelo a ser imitado ou qualquer lição a ser aprendida.

Essa característica atribuída à modernidade de uma tendência a recusa do passado foi bem demonstrada, ainda na década de 1920, em *A Rebelião das Massas*, pelo filósofo Ortega y Gasset (1967). Para este autor, a marca de nosso tempo é fazer tabula rasa de todo classicismo, de identificar somente a angústia do Renascimento, ou seja, dissociar o pretérito e o presente, numa palavra: eliminar a continuidade.

Em relação a análise territorial, esses argumentos são extremamente relevantes para ilustrar como ocorre o rompimento da continuidade histórica presente nos lugares. Tal processo pode ser exemplificado por meio de algumas transformações geográficas, tais como: 1º uso corporativo e subvertido de toda a materialidade do território para fins particulares, 2º saída de empresas, subutilização da mão de obra existente e a geração de desemprego, e 3º diminuição do poder de decisão político, normativo, institucional sobre o futuro das regiões, dentre outros.

Outra ideia fundamental para os estudos geográficos é aquela de Latour (*idem*) em que a modernidade (através de seus defensores) realizaria a separação ontológica entre sociedade e natureza, ou entre humanos e não-humanos, não reconhecendo, dessa forma, o papel dos intermediários, dos híbridos ou dos quase-objetos situados no meio desses polos.

Do mesmo modo que o conceito de trabalho não pode ser desvinculado do conceito de espaço geográfico, conforme foi demonstrado no capítulo 2, os termos explicativos do mundo não podem ser restringidos aos extremos sociedade-natureza ou local-global, ou seja, a história não pode separar homens e coisas, mas sim, exige uma explicação conjunta (LATOUR, *idem*).

A modernidade, portanto, não somente rompe com o passado, mas impediria o entendimento dos híbridos, como o território usado. Esse conceito formulado por Santos (2003; 2008) refere-se tanto aos sistemas naturais quanto aos

acréscimos históricos materiais impostos pelo homem mais o seu uso, isto é, a base técnica e as práticas sociais atuando indissociavelmente. Ele é a base do trabalho e da vida e a sua constituição influencia o processo social (SANTOS, *idem*).

Nesse contexto, as marcas no território a partir das discontinuidades do processo de modernização seriam desencadeadas pela ideia de inovação, uma vez que um dos requisitos da época moderna seria a criação contínua do novo, ou por meio da destruição criativa de que fala Harvey (1993), isto é, da emergência de um novo tempo e espaço criados mediante a aniquilação do antigo.

A importância da inovação foi alvo das pesquisas de Gaite (2001). A autora a define como tudo aquilo que supõe novidade, mudança ou transformação, seja em questões imateriais relativas ao mundo das ideias, como em fatos materiais ou concretos próprios da atividade prática.

Gaite (*idem*) relaciona o interesse da geografia pela difusão de inovações, dado a expansão no tempo e no espaço da novidade ao aumentar o número de usuários e o alcance espacial de seu uso. Entretanto, na perspectiva desta pesquisa, o problema das inovações não se restringe somente ao uso pelas pessoas, pelas instituições ou pelas empresas, mas sim como uma forma de evento que se faz território. A inovação, portanto, constitui ao mesmo tempo território e, por sua vez, lugares.

Tal distinção epistemológica encerra desdobramentos na análise do período histórico atual: técnico-científico-informacional, ou melhor, como o processo de modernização é analisado por um enfoque espaço-temporal.

Esse fato autoriza a análise de que a modernização não é qualquer tipo de transformação, de evolução, como a invenção da roda ou da bússola. Para os sociólogos, como Martinelli (*idem*), trata-se de um processo historicamente determinado e envolve o mesmo conjunto de transformações sociais, econômicas, políticas e culturais em larga escala que marcaram os últimos duzentos anos.

No entanto, na geografia, a determinação histórica da modernização adquire outras interpretações. Na opinião de Comtois (1986), por exemplo, cada período histórico possui sua forma predominante de modernidade. Isso implica reconhecer a existência de regiões ou sistemas considerados modernos em comparações com outras regiões ou sistemas “atrasadas”.

Para o autor, a modernização pode ser sinônimo de ocidentalização, sendo que para se atingir uma definição mais abrangente desse processo, os

indicadores deveriam ser aplicados a todas as sociedades em escala mundial e a todas as épocas.

De uma forma um pouco mais aprofundada, Santos (2008), já nas décadas de 1960-70 apontava para a necessidade de considerar a modernização através da coerência de seus períodos históricos. Para esse autor, cada período é formado por um conjunto de elementos da esfera social, econômica, política, moral ou cultural, responsáveis por formar um sistema. E cada período representa, dessa forma, uma modernização, uma vez que encerra em si uma inovação em relação ao período anterior.

É correto, portanto, segundo o raciocínio acima, falar de modernizações, no plural, a fim de identificar os sucessivos períodos históricos e seus impactos espaciais, econômicos e sociais.

Eis aqui uma razão para demonstrar o princípio da diversidade espacial, ou explorar as modernizações como fundamento das desigualdades socioespaciais. Isso sucede na medida em que as forças de caráter externo se conjugam com aquelas de caráter interno, alteram a equação da divisão internacional e territorial do trabalho nos países, territórios e lugares.

Santos (2008b, p.36) após declarar que “[...] o espaço é o resultado da geografização de um conjunto de variáveis”, expõe, na escala mundial, a relação do sistema temporal com os períodos históricos. O autor demonstra cinco períodos históricos para a análise das modernizações, conforme o quadro a seguir:

Para Santos (idem), os períodos 1, 4 e 5 constituem, respectivamente, as modernizações comerciais, industriais e o da revolução tecnológica e são aquelas que mais realizaram transformações espaciais nos países subdesenvolvidos. O importante para esse autor é descobrir a variável fundamental em cada período histórico responsável por reunir um conjunto de variáveis com certo equilíbrio ou coerência na História. Os períodos indicam, além disso, distintas formas de ação dos países centrais, polos do sistema, em relação aos países periféricos.

O período adotado aqui para análise refere-se ao técnico-científico-informacional, cuja ascensão se deu, sobretudo, após a Segunda Guerra Mundial, e intensificou-se na década de 1970, com a presença cada vez maior de ciência, técnica e informação como variáveis-chave.

Quadro 01 – Análise espaço-temporal dos períodos históricos

Períodos	Duração	Características principais dos sistemas temporais
1º Período do comércio em grande escala	Fins do século XV-1620	Conquistas árabes a partir de colônias comerciais; sistema de transporte rudimentar; predominância de localização geográfica; comércio como fator essencial do sistema; Portugal e Espanha como polos;
2º Período manufatureiro	1620-1750	Enriquecimento das cidades e desenvolvimento da manufatura ao redor do Mar do Norte ao Báltico
3º Período da Revolução Industrial	1750-1870	Urbanização, industrialização e aumento de produtividade nas áreas rurais; aumento do consumo interno; transporte intercontinental
4º Período industrial	1870-1945	Aplicação de novas tecnologias e novas formas de organização da produção, energia e transporte; maior dissociação da produção e consumo; importação de produtos: trigo, criação de gado; autonomia da indústria; pacto colonial; Pólo Inglaterra.
5º Período tecnológico	A partir de 1945).	Grande indústria, capitalismo das grandes corporações; meios de comunicação difundidos e velozes; autonomia da tecnologia (informação); crescimento de pesquisas e concentração da informação; dissociação geográfica de atividades; internalização da divisão internacional do trabalho;

Fonte: SANTOS (2008b, p.36-44)

Com efeito, essas características do período consistem nas novas qualidades do território, formando seu substrato material e participando ativamente na reprodução das relações sociais.

Dadas as características da divisão internacional do trabalho ligada, principalmente, à presença das grandes firmas internacionais pelo mundo, as modernizações são analisadas a partir de sua incorporação ao território. Aliás, ciência, técnica e informação são imprescindíveis para a produção global, pois, implicam em transformações nos objetos e ações. (SANTOS, 2008; 2008b; SILVEIRA, 1999).

A periodização, por conseguinte, sobre São Bernardo do Campo e o papel das modernizações territoriais a partir da década de 1940, com a construção, entre outras coisas, da Rodovia Anchieta, será analisada no capítulo 3.

Por ora, a relação entre as modernizações e as desigualdades socioespaciais aparecem como o ponto de partida para demonstrar o privilégio de uso do território por grandes empresas em relação a totalidade da sociedade.

As modernizações como desordens territoriais simultâneas

Estudando o Brasil, Santos e Silveira (2002), revelaram por meio das modernizações como a constituição do território é um dado ativo do processo social. Os autores também buscaram interpretar quais condições materiais e imateriais servem ao processo seletivo em que cada ponto do território brasileiro é chamado a oferecer e desenvolver funções específicas a produção nacional e, principalmente, por força da regulação global.

É sabido que a formação da região concentrada, formulada por Santos e Silveira (2002, p.37), possui a mais alta densidade técnica e populacional do país. Uma das condições para a divisão do trabalho na sociedade, escreveu Marx (2010). Mas também, condição da solidariedade mostrada por Durkheim (1999).

Seguindo a expressão do geógrafo Benko (1999) de que é preciso novos métodos para abordar um mundo que não é mais aquele do passado, o desafio de relacionar a atual divisão internacional e territorial do trabalho com as desigualdades socioespaciais se intensifica. A dificuldade aparece quando distintos usos do território engendram solidariedades hierárquicas desestabilizando as especificações produtivas locais cada vez mais rápidas.

Sendo assim, o estudo sobre a perversidade das modernizações na metrópole paulista do geógrafo Milton Santos (1994) pode ser extremamente valioso como método de abordagem da realidade.

Para Santos (idem) o fato metropolitano deve ser analisado de forma conjunta nas dimensões nacional e internacional. Não haveria possibilidade de tratar toda a área de influência de São Paulo, a única onipresente ao território nacional, desligada do mercado nacional brasileiro. Por isso algumas propostas de entender as “regiões metropolitanas” por meio de conceitos como o de ‘cidade-região’ feito por Klink (2001) não atinge todo o problema.

A força de São Paulo, ressaltada por Santos (idem), advém do fato de possuir uma área agrícola que se moderniza ao sabor do mercado e, com isso, aumenta sua capacidade de introduzir inovações nos transportes, nas comunicações e no consumo para integrar-se ao território. Durante o século XX, São Paulo e sua região aceitaram todos os tipos de instrumento de modernização que eram criados na Europa e nos Estados Unidos. Com isso, cidade e campo se inseriam na divisão internacional do trabalho de modo vantajoso: estradas de ferro, portos, bancos, modelos de consumo, expansão do campo e de desenvolvimento urbano acabaram por impulsionar a economia do país (SANTOS, 1994, p. 14).

Com sua força regional clara resultante da herança industrial, as novas divisões do trabalho ligadas à informação e ao setor terciário se redefinem e se aprofundam em seu entorno. Dessa forma, a dispersão geográfica das atividades, ou melhor, a divisão territorial do trabalho aparece como resultado de uma divisão interna, mas também internacional do trabalho.

Do ponto de vista das grandes empresas, o território é um grande mercado, a condição da produtividade; por outro lado, para a população o mesmo território constitui a base da vida e as contradições endógenas, da mesma forma, compõem e são influenciadas pelas dinâmicas dos lugares.

Outra perspectiva sobre as características das desigualdades sociais e territoriais vistas conjuntamente foram alvo das preocupações de Silveira (1999). A autora objetivou compreender a modernidade atual no território argentino. Para tanto, relacionou a organização territorial daquele país com as divisões do trabalho pretéritas, mas, sobretudo, atuais, e, por isso, ampliou as análises sobre a materialidade e a organização social.

Ocorre que a atual divisão territorial do trabalho exige dos lugares uma alta densidade técnica e informacional a fim de garantir a presença das inovações (SILVEIRA, idem). Entretanto, os processos agora, dados as características do período, são ditados de fora, sendo que as funções, as estruturas sociais igualmente acompanham as mudanças das formas geográficas.

Ao direcionar as preocupações para o período histórico de inserção de São Bernardo do Campo na nova divisão internacional do trabalho, do ponto de vista geográfico, será possível vislumbrar eventos diversos ligados à incorporação das inovações neste município e sua articulação com o território nacional e o mundo.

Alguns exemplos são: a) as novas articulações entre o público e o privado na organização territorial; b) o aumento da densidade técnica, populacional e normativa; c) a intensificação do processo de periferização; d) a especialização do trabalho pela chegada das indústrias, sobretudo, automobilísticas e a desordem presente na paisagem, uma vez que a maioria da população não utiliza as benesses dessas modernizações; dentre inúmeros outros fatores.

Esse alcance das modernizações na escala planetária, porém globalizada de forma seletiva a poucos agentes, se expressa desigualmente no meio-técnico-científico-informacional. A universalidade e, ao mesmo tempo, a unidade do meio geográfico seria o elemento diferencial em comparação aos períodos históricos precedentes (SANTOS, 2008).

Portanto, o aumento da circulação e, paralelamente, das especializações produtivas podem depender das qualidades técnicas incorporadas ao território. Elas facilitam ou restringem a era da competitividade entre as empresas, sobretudo das grandes corporações, que merecem um destaque a parte.

O uso desigual do território

Segundo Santos (idem) a relação entre internacionalização e as cidades possui uma nova dimensão com o processo de globalização e engloba todos os continentes. A nova divisão do trabalho, amparada no meio-técnico-científico-informacional, se apoia em novos objetos e cria relações também originais que levam os lugares a se mundializarem.

Para Hymer (1983), a solução encontrada pelos Estados Unidos - após uma mudança na divisão internacional do trabalho durante a Segunda Guerra devido a ascensão da Europa e do Japão - foi a de exportar a produção, principalmente para a América Latina.

O grande tema de Hymer (idem) é tentar revelar o peso das empresas multinacionais, como variáveis-chave, na dinâmica capitalista de produzir riqueza ao lado de enorme pobreza, ou seja, a de criar desigualdades.

Do ponto de vista geográfico, as multinacionais colaboram por aprofundar

um processo de organização em que os fatores externos incidem sobre uma determinada área, desestruturando-a. As origens dessas ações estão ligados ao denominados por Santos (2003) de macroagentes, que estabelecem relações hierárquicas ao organizarem o trabalho e o território a partir de seu próprio escopo na busca por mais-valia, agora, globalizadas.

Em relação a empresa em si, diz Hymer (idem), a centralização das funções e da tomada de decisões de alto nível em poucas cidades-chaves de países subdesenvolvidos, reproduz, na verdade, a divisão vertical interna do trabalho inerente às firmas. Por isso, a especialização geográfica, nesse contexto, aparece subjugada as funções que desempenha no sistema econômico internacional.

Porém, ainda segundo esse autor (idem), tal sistema seletivo produtor de desigualdades não pode ser atribuído exclusivamente às inovações, às tecnologias, mas sim a organização deliberada de pessoas, empresas e instituições. A ideia é que a imposição de um determinado arranjo (socioterritorial) criaria assimetrias jurídicas, políticas, sociais entre outras; e assim, seria capaz de restringir ou potencializar os intercâmbios, o acesso às informações, sua extensão e seus temas principais.

A questão também é demonstrada por Johnston (1986). Segundo esse geógrafo, o que é usualmente chamado de capitalismo global poderia ser descrito como a estrutura das novas formas de produção capitalista a partir dos seguintes processos complementares: a concentração do capital industrial em algumas grandes corporações, de um lado, e a centralização do capital financeiro em grandes bancos, de outro.

O gigantismo dessas grandes empresas faz com que sua lealdade a qualquer Estado-Nação seja quase nula. Com base na ideia da verticalidade, pode-se dizer que as empresas multinacionais possuem um canal aberto em que drenam a mais-valia mundial para um pequeno número de agentes. O Estado não é indiferente a esse processo, uma vez que participa ativamente na articulação entre os vetores externos, responsáveis pela racionalização do território, e por isso, não está isento de participação das desordens na vida social onde essas empresas se instalam.

É o que revelou a pesquisa de Gómez Lende (2010) sobre o jogo complexo entre normas, objetos e ações na divisão territorial do trabalho da indústria

nuclear argentina. Esse autor comenta que as especializações locais e regionais são reforçadas hierarquicamente por meio de fragmentações advindas das modernizações das empresas estrangeiras, que exploram urânio naquele país.

Portanto, instituições, empresas e pessoas e toda a materialidade do território, constituem elementos fundamentais para se analisar a constituição dos lugares sob as novas lógicas capitalistas. Por outro lado, esses elementos devem ser pesquisados como agentes ativos, capazes de criarem resistências às inovações externas.

Entrementes, os agentes hegemônicos, alicerçados na informação, possuiriam a situação de cada economia nacional. Sendo assim, ao espalhar o processo de produção sobre distintas áreas, a capacidade de riscos das empresas diminuem, enquanto seu poder de barganha se eleva (STORPER E SCOTT, 1986).

Para Santos (2008b) a dissociação geográfica das atividades das grandes empresas multinacionais constitui umas das marcas do presente período histórico. E os poderes conferidos a essas empresas reforçariam a atual desordem territorial sem precedentes. Os exemplos são os processos de transferências de indústrias nos pontos do território onde as infraestruturas e as normas são mais favoráveis.

Por isso é fundamental aprofundar o conhecimento acerca das transformações do entorno que padece a descentralização industrial. Essa dissolução do complexo de produção que é territorial por excelência, constituído pelas sínteses das divisões do trabalho preteridas e atuais, possuem como condição indispensável as melhorias seculares dos transportes, das comunicações, isto é, das técnicas. É o que permite, de acordo com Storper e Scott (1986, p.303), a desintegração vertical (*vertical disintegration*), isto é, “a divisão social do trabalho entre firmas”.

Pode-se dizer, segundo os autores, que a paisagem não somente revela a desigualdade, mas sim é preordenada para reproduzi-la, independentemente do nível dos países presentes em qualquer classificação:

“o que pode ser observado são uma série de mecanismos complexos que reproduzem historicamente mudanças no mosaico geográfico das desigualdades e disparidades. Esses processos de desenvolvimento territorial e de suas transformações estão inseridos em qualquer área na paisagem do capitalismo” (STORPER E SCOTT, 1986, p.308).

As áreas que se especializam em uma produção específica a fim de aumentar a rentabilidade do capital, necessitam, por sua vez, se equipar com infraestruturas, meios de circulação, mão de obra entre outras variáveis, não de forma autônoma do restante do sistema, mas sim através da unificação do trabalho, de um comando único (SANTOS, 2008b).

Visto de outra forma, pode-se aproximar a ideia de gestão territorial de que fala Corrêa (1996), em que as corporações, juntamente com o apoio do Estado reproduzem as diferenças socioterritoriais da sociedade. Correa (idem) pesquisou a atuação das empresas no território brasileiro, a exemplo da Souza Cruz. Esta empresa faz parte de um “holding²⁰” do grupo controlado pelo conglomerado londrino British American Tobacco²¹. Por meio de associações contratuais com mais de 60 mil produtores agrícolas de fumo na época da pesquisa na década de 1990 e uma rede de transporte densa e eficaz com 2.500 veículos, abrangendo desde o núcleo de São Paulo até a Amazônia, entre outros fatores, garantiriam o controle amplo do território e a eficiência de seu processo de acumulação de capital e a reprodução de suas condições de produção.

Tais usos privilegiados e desiguais do território constituem a base das contradições atuais, visto no caso da especialização produtiva da indústria automobilística em São Bernardo do Campo, a ser apresentada no próximo capítulo.

²⁰ Empresa cujo capital é constituído exclusivamente de ações de outras, que são, assim, por elas controladas, e cujo controle é a sua única atividade.

²¹ O Grupo British American Tobacco “[...] é o segundo maior grupo de tabaco mercado no mundo, tendo suas marcas vendidas em mais de 180 mercados. Com mais de 250 marcas no seu portfólio, a British American Tobacco produz o cigarro escolhido por 1 em cada 8 dos um bilhão de fumantes adultos do mundo. O Grupo possui uma forte posição de mercado em cada uma das regiões em que opera e tem a liderança do mercado em mais de 50 países. Em 2009, as subsidiárias da British American Tobacco geraram uma arrecadação de mais de 26 bilhões de libras esterlinas ao ano em tributos aos governos no mundo todo, incluindo os impostos aplicáveis sobre produtos industrializados, representando mais de oito vezes o lucro do Grupo após os impostos. Há mais de 100 anos, o Grupo British American Tobacco possui significativa presença no mundo. O Grupo iniciou suas atividades em 1902 e em 1912 já havia se tornado uma das doze melhores empresas mundiais em termos de capitalização de mercado. As empresas subsidiárias da British American Tobacco produzem cerca de 724 bilhões de cigarros nas suas 50 fábricas de cigarros localizadas em 41 países. A British American Tobacco emprega mais de 60.000 pessoas em todo o mundo. O Grupo conta com colaboradores das mais diversas culturas e está estruturado de forma que cada uma de suas subsidiárias tem ampla liberdade de ação e é responsável por suas operações. As decisões são tomadas levando-se em consideração as particularidades de cada mercado e dentro de uma estrutura de princípios, padrões, estratégias e delegação” (BRITISH, 2011.)

CAPÍTULO 4: AS MODERNIZAÇÕES TERRITORIAIS EM SÃO BERNARDO DO CAMPO

Uma das formas da geografia contribuir com o saber científico advém da qualidade da resposta dada a seguinte pergunta: por que tal ponto do globo foi escolhido para abrigar um processo e não outro? Em que circunstâncias e o que foi gerado, a partir do território, naquele determinado local? Estas duas questões nortearam o desenvolvimento desta dissertação

É patente que a divisão internacional do trabalho não se realizaria sem uma intermediação técnica e política. As transformações na configuração territorial estão no cerne das relações entre agentes: grandes empresas e a sua política, as ações do Estado e sua política, e, nesse meio, as expectativas da maioria da população em relação ao futuro.

No capítulo 1 (p.31-33) foi exposto, brevemente, aquilo que o IBGE denomina de aglomerações subnormais, ou seja, áreas em que a população com seu território apresentam uma carência geral de serviços essenciais a uma vida digna. O Brasil possui diversas áreas no interior e, principalmente, nas capitais em que o território não é atingido por todas as modernizações recebidas. São Bernardo do Campo, a despeito da concentração de diversas empresas multinacionais em seu território, essa realidade é ainda pior, com mais de 20% da população ocupando áreas irregulares.

Isso exemplifica que há, portanto, uma lógica em que determinadas áreas de um território são chamadas a desempenhar funções específicas por meio de interesses precisos. Paralelamente há o aumento das trocas em todos os níveis e o mais importante: concentração de usos privilegiados das benesses daquelas modernizações citadas. Usos que são distribuídos desigualmente entre a população e seu meio geográfico ao longo da história. Esse processo pode ser considerado, inspirado em Souza (1996), como a raiz das geografias da desigualdade.

Nesse sentido, esse capítulo examina as condições geográficas do município de São Bernardo do Campo para revelar como a divisão internacional do trabalho se incorporou ao território e, com base nisso, contribuiu para reforçar o processo de desigualdade territorial visíveis nas paisagens.

As noções de modernização e desigualdades territoriais constituem um recurso de método para diferenciar o âmbito teórico geral das desigualdades socioespaciais e as modernizações. Isso quer dizer que o conteúdo histórico-político se faz presente na análise e leva em conta as características do passado até as

modificações presentes no meio geográfico atual técnico-científico-informacional.

Um território complexo, desigual e fragmentado

A metáfora da "cidade do automóvel" ou "Detroit brasileira", frequentemente atribuída ao município de São Bernardo do Campo, pode ser redefinida e submetida a um contexto territorial e teórico mais amplo. Trata-se, na verdade, de uma área especializada da indústria automobilística e de autopeças localizada, não somente na região metropolitana de São Paulo, mas sim pertencente a uma área dotada de alta densidade técnica, científica e informacional, ou seja, de uma Região Concentrada (SANTOS E SILVEIRA, 2002).

Isso implica em reconhecer e debater a forma que o país se moderniza a partir de suas especializações produtivas. Sabe-se que na chamada Região Metropolitana de São Paulo, ou na Região do ABC, isto é, a área contígua em que as cidades de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano, entre outras, estão localizadas, os seus territórios compartilham uma intensidade de trocas de toda ordem e movimentos de pessoas, conforme ilustra o mapa 04 da página seguinte sobre a mobilidade pendular na metrópole paulista:

A pesquisa de Aranha (2005) identificou, entre outras coisas, uma polarização dentre os fluxos de deslocamentos de com classe de volume entre 3 mil até 10 mil indivíduos nos municípios do ABC. Além desses municípios anteriormente citados, soma-se Ribeirão Pires, que estabelece deslocamentos com Mauá e Santo André. Na subárea Oeste somam-se os municípios de Jandira e Itapevi, que registram deslocamentos com destino a Barueri.

Especificamente, São Bernardo do Campo possui uma população de aproximadamente 765 mil habitantes (764.922, IBGE, 2010). A estimativa, entretanto, segundo dados da Secretaria de Planejamento do município é que existem em torno de 200 mil pessoas consideradas "fantasmas", isto é, não cadastradas pelo censo, que vivem em áreas invadidas e loteamentos ilegais ou de proteção ambiental por serem mananciais (SÃO BERNARDO DO CAMPO, 2010.)

Estes números colocam São Bernardo do Campo como o quarto

município mais populoso do Estado de São Paulo, somente atrás de São Paulo (1º - 11.253.503), Guarulhos (2º - 1.221.979), Campinas (3º - 1.080.113).

Mapa 04 – Região Metropolitana de São Paulo. Descolamentos populacionais em municípios selecionados (fluxos > 3.000 e < 10.000). 2000.

Fonte: Aranha (2005, p.5).

O município também possuía um Produto Interno Bruto de quase 29 bilhões de reais em 2009 (R\$ 28.935.767.000), totalizando um PIB/Per capita de aproximadamente 38 mil reais (R\$ 37.828,39).

A maior parte do município está localizado em área de proteção ambiental, que compreende 66% de sua área total. A represa Billings, por exemplo, ocupa 18,6% do território da cidade, que tem mais da metade de sua área (52,2%)

classificada como zona rural (SÃO BERNARDO DO CAMPO, idem).

Assim, 28,9 % do território refere-se a área urbana, em que são distribuídas aproximadamente 98% da população, como mostra o mapa 05:

Mapa 05 – São Bernardo do Campo. População residente, 2010.

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010 – Resultado do Universo.

Elaboração cartográfica: Leandro Henrique da Silva. Software Philcarto/inkscape

A distribuição da população exclusivamente na área urbana eleva a densidade demográfica que é, em média, de 6.741 hab./km². Os bairros (vide mapa 01, p.11) Santa Terezinha, Dos Casa, Ferrazópolis, Baeta Neves e Alves Dias destacam-se com mais de 13. 500 hab./km².

Talvez, o dado mais importante, para caracterizar essas informações gerais seja a análise dos rendimentos, do tipo de ocupações a partir do território.

Na tabela 04 consta a distribuição da população de acordo com sua ocupação no emprego:

Tabela 04 – São Bernardo do Campo. Posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal. 2010.

Município	Posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal	Variável	
		Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência (Pessoas)	Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência (Percentual)
São Bernardo do Campo - SP	Total	379.259	100,00
	Empregados	302.929	79,87
	Empregados - com carteira de trabalho assinada	238.816	62,97
	Empregados - militares e funcionários públicos estatutários	10.782	2,84
	Empregados - sem carteira de trabalho assinada	53.331	14,06
	Conta própria	62.623	16,51
	Empregadores	9.188	2,42
	Não remunerados	4.025	1,06
	Trabalhadores na produção para o próprio consumo	494	0,13

Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2010.

Segundo a tabela 05, o total de pessoas ocupadas em São Bernardo do campo chega a 379.259 mil trabalhadores, ou seja, 49,6 % da população total. Entretanto, nota-se que os trabalhadores sem carteira assinada e aqueles que trabalham por conta própria²² representavam o número considerável de pouco mais de um terço (30,57), isto é, que vivem na chamada informalidade.

Todavia, caberia indagar quais são os rendimentos e em que localidades

²² Classifica-se como “conta própria” a pessoa que trabalha explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com ajuda de trabalhador não remunerado de membro da unidade domiciliar em que reside (IBGE, 2012).

estão distribuídos os trabalhadores? A tabela 05 exemplifica os rendimentos dos domicílios particulares permanentes por classe de rendimentos:

Tabela 05 – São Bernardo do Campo. Domicílios particulares permanentes, por classes de rendimento nominal mensal domiciliar per capita, 2010.

Classes de rendimento nominal mensal domiciliar per capita	Variável	
	Domicílios particulares permanentes (Unidades)	Domicílios particulares permanentes (Percentual)
Até 1/4 de salário mínimo	4.762	1,99
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	18.339	7,66
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	48.765	20,38
Mais de 1 a 2 salários mínimos	69.371	28,99
Mais de 2 a 3 salários mínimos	32.726	13,68
Mais de 3 a 5 salários mínimos	28.286	11,82
Mais de 5 salários mínimos	27.226	11,38
Sem rendimento	9.810	4,10
Total	239.284	100

Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2010 – Resultados da Amostra.

Nota:

1 - Dados da Amostra.

2 - A categoria Sem rendimento inclui os domicílios com rendimento nominal mensal domiciliar per capita somente em benefícios.

4 - Salário mínimo utilizado: R\$ 510,00.

Do total de domicílios particulares, 239.284 mil, caso sejam somados os rendimentos de até 1/4 a 3 salários mínimos, chega-se a porcentagem de 72,7 de domicílios com rendimento de até 3 salários mínimos. A classe de mais de três salários totalizam 23,2%. Somente estas duas classes totalizam 95,1% com rendimento. Além dos 4,10 % que recebem benefícios sociais.

A avaliação inicial desses dados constitui livre de qualquer interpretação, revela a desigualdade de rendimentos. Porém, quando associada ao território a configuração é mais surpreendente, como pode ser visto no mapa 06 com a razão entre duas variáveis: pessoas com rendimentos de até 2 salários mínimos com aqueles com ganhos de 5 a 10.

Mapa 06 – São Bernardo do Campo. Relação entre pessoas com rendimentos de até 2 salários e pessoas com rendimentos de 3 a 5 salários mínimos.

Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2010 – Resultado do Universo.

Elaboração cartográfica: Leandro Henrique da Silva

Nota: Salário mínimo: 510 reais.

O mapa 06 explora a razão de duas classes de renda e as distribui pelo território de São Bernardo do Campo. É evidente a localização periférica daquela parcela da população com rendimentos de até 2 salários mínimos. A classe de renda de 3 a 5 salários concentra-se no centro da área urbana do município, área em que se encontram os principais serviços urbanos e a maior quantidade de estabelecimentos comerciais. A situação atual converge para uma produção de uma base pobre e uma minoria rica. Esta distribuição territorial não somente demonstra o nível de renda, mas sim a dupla desigualdade: social e territorial. Uma grande parte das pessoas com rendimentos de até 2 salários mínimos coincidem com as habitações de favelas. Portanto, além da renda, a falta de serviços básicos e do direito a um território em sua totalidade ainda não constitui a realidade para grande parte da população.

A caracterização, por conseguinte, dessa complexidade ao longo do tempo não constitui tarefa simples, uma vez que o tempo é dinâmico e repleto de variáveis para analisar. Após esses dados iniciais, é necessário visualizar o longo trajeto de inserção de São Bernardo do Campo em uma divisão internacional do trabalho e suas expressões como divisão territorial do trabalho.

A inserção de São Bernardo do Campo na divisão internacional e territorial do trabalho

A geografia em um passado recente buscou descrever as relações entre cidades, ou a rede urbana, ou mesmo o crescimento das áreas metropolitanas em um tempo em que as relações eram mais rígidas do que no período atual.

Os estudos de novas áreas industriais em São Paulo na década de 1950 podem ilustrar esse momento da análise de um processo que envolve a totalidade do mundo. O que a geografia pretendia naquela época ainda constitui uma de suas metas fundamentais, isto é, compreender o papel de cada cidade na divisão territorial nacional e internacional do trabalho.

Inicialmente, as descrições presentes em trabalhos de geografia urbana, como as de Aroldo de Azevedo (1958) sobre a cidade de São Paulo, foram

importantes, naquele contexto, para a compreensão do que os autores chamavam de áreas suburbanas. Naquele período, o papel das condições naturais e dos caminhos, das passagens, enfim, das localizações dos vales fluviais no entorno da metrópole paulista serviram de variáveis importantes à reconstrução da dinâmica metropolitana devido ao meio geográfico se caracterizar por um meio-técnico.

Considerando tal análise, São Bernardo do Campo seria reportado a uma especialização funcional dos pousos²³, uma vez que nasceu, isto é, teve suas primeiras aglomerações surgidas através do apoio aos tropeiros nas viagens de São Paulo a Santos (QUINTO JUNIOR E IWAKAMI, 2001).

Por outro lado, o peso dado às leis econômicas do capitalismo em escala mundial somado às teorias sobre a exploração imperialista dos países coloniais, dependentes, influenciou diretamente o tratamento teórico nas questões centro-periferia²⁴ e, mesmo, das chamadas “áreas suburbanas”. Essa transformação ocorreu devido à reorganização da Divisão Internacional do Trabalho no período entre as duas Grandes Guerras Mundiais do século XX, o que pode servir como ferramenta para identificar as transformações territoriais.

Com a relativa diminuição no crescimento do sistema mundial capitalista, os investimentos na periferia do sistema foram a grande saída para retomar a acumulação intensiva. Vale ressaltar, ponderado por Lipietz (1986), que isso não ocorreu unicamente com o intuito de encontrar mercados favoráveis, mas sim para produzir mais com custo mais baixos para o centro do sistema.

A retração, portanto, na produção europeia na época da Primeira Guerra Mundial, por exemplo, entre outras coisas, acabou por beneficiar a expansão do parque industrial paulistano para suas áreas geometricamente periféricas. Entre os fatores que contribuíram para essa expansão, naquela época, podem ser citados: a) o aumento dos impostos dos terrenos em São Paulo, b) o crescimento populacional devido a oferta de trabalho, e c) da necessidade de circulação mais próxima ao porto de Santos, entre outros (PENTEADO, 1958).

Já a pesquisa de Langenbuch (1971) procurou destacar São Bernardo do Campo dentre os subúrbios paulistanos, também a partir das influências externas da

²³ Lugar onde alguém ou algo pausa, se coloca, costuma estar ou descansar.

²⁴ As teorias de centro e periferia, no período de globalização, já não mais se aplicam, uma vez com as verticalidades, o centro de comando pode estar a milhares de quilômetros de distância. Cf. Santos, Milton. Por uma outra globalização. Record, 2003.

DIT. Dentro dessa perspectiva, o período de 1915-1940, representa um importante momento de reorganização territorial, dada a possibilidade técnica aberta com a linha de ônibus entre Santo André e São Bernardo, ainda em 1925. Isso fez com que o desenvolvimento do grande subúrbio industrial de Santo André favorecesse esse último.

Outro aspecto que Langenbuch (Idem) acrescentou ao potencial desenvolvimento endógeno de São Bernardo do Campo relacionava-se com a presença da colônia italiana²⁵ a partir da colonização oficial do Estado brasileiro desde o final do século XIX. Também a comunidade ítalo-brasileira teve participação ativa na criação dos pequenos estabelecimentos fabris, de tecelagens, mas, sobretudo na criação das fábricas de móveis perpetuadas através de famílias, como: Setti, Pelosini, Luchesi, Zoboli, entre outras, no município são bernardense.

Cabe notar que o primeiro fato de progresso de São Bernardo do Campo fora a instalação da fábrica de móveis de João Basso em 1905. Essa inovação representou um marco na especialização funcional do setor moveleiro desse subespaço metropolitano. Além disso, ela permitiu diversas ações políticas, como: a criação das diversas sociedades cooperativas, os sindicatos das indústrias moveleiras e as representativas greves, nesse último setor, ainda na década de 1930 (PESSOTI, 1981).

Contudo um evento relacionado ao então meio-técnico transformaria o território e a política na região do ABC. O município de São Bernardo do Campo antes de 1938 era composto pelos atuais municípios da chamada Região do ABC: Santo André, São Caetano, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra. Santo André era conhecido por Bairro Estação, pois está localizado próximo a antiga Ferrovia São Paulo Railway, hoje, Santos-Jundiaí. Com o advento da ferrovia o núcleo urbano de São Bernardo do Campo entrou em estagnação.

A partir de 1910, a população do Bairro Estação se articula para batizar o bairro como Santo André, em homenagem ao fundador da vila João Ramalho. Em 1938, através de decreto, Ademar de Barros, governador do Estado de São Paulo

²⁵ Vale ressaltar a crítica de Mamigonian (1976, p.99) de que a industrialização brasileira nasceu do café. Na opinião desse autor este discurso “[...] faz parte da ideologia da aristocracia rural paulista e serve até hoje aos latifundiários brasileiros. Os mercados europeu e norte-americano criaram os estímulos necessários à produção de café e a Europa forneceu milhões de imigrantes que se inseriram de várias maneiras nesta economia e foram o núcleo principal da industrialização paulista e brasileira”.

rebaixa São Bernardo a distrito. A partir de 1927, com a instalação da empresa General Motors e das indústrias Matarazzo no subdistrito de São Caetano, próxima a ferrovia Santos-Jundiaí, com participação de Santo André, a Região Metropolitana de São Paulo obtinha novo crescimento. O processo de crescimento residencial e residencial em torno do eixo ferroviário conduziu, em grande parte, para a transferência de São Bernardo a Santo André (ALMEIDA, 2008, p. 304).

A partir da ascensão de Santo André e com o intuito de não se tornar somente um espaço de fluxos, as articulações locais presentes em São Bernardo do Campo criaram estratégias políticas (a partir da elite empresarial liderada pelo banqueiro Wallace Cochrane Simonsen) para reconstruir um território que fora rebaixado. Dentre estas estratégias estava a criação da “Associação Amigos de São Bernardo”, com o objetivo de alcançar a emancipação político-administrativo do município.

O rebaixamento de São Bernardo do Campo a distrito em 1938 pode ser interpretado como o estopim para recriar as horizontalidades, no dizer de Santos (2003), isto é, uma contiguidade, uma extensão localmente produzida que constitui, da mesma forma, um fator da produção em sentido amplo. A emancipação, entretanto, ocorreria em 1944 e, oficializado, em 1º de Janeiro de 1945, com o próprio Simonsen o primeiro prefeito dessa fase de São Bernardo do Campo.

Mas, foi a partir da Segunda Guerra Mundial que as transformações territoriais e políticas de São Bernardo do Campo iriam se intensificar. Isso significa que a antiga divisão do trabalho da década de 1920 seria desarticulada e sobrepujada.

Do antigo núcleo central da cidade, entre as ruas Marechal Deodoro e a Américo Brasiliense, com a presença de bares, oficinas, do grupo escolar, entre outros, surgiria uma geografia com outra dinâmica. Aquela vida marcada pelo tempo lento viria a se sobrepor as determinações externas a partir da preparação antecipada do território com a construção do maior símbolo da modernidade na época: a Rodovia Anchieta.

As transformações na configuração territorial

Em seu livro sobre as modificações da antiga Vila de São Bernardo, Pessoti (1981), entre outros fatores, caracteriza o progresso da cidade desde o início do século XX, a partir da destruição do antigo modo de vida, das coisas e dos modos de ser e de agir. Esse surto de progresso, segundo o autor, foi intensificado com a construção da rodovia Anchieta no final da década de 1940, quando “cortou” o lugarejo ao meio e o “soterrou”, tornando-o irreconhecível. A foto 01 abaixo reforça a descrição de Pessoti:

Foto 01 – São Bernardo do Campo. Trevo km 23,5 da Rodovia Anchieta, 1953.

Fonte: <http://unihostbrasil.com.br/diversos/evolucao-sao-bernardo-do-campo/imagens.html#>.

A foto 01 retrata a construção do trevo do quilômetro 23,5 da Rodovia Anchieta, que mais tarde, em 1959, receberia a empresa Volkswagen.

As variáveis externas modificariam a estrutura urbana de São Bernardo do Campo, suas formas e funções, de uma maneira sem precedentes na história e na geografia recente do município.

Quando no final do ano de 1947 surge o novo tipo de rodovia, a autoestrada, com as vias Anchieta, Anhanguera e Dutra na RMSP, os povoados-entroncamentos, salientado por Langenbuch (1971), tornaram-se subúrbios-entroncamentos. Por conseguinte, os arredores de importantes bairros como o Rudge Ramos, Taboão da Serra e o Centro em São Bernardo do Campo e a cidade de Diadema desenvolveram-se intensamente devido o novo objeto moderno de circulação nessa área metropolitana.

A partir disso, as bases para o novo meio-técnico fora formadas e seu papel subsequente no processo de metropolização tinha sido essencial para as ações das grandes empresas que se instalaram naquele ponto do território brasileiro, que será visto mais adiante.

Na opinião de Scarlato (1987), as indústrias automobilísticas se implantaram na região metropolitana de São Paulo devido às características técnicas do território, sendo que essas mesmas técnicas criaram um novo território.

Essa necessidade de transformação territorial foi também uma demanda antiga do tráfego extrarregional. A implantação dessa rodovia entre um trecho planáltico entre São Paulo e o povoado do Riacho Grande visava acelerar o processo de metropolização a partir de inúmeras glebas potencialmente disponíveis em seu trajeto a Santos (LANGENBUCH, 1971).

Dentro desta perspectiva, o estudo de Blum (1985) sobre o desenvolvimento urbano de São Bernardo do Campo, enxerga nos eventos relacionados com o território o condicionamento que os interesses externos lhe impuseram. Blum (idem, p.167) evidencia algumas contradições, entre elas, o fato de que “[...] as diversas fases históricas de São Bernardo do Campo, não alteraram o fato de ela evoluir a partir do condicionamento externo de origem nacional e internacional”.

O impacto da Rodovia Anchieta no território iria reforçar o traçado do município e gerar uma estrutura desigual com repercussões nas décadas seguintes, como ilustra o Mapa 07 a seguir sobre as principais vias de acesso no município de São Bernardo do Campo:

Mapa 07 – São Bernardo do Campo. Principais vias de acesso, 2010.

Fonte: São Bernardo do Campo – Secretaria de Planejamento Urbano. 2010.
Elaboração cartográfica: Leandro Henrique da Silva. Software: Inkscape.

O Mapa 07 mostra as principais vias de acesso no município de São Bernardo do Campo. A Rodovia Anchieta literalmente “cortou” a cidade em duas. Já a Rodovia dos Imigrantes foi inaugurada em meados da década de 1970 e completa um sistema complexo visando acelerar o processo de metropolização.

No passado, a ferrovia Santos-Jundiaí não teria promovido a real interação entre os núcleos urbanos, visto que objetivava prioritariamente o trajeto São Paulo-Santos, como relatado anteriormente.

Todavia, na época presente, a política fundada nas autoestradas não teria valorizado essa mesma interação entre cidades, uma vez que seu caráter externo voltado ao escoamento da produção teria direcionado os investimentos do setor de transportes, sobrepondo inúmeros projetos de maneira desarticulada. (Blum, 1985).

De acordo com Santos (2008) a hegemonia da circulação faz com que a divisão do trabalho se amplie abrangendo mais espaços. Assim, novos pontos no território, lugares, pessoas e empresas em todos os países passam a se interessar no movimento de capitais, informações, comércio, dentre outros aspectos e a interdependência se multiplicam fazendo com também se alargue a dimensão e espessura dos contextos. Este último significa “[...] as novas possibilidades de fluidez que estão na base dessa formidável expansão do intercâmbio” (SANTOS, idem, p.254).

Outro aspecto do aprofundamento da divisão do trabalho, segundo Santos (idem, p.255), porém com atenção aos fatores hegemônicos, diz respeito a imposição de novas formas mais elaboradas de cooperação e controle, à escala do planeta. Os sistemas de engenharia, como a Rodovia Anchieta, além de garantir uma maior fluidez aos agentes com maior poder econômico e político, permitem uma maior regulação dos processos produtivos, por meio das finanças e da especulação.

A figura 01 mostrada abaixo destaca o processo de especulação em um período anterior da inauguração da Rodovia Anchieta na década de 1940 no trecho que cobre São Bernardo do Campo.

Observa-se na foto citada os diversos loteamentos surgidas com a construção da Rodovia Anchieta, ao fundo, uma repartição territorial que iria marcar o município por décadas em relação a distribuição da população no território.

Figura 01 – São Bernardo do Campo. Vista aérea do município. 1940.

Fonte: Pessotti (1981, p.11)

Segundo Quinto Junior e Iwakami (2001), São Bernardo do Campo figura entre poucas cidades que conservaram sua configuração linear em função dos antigos caminhos coloniais.

A figura 02 apresenta a seguir planta municipal de São Bernardo do Campo em 1902, com o predomínio de atividades na Rua Marechal Deodoro. Esta rua, ainda sem qualquer tipo de calçamento, abrigava todo o tráfego de São Paulo à Santos, confundindo-se com a movimentação cotidiana da antiga Vila de São Bernardo do Campo (PESSOTTI, 1981).

Figura 02 – São Bernardo do Campo. Planta cadastral da antiga “Villa de São Bernardo”. 1902.

Fonte: Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo.

A modernização da antiga Estrada do Caminho do Mar para a estrada do Vergueiro, no início do século XX, ilustra a consolidação da estrutura morfológica de São Bernardo do Campo e reforça a configuração longitudinal entre os núcleos: Meninos (atual Rudge Ramos), Marechal Deodoro e Riacho Grande (MÉDICI, 1984).

Tal como o território brasileiro foi considerado por Santos e Silveira (2002) como um arquipélago da modernização incompleta, a chamada região do ABC teria gerado núcleos concorrentes e desarticulados devido à falta de interação, sob a égide da metrópole paulista. O exemplo mais marcante foi o rebaixamento de São Bernardo do Campo a distrito de Santo André na década de 1930 devido a estagnação do núcleo de São Bernardo por estar localizado um pouco distante da ferrovia Santos-Jundiaí.

O fato é que as complexidades foram intensificadas com a entrada do capital multinacional aliado ao processo migratório, que ultrapassou o âmbito local e acolheu etapas do trabalho internacional a um custo muito alto para a população.

O uso do território pelas multinacionais: o contexto político e o entorno

A aglomeração de diversas empresas multinacionais em um ponto do território gera, evidentemente, desequilíbrios na sociedade e no seu entorno dado o

caráter das relações impostas pelas empresas por meio da política e das técnicas a elas associadas.

A política e as técnicas são, portanto, variáveis fundamentais para o entendimento dos tipos de usos do território, o que inclui a busca de mercados ou a ocupação do território pela sociedade, empresas e instituições. Isso ocorre devido as dinâmicas contraditórias produzidas pelas relações entre os agentes, pelo fato de criarem usos privilegiados e constituírem lugares marcados por décadas pelas desigualdades socioespaciais envolvendo grande parte da população.

O município de São Bernardo do Campo não é distinto do restante do mundo onde o jogo político das empresas, ou melhor, a política realizada por elas se manifestou através da produção de paisagens desiguais. Nesse contexto, cabe questionar qual o uso predominante do território em São Bernardo do Campo? E quais benefícios à sociedade acarretaram esse jogo político entre as empresas e o poder público?

As normas e todo o arsenal de uma verdadeira chantagem operada pelas grandes empresas podem modificar as relações sociais e produzir lugares empobrecidos. No capítulo 4 será visto como que a ingovernabilidade está relacionada com os benefícios fiscais, as doações de terrenos a essas empresas detentoras de poder político considerável.

Por ora, ressaltam-se as combinações responsáveis pela vinda das empresas, sobretudo do setor automobilístico para o Brasil e para São Bernardo do Campo, bem como as transformações no entorno desta última cidade.

O período inicial após a Segunda Guerra Mundial teve um forte impacto na organização espacial dos países subdesenvolvidos, a exemplo do Brasil. As instituições internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD) ou Banco Mundial, além da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal) contribuíram para a reorganização do território brasileiro.

No Brasil, a ação do Estado nas décadas de 1930 a 1955 pode ser interpretada como aquela imbuída em promover a industrialização, com o surgimento de diversas empresas e instituições, conforme revela o quadro 02 abaixo sobre as principais empresas e instituições surgidas no Brasil e na região do ABC:

Quadro 02 – Brasil e região do ABC. Principais empresas e instituições, 1930-1955.

EMPRESAS/INSTITUIÇÕES – BRASIL	ANO	EMPRESAS/INSTITUIÇÕES NA REGIÃO DO ABC	ANO
Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio	1930	Diocese de Santo André	Década de 1950
Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil	1937	Companhia Telefônica da Borda do Campo (CTBC)	Década de 1950
Companhia Siderúrgica Nacional	1941	Refinaria de Capuava (Recap)	Década de 1950
Companhia Vale do Rio Doce	1942	Cooperativa dos Empregados da Rhodia	Década de 1950
Companhia Nacional de Álcalis	1943	Faculdade de Ciências Econômicas de Santo André	Década de 1950
Serviço Nacional da Indústria (SENAI)	1942	Companhia Cinematográfica Vera Cruz	Década de 1950
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)	1951	Câmara Clube	1951
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE)	1952	Clube da Poesia	1952
Banco do Nordeste	1952	Sociedade de Cultura Artística	1952
Petrobrás	1953	-	-
Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc);	1953	-	-

Fonte: Adaptado de Conceição (2008, p. 69-70).

Este quadro apresenta algumas instituições criadas pelo governo federal e outras ligadas diretamente a região do ABC em um período de 25 anos que vão de 1935 a 1955. Trata-se de um período de transição, que mostra um país ancorado em um modelo primário exportador em direção a uma economia cuja alavanca de crescimento seria a indústria, isto é, a transformação de uma sociedade rural para outra de perfil urbano.

As principais instituições surgidas em nível federal, como: Ministério do Trabalho, indústria e Comércio, Companhia Siderúrgica Nacional, Companhia Vale do Rio Doce, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), dentre outras, ilustram o papel indutor, regulação e produtor do Estado brasileiro no

processo de industrialização.

Ao mesmo tempo, se fortalece o sentimento de regionalidade no ABC e ganha forma a nova divisão territorial do trabalho nessa região a partir de instituições, a exemplo da: Refinaria de Capuava (Recap), Cooperativa dos Empregados da Rhodia, Companhia Telefônica da Borda do Campo (CTBC), entre outras.

O Estado, principalmente na Era Vargas, escreve Almeida (1972), considerava que a industrialização seria o vetor de melhoria de vida da população, caso o mercado interno se desenvolvesse. E o papel da indústria para (fundamentar) estruturar a economia brasileira.

A industrialização deveria seguir planos gerais. Todas as normas direcionavam-se para a expansão e diversificação da indústria nacional, como a indústria de base, o plano gradativo da implantação da indústria automobilística, a indústria de caminhões, motores, de peças, veículos de carga e posteriormente, a produção de automóveis (ALMEIDA, 1972).

A busca da produtividade nacional devido a crise nas importações na Era Vargas, juntamente com a formação das indústrias de bens de capitais teriam propiciado as bases fundamentais para o período seguinte de internacionalização da economia com o governo de Kubitschek (ALMEIDA, Idem).

Por essa razão, há, igualmente, necessidade de se explorar aquilo que Benevides (1979) destaca como as contradições entre a grande penetração de capital estrangeiro no Brasil, com o propósito de superar o subdesenvolvimento de um lado, e, do aumento das disparidades regionais, de outro. Para esta autora, na época do Plano de Metas do governo Kubitschek, a despeito de seus objetivos gerais, concentrou particularmente investimentos no setor automobilístico, nos transportes aéreos, no setor de eletricidade e do aço.

Essa política teria sido beneficiada, como revela a autora (idem), com o momento de reorganização da divisão internacional do trabalho do Mercado Comum Europeu e do Japão na década de 1950.

Já o contexto da chegada das montadoras ocorreu a partir dos Planos de instalação de uma indústria automotiva nacional no ano 1956²⁶. Em primeiro lugar,

²⁶ “Em 12 de julho de 1956, pelo Decreto nº 39.568, o Governo instituía o Plano Nacional da Indústria Automobilística relativo a caminhões. E, pelo Decreto nº 39.569, da mesma data, estabelecia o plano

de acordo com Shapiro (1997), esse plano acabou por restringir as importações e praticamente obrigou as montadoras transnacionais a iniciarem dentro de cinco anos (a partir de 1956), com incentivos fiscais, a produção de veículos que possuísem de 90 a 95 por cento de peças nacionais. Caso rejeitassem a proposta, essas empresas não poderiam participar do mercado brasileiro de alto potencial.

A autora parte do pressuposto de que a entrada das empresas estrangeiras como: Ford, Scania, Volkswagen, Toyota, entre outras, no mercado brasileiro estariam relacionadas, sobretudo, as estratégias das políticas governamentais, do alcance das negociações, do que simplesmente os investimentos diretos ou o processo de barganha entre o Estado e as empresas.

Não obstante, Shapiro (idem), em seu estudo econômico, revela a insuficiência da literatura que trata o relacionamento entre o Estado e a empresa. Nesse caso, as multinacionais não poderiam ser tratadas como um simples monopólio bilateral, onde cada parte barganharia sobre a distribuição da renda desse monopólio sem uma teoria explícita sobre a natureza do Estado periférico.

Por outro lado, somente a ameaça de fechamento de mercado as empresas que não concordassem com as normas de produção nacionalizada limitaria a discussão. Eis o porquê de a autora incluir em sua análise sobre os determinantes da vinda das empresas automobilísticas ao Brasil, a estrutura de incentivos, porém a partir de um contexto mais amplo da indústria internacional e do mercado brasileiro.

A opinião de Arbix e Zilbovicius (1997), do mesmo modo, avalia como o governo de JK se articulou com o capital estrangeiro, e como que este último procurou moldar a indústria doméstica com o oligopólio advindo de seus países de origem.

E o Estado, nesse quadro, dividiria as prerrogativas ao permitir que as grandes corporações ditassem as estratégias de desenvolvimento. Mesmo com mais de 50 anos depois, a indústria automobilística continuaria com seu poder de fazer política e de transformar o território, com ajuda de políticas de incentivos dos Estados, como será visto no capítulo seguinte.

para produção de jipes. Pelo Decreto nº 39.676-A de 30 de julho, o de produção de camionetas, caminhões leves e utilitários (ALMEIDA, 1972, p. 33)".

A esse respeito, a discussão se as empresas teriam ou não investido no Brasil, mesmo na ausência de incentivos não é irrelevante, segundo Shapiro (idem), caso seja respondida a pergunta: onde foram os investimentos e quais as transformações territoriais e sociais decorridas desses investimentos.

É notável o uso predominante do território pelas grandes empresas multinacionais em São Bernardo do Campo. Pela paisagem é possível observar diversas áreas preparada para a ação do capital monopolista em nível nacional e internacional. A localização desse município, entre o Porto de Santos como aporte a circulação e a metrópole de São Paulo como centro consumidor é, frequentemente, referida como fundamental para a instalação das empresas.

Desde a criação do Grupo Executivo da Indústria Automobilística (Geia) em 1956, as políticas de incentivos fiscais, isenções de importações, créditos subsidiados, ou gastos públicos em infraestrutura de base, dentre outros fatores, acabaram por solidificar a Política ditada pelas empresas.

Isso leva a crer que houve uma adequação dessas ações através das normas criadas pelo Estado, a partir de condições então favoráveis ao mercado (dessas empresas) na divisão internacional do trabalho. Essas ações não resultam apenas na fragmentação dos mercados ou setores econômicos, mas sim o próprio território incorpora essas transformações.

O uso fragmentado do território

Esse dado global, representado pela inserção da divisão internacional do trabalho, sobretudo na região metropolitana paulista, é extremamente importante para ampliar o debate sobre os determinantes da entrada de empresas estrangeiras nos países subdesenvolvidos e as repercussões territoriais.

Isso porque esses eventos não se reduzem somente a localizações como pontos econômicos fruto de investimentos diretos, mas sim podem ser entendidos a partir das combinações previamente estabelecidas com os lugares em que se inseriram. Tais eventos, por sua vez, permitem a existência de lugares adequados à lógica empresarial, enquanto o investimento na esfera social se reduz.

Em São Bernardo do Campo isso se torna mais claro. Em relação aos determinantes de localização, Conceição (2008) descreveu que a mão de obra existente na zona periférica da metrópole paulista já apresentava características industriais (móveis, têxteis, cerâmica, etc.), e uma infraestrutura rodoviária e ferroviária (Rodovia Anchieta e a São Paulo Railway Company).

Somavam-se a isso, as grandes áreas ainda desocupadas a preços baixos e os incentivos dos governos municipais (acesso à água com a Represa Billings, energia elétrica, transporte entre outros) constituindo fatores importantes para receber essas montadoras transnacionais na chamada Região do ABC.

O quadro 03, a seguir, revela as empresas instaladas na região do grande ABC em meados da década de 1950:

Quadro 03 - São Bernardo do Campo. Instalação das principais empresas automobilísticas a partir de 1950.

Empresas	Ano de instalação	Origem
Wyllys Overland (adquirida pela Ford em 1969)	1954	EUA
Mercedes-Benz	1956	Alemanha
Volkswagen	1957	Alemanha
Simca (comprada pela Chrysler, que por sua vez foi comprada pela Volkswagen em 1981)	1958	França
(vendida a Chrysler em 1956)	1959	EUA
Karmann-Guia	1960	Alemanha
Scania Vabis	1962	Suécia
Toyota	1962	Japão

Fonte: Adaptado de Conceição (2008).

De posse dessas condições geográficas favoráveis, as empresas alemãs, Mercedes-Benz, Karmann-Guia, Volkswagen, seguida das americanas Wyllys-Overland e International Harvester, além da sueca Scania e da japonesa Toyota se implantaram em um território com uma política existente de povoamento para o interior (construção de Brasília) e com um grande mercado potencial.

Entretanto, a implantação de inúmeras empresas em um ponto do território possui repercussões no entorno de uma maneira tal que permanece nas estruturas socioespaciais até o presente. O trabalho de massa, escrito por Pierre George (1974), ou seja, aquele trabalho que mobiliza multidões de operários em época de crescimento geográfico intenso se impõe ainda no presente, e representa todo o resquício desse passado, ou melhor, dessa configuração geográfica exposta acima. Essa geografia do trabalho resultado do conflito entre o sistema de produção e a vida da maioria da população será exposta no capítulo 6 sobre a dinâmica da divisão internacional do trabalho em São Bernardo do Campo.

Por outro lado, em relação a materialidade das desigualdades, o território acaba por ser caracterizado por uma intensa fragmentação. As resistências nascidas nos lugares considerados “marginalizados” podem ser visto a exemplo, dentre inúmeros outros, do antigo acampamento do Departamento de Estradas de Rodagem (DER) em São Bernardo do Campo, um exemplo dessa construção política, normativa e territorial advinda com a chegada das empresas nesse município.

A foto 02 na página seguinte apresenta a Vila das Palmeiras que nasceu do acampamento do DER. A foto citada está localizada no bairro centro em 1980. Segundo o historiador Médici (1984, p.102), desde que a rodovia Anchieta foi construída, a despeito da simbologia de orgulho da engenharia nacional, o antigo acampamento do Departamento de Estradas de Rodagem, localizado as margens dessa Rodovia, foi, “[...] se agigantando na sua própria miséria, elegendo políticos. Perdeu o jeito elegante dos primeiros anos, ganhou novos barracos, preservou o acompanhamento. E ganhou um apelido: favela”.

Ocorre que a rodovia Anchieta é um grande objeto técnico que faz parte de um sistema maior, com conexões entre o porto, as fábricas de autopeças, com o comércio, dentre outros fatores, e com o território em seu conjunto.

Foto 02 - São Bernardo do Campo. Vista da antiga Vila das Paineiras, formada a partir de um acampamento do DER, década de 1980.

Fonte: Seção de Pesquisa e Documentação - Secretaria de Cultura – Prefeitura de São Bernardo do Campo.

Ainda, segundo Medici (idem) havia pequenos núcleos de trabalhadores que habitavam as margens da rodovia, onde hoje está localizada a empresa Volkswagen, Chrysler, dentre outros locais.

Entretanto, em 1950, o DER concentrou todos os trabalhadores em um único local, no quilômetro 19,5 no antigo terreno do Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários (IAPI), hoje extinto.

Essa autorização dada pelo então governador Lucas Nogueira Garcez teria duas hipóteses: a primeira devido aos inúmeros acidentes que ocorriam com os trabalhadores que moravam ao longo da rodovia; a segunda, como uma tentativa de esconder à pobreza existente nesses núcleos da visita de uma comitiva de americanos a região.

De acordo com Médiçi (idem), em um primeiro momento, o DER era

responsável pela manutenção do acampamento e o planejou minuciosamente. Mesmo com o término da obra, milhares de trabalhadores foram trabalhar na construção de outras rodovias, como a Rodovia Anhanguera.

A necessidade, portanto, de moradias era premente. A solução foi a construção de casas de madeira com todos os custos cobertos pelo DER. Esse loteamento foi entregue com 250 casas aos trabalhadores pelo próprio governador Lucas Nogueira Garcez.

Todavia, a partir de 1978, a prefeitura proibiu que se construísse, vendesse ou alugasse qualquer barraco no acampamento (MEDICI, *idem*). Contudo, como o número de casas fora insuficiente, a favela da Vila Nova começou a se formar junto ao acampamento do DER.

Com o aumento dos moradores, o Departamento de Estradas de Rodagem já não mais financiava o vilarejo. Com a retirada desse apoio, os moradores foram deixados a própria sorte, e, além disso, uma circular do DER objetivava desativar o acampamento. Para isso estipulou um prazo de 90 dias, no final da década de 1960, para que todos os moradores deixassem o acampamento, pois não se responsabilizaria pela permanência das pessoas na, então, recém-criada Vila Nova. Entretanto, ninguém atendeu a circular e o DER abandonou definitivamente o acampamento, deixando de dar qualquer apoio aos moradores e transferindo seus depósitos de pedra, areia e ferramentas, que ficavam ao lado do acampamento, para o outro lado da Via Anchieta, em instalações vizinhas à empresa Scania (MEDICI, *idem*).

No período atual, todo o complexo do antigo acampamento do DER que era considerado em estorvo para a cidade, constitui o expoente da grande contradição no território, isto é, ao lado de todo bairro considerado rico, há do mesmo modo, bairros pobres com carências de toda sorte que se reproduzem no tempo.

Ao longo dos anos, as entidades criadas pelo núcleo DER, como a Escola de Samba, Associação de moradores, os centros comunitários, dentre outras, buscaram minimizar aquela desvalorização dos lugares de que fala Santos (2008). Para esse autor, embora as ações dos atores globais tenham uma força imensa, os locais que sofrem essa ação não são totalmente dissolvidos.

A figura 03, exposta a seguir, confirma a presença do acampamento do

DER, localizado no centro da cidade próximo ao Paço Municipal.

Figura 03 – São Bernardo do Campo. Favela do DER no Centro da cidade. 2012.

Fonte: Fotos do autor, setembro, 2012.
Elaboração: Leandro Henrique da Silva

A figura 03 destaca que a presença de uma favela no centro da cidade ainda constitui uma realidade. Ela surgiu de um acampamento de trabalhadores ainda na década de 1940, não modificou quase nada na foto de 1980 (p.93) a não ser pelo asfalto nas ruas, e continua a resistir em 2012.

Trata-se de investigar como essa materialidade, isto é, como a base da sociedade objetiva não se adaptou aos ditames da modernidade e procuraram reagir de outra forma. Procurar essa singularidade, com leis próprias, ações políticas e

normas gestadas nas relações diretas com aqueles moradores de bairros a exemplo do acampamento do DER, pode contribuir para se entender a constituição dos lugares, isto é, de uma vida social se realizando em um meio geográfico interpretado como marginal.

Tais lugares, cuja ocupação é chamada repetidas vezes de desordenada, na realidade está inserida na lógica da especialização produtiva que se realizou em diferentes níveis territoriais e evidencia o uso fragmentado do território. No plano local, por exemplo, a apropriação do território de São Bernardo do Campo foi intensificada por variáveis externas ligadas à política e variáveis internas, ligadas ao comando produtivo local com atração de população, conforme se observa na figura 03 sobre o crescimento da mancha urbana a partir da década de 1948:

Figura 03 – São Bernardo do Campo. Evolução da mancha urbana por décadas, (1948 – 2010).

Fonte: São Bernardo do Campo – Secretaria de Planejamento Urbano.
Elaboração cartográfica: Leandro Henrique da Silva. Software: Inkscape.

De acordo com a figura 03, a mancha urbana do município, representada pela sua malha intraurbana, obteve um crescimento inicial ao norte e ao sul, entretanto não muito considerável desde o ano de 1948 até 1955. A partir do início da década de 1960, que coincide com a inauguração da empresa Volkswagen (um ano antes), é possível observar um aumento expressivo do crescimento da mancha urbana até o ano de 1967. Por fim, com o final da década de 1967, a expansão populacional engloba toda a área urbana.

O crescimento populacional nesse período foi monumental, segundo a tabela 06, abaixo, sobre a taxa de crescimento populacional.

Tabela 06 – São Bernardo do Campo. População residente total e taxa de crescimento anual (%) – 1950-2010.

Censos Demográficos	População	Taxa de Crescimento anual-%
1950	29.295	10,74
1960	81.255	9,52
1970	201.662	7,76
1980	425.602	2,64
1991	566.893	2,42
2000	703.177	2,31
2010	765.463	1,51

Fonte: IBGE, Censo demográfico, 2010.

Com base na tabela 06, a década de 1950 ainda era marcada por uma pequena população de 29.295 mil habitantes. A partir da década de 1960, em apenas 10 anos, a população quase triplica (2,7 vezes mais). As taxas de crescimentos são altas até a década de 1970. a década de 1980 em diante a população continua a crescer, porém de modo regular.

É fundamental recordar que essa reorganização do espaço intraurbano em São Bernardo do Campo, cujo aspecto demográfico é apenas umas das variáveis, relaciona-se à competitividade existente na divisão internacional do trabalho a partir do Pós-Segunda Guerra, especialmente na região metropolitana de São Paulo.

Todo o investimento e a instalação das principais montadoras, bem como inúmeras outras empresas de ramos secundários, em São Paulo e, particularmente, em seu território fragmentado representado pela Região Metropolitana vislumbravam um mercado potencial enorme.

Dessa forma, o centro de decisão desse acréscimo de atividades reunidas

em pontos específicos do território fora sempre exógeno. A melhoria da circulação, já citado, com a construção das rodovias teve um papel fundamental nessa unificação dos mercados, de seu escoamento e na proliferação das pequenas e médias empresas do setor de autopeças, metal-mecânicas, eletrodomésticos, entre outros.

Segundo Santos (1994), tanto a expansão demográfica como a expansão territorial em cidades como São Paulo e seu entorno, tem ligação muito maior com a socialização capitalista. Baseando-se na ideia de Topalov (1974) apud Santos (idem, p.118) a cidade constitui uma forma da socialização capitalista das forças produtivas, tendo em vista que ela, a cidade, resulta do processo de divisão do trabalho e, logo, permite a cooperação entre unidades de produção.

O problema aqui se refere à qualidade dessa cooperação. Segundo Marx (2010), mencionado no capítulo 2 (p. 45), a divisão social do trabalho também permite o aumento da produtividade. Entretanto, os capitais reunidos no município são de caráter privado, mesmo se a infraestrutura tenha sido financiada pelo poder público, os benefícios da “arrecadação” são restritos, portanto, a poucas firmas e pessoas.

Com efeito, Santos (idem) demonstra de maneira clara que as fusões, as concentrações neste período histórico, entre empresas reforçam a tendência de indivisibilidade dos capitais. Por outro lado, com a formação dos grandes monopólios, o processo migratório tende a sofrer uma aceleração devido à unificação dos mercados. A tabela 07 exhibe a composição da população pela naturalidade do município e do Estado de São Paulo.

Tabela 07 – São Bernardo do Campo. População residente por naturalidade em relação ao município e a unidade da federação. 2010.

Naturalidade em relação ao município e à unidade da federação	Variável	
	População residente (Pessoas)	População residente (Percentual)
Total	765.463	100,00
Naturais do município	349.205	45,62
Não naturais do município	416.258	54,38
Naturais da unidade da federação	554.518	72,44
Não naturais da unidade da federação	210.945	27,56

Fonte: IBGE, Censo demográfico, 2010.

Os dados da tabela 07 mostram mais da metade da população residente

(54,38%) não nasceu em São Bernardo do Campo. Os migrantes vieram, sobretudo, do Estado de São Paulo (72,44%), mas quase um terço (27,56%) são naturais de outros Estados, reforçando o município como uma grande área de atração populacional.

A principal razão, segundo Conceição (2008), para a atração de migrantes de diversas áreas do país, principalmente migrantes da zona rural, estava ligada a necessidade de força de trabalho das grandes fábricas automobilísticas devido ao modelo de produção.

Para esse autor, as grandes fábricas que dominaram o meio urbano da região do ABC estavam pautadas no modelo de produção fordista através da verticalização da produção e de níveis de estoques elevados. Com essa medida, as grandes empresas buscavam atender quaisquer oscilações no mercado ou reduzir interferências nos transportes e comunicações.

Na época de ouro fordista, portanto, as contratações no setor industriais eram expressivas. De acordo com Cardoso (1981, p.48) na década de 1980, 47% da população de São Bernardo do Campo trabalhava, principalmente no setor da indústria da transformação, com o número surpreendente de 71,4% da população ativa. Hoje, porém, esse número foi reduzido a 31,78%, conforme a tabela 01 (capítulo 1, p.20). Atualmente, houve uma redução da população ativa para 42,8%. Ainda com relação a essa tabela 01, caso sejam somadas as atividades relativas ao comércio, transportes, armazenamento e correio, alojamento e alimentação, informação e comunicação, atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados, atividades imobiliárias, científicas e técnicas, administrativas, educação, saúde e serviços sociais, além das artes, cultura e esportes, tem-se um total de 43% do número de trabalhadores nessas atividades.

Diante desses dados, São Bernardo deixou de ser caracterizada como cidade industrial? Isso inviabilizaria todo o discurso de subsídios as grandes empresas indústrias que ocorrem como política para garantia dos empregos desse importante setor econômico? Qual seria a contribuição das ações públicas para continuar a oferecer as melhores vantagens as grandes empresas?

Este tipo de análise está diretamente ligado às desigualdades socioespaciais, ao trabalho, ao território, pelo fato de que os investimentos, as modificações nos sistemas de engenharia, que não levam em conta a maioria da

população, acabam por contribuir para a ingovernabilidade.

Essa proposta, portanto, baseia-se não na separação analítica da sociedade e de seu espaço, mas sim em sua interpretação de forma conjunta. Para isso, passa a considerar, da mesma forma, a atuação dos sistemas de ações, através das políticas normativas das empresas, na organização do território. Ou de outro modo, como o processo de isenções fiscais, doações de terrenos ou concessões diversas constituíram uma verdadeira alienação do território em favor de poucos agentes, eis o objetivo do capítulo seguinte.

CAPÍTULO 5: A ALIENAÇÃO DO TERRITÓRIO: ENTRE A POLÍTICA DAS EMPRESAS E A PROBLEMÁTICA SOCIAL

Nos capítulos anteriores destacou-se a importância de se considerar o meio-técnico-científico-informacional na análise sobre o processo social. A divisão do trabalho possui uma expressão geográfica através da divisão territorial do trabalho. Nesse sentido, o território é chamado a realizar diversas funções pelos ditames do mercado, pelos objetos que incorpora, isto é, por uma materialidade a serviço de interesses precisos. O exemplo dado foi a construção da Rodovia Anchieta como aporte modernizador e fator de inserção de São Bernardo do Campo na divisão internacional do trabalho, pois permitiu, em grande parte, a vinda de grandes empresas automobilísticas.

Ocorre que, após décadas de uso do território pelas empresas, pelas pessoas e pelas instituições, a problemática das desigualdades sociais não foram reduzidas ou até mesmo, houve um crescimento. As paisagens explicitam as desigualdades não somente de renda, mas sim pelo caráter territorial por excelência.

Neste contexto, Santos (1998) salienta que vivemos a era da competitividade, um tempo em que a desordem orçamentária, econômica, social, territorial e política são evidentes.

Além dos objetos, da materialidade do território ser responsável, em parte, por grandes transformações na sociedade, há, também, as ações em sentido amplo e ações do poder público que afetam toda a sociedade. O conjunto de normas constitui um aspecto dessas ações e, de uma forma ou de outra, se materializam no território.

A regulação, portanto, se contrapõe a um discurso de que o Estado está cada vez mais enfraquecido, seja em seu poder ou sua gestão da sociedade. Na opinião de Santos (idem) este argumento existe em razão de dois processos. Em primeiro lugar, há uma porosidade no Estado, de um lado, e, de outro, os agentes hegemônicos que comandam a globalização necessitam de um Estado flexível a seus interesses. O exemplo das privatizações, grosso modo, pode revelar o apetite voraz do capital por todas as áreas sociais para obtenção de lucro. O mais importante para esta pesquisa refere-se ao comportamento do Estado em relação às exigências geográficas das empresas para que se instalem em um determinado local.

Com isso, objetiva-se comprovar o uso corporativo do território, uma

noção proposta por Santos (2008;2003) no sentido em que o território se aliena, cessa seus “bens” ou se adapta a política feita pelas empresas.

Desse modo, a intensificação da divisão internacional do trabalho, principalmente, a partir da década de 1990, desencadeou uma série de eventos ligados ao sistema de produção mundial e gerou, igualmente, através dos usos do território novas contradições socioespaciais. Entre elas, a chamada desconcentração industrial e o consequente desemprego, a infraestrutura escassa diante de uma demanda sempre crescente, dentre outros fatores.

Essas contradições são resultados, em parte, do jogo político e econômico entre o capital multinacional e as ações do Estado, somado a uma evolução demográfica materializada em uma verdadeira explosão urbana. Tal situação não deve ser avaliada somente em escala local, ou seja, em relação ao município ou a região.

Portanto, este capítulo expõe as ações técnicas e normativas em São Bernardo do Campo que permitiram as desordens socioespaciais pelo uso privado do território. Por isso relaciona algumas leis, decretos, processos de concessões, de incentivos e doações pelo poder público as empresas. O objetivo é vislumbrar os privilégios obtidos por poucos agentes sociais.

Ações normativas como elementos das desordens socioespaciais

Em relação à propalada reestruturação produtiva, fulcro de inúmeras discussões e controvérsias acerca da fase atual do capitalismo, tal pesquisa adotou-se uma interpretação oriunda da crítica a modernidade advinda de Soja (1993, p. 193), para quem:

A reestruturação [...] transmite a noção de uma ‘freada’, senão uma ruptura nas tendências seculares, e de uma mudança em direção a uma ordem e uma configuração significativamente diferentes da vida social, econômica e política. Evoca, pois uma combinação sequencial de desmoronamento e reconstrução, deficiências ou perturbações nos sistemas de pensamentos e ações aceitos.

A temática da reestruturação exposta por Soja não se restringe a “produção” em si, mas atinge um período histórico. Essa discussão recai, frequentemente, de maneira arbitrária sobre as inovações tecnológicas e de seu impacto na classe trabalhadora como fenômeno irreversível do progresso capitalista.

O risco iminente de uma interpretação ocorre quando a análise se limita a tecnologia *em si*. Isso porque as máquinas não são seres e, assim, o conjunto de decisões responsáveis por malograr as aspirações da classe trabalhadora não proceda das máquinas, mas sim da política.

A partir dessas considerações, o conceito de reestruturação, em sentido amplo, pode ser entendido como a desigual distribuição das inovações no território, nos lugares e no mundo. Trata-se do período atual repleto de ciência, técnica e informação transfigurado em meio-técnico-científico-informacional, conforme exposto nos capítulos anteriores.

Portanto, Soja (*idem*) associou a grande crise capitalista, após um período de expansão econômica posterior a Segunda Guerra Mundial, a identificação das crescentes lutas, dos choques, dos conflitos pelo controle da reprodução da vida material, cujo marco histórico é a profunda recessão mundial representada pela crise do petróleo na década de 1970.

O seu ponto de partida se encontra na ligação entre reestruturação e espacialização, ou seja, as formas pelas quais o capitalismo buscou reestruturar o espaço e o tempo, mediante “arranjos” específicos para garantir sua sobrevivência.

A alienação do território em São Bernardo do Campo

Nesse quadro de rearranjos territoriais é frequente o debate sobre como evoluirá a chamada região do ABC. A obra reunida por Lima (2001, p.173) exemplifica as opiniões de diversos políticos e pesquisadores sobre as “tendências” do ABC. Questionam, sobretudo, como as novas gerações se adequarão à nova conjuntura de desestruturação industrial ou em quais campos se criarão novos empregos. Muitos pedem a redução da carga

tributária e a união do empresariado para conter as ações predatórias do Estado em relação a quem gera empregos (LIMA, *idem*, p.153).

Entre muitas respostas para atingir o pretenso desenvolvimento, há aquela ligada, predominante, à criação de sistemas de incentivos de toda ordem. Com isso se espera que, literalmente, se possa comprar a adesão dos agentes envolvidos no conflito em que o território se apresenta como a arena entre a sociedade civil e o mercado (as empresas).

Surpreendentemente, não é possível aceitar aqueles argumentos de que em áreas com densidade urbana extremamente elevada, como é o caso da RMSP, a falta de “espaços” para as indústrias seriam um desestímulo a produção e a novos investimentos e, assim, justificariam o estado de desemprego e as desordens instaladas.

De acordo com a pesquisa de Conceição (2008, p. 2007) sobre as percepções sobre a reestruturação e a competitividade do parque industrial do ABC, os reclames dos empresários e dos dirigentes de instituições, como Associação Comercial e Industrial de São Bernardo do Campo (Acisbec) ou da Associação Nacional dos Fabricantes de veículos Automotores (Anfavea) estão ligados, dentre outras coisas, a falta de espaço físico na região. O problema para os empresários entrevistados, como Valter Moura da Acisbec ou Luiz Adelar Scheuer da Anfavea na época da pesquisa em meados de 1990, consistia no alto custo do metro quadrado na região e pelo fato de não haver mais áreas para as indústrias expandirem por se localizarem em áreas de mananciais. Outros argumentos culpam as enchentes e a falta de investimento em moradias, escolas e saturação de infraestrutura.

É preciso recordar que a dinâmica criada no passado recente propiciou a geração de uma cidade com distintos problemas econômicos, sociais e territoriais, graças aquele conflito entre a política das empresas de um lado, e a maioria da sociedade, do outro.

A proliferação de favelas, de loteamentos clandestinos, e, por sua vez, a falta de infraestrutura em educação, saúde e transportes, e o aumento da especulação imobiliária, entre outros aspectos, são grosso modo intrínsecos a todo esse processo de agravamento das desigualdades do território. Eis uma divisão territorial do trabalho marcada pelas verticalidades, ou seja,

problemáticas ligadas ao tipo de uso do território, preferencialmente hierárquicos, que acabaram por aprofundar as desigualdades.

De fato, São Bernardo do Campo se desenvolveu a partir de sua localização, de sua posição geográfica, mas tal pressuposto não deve ser visto somente como um dado natural, mas sim como um ponto de investimento em um território conhecido pela sua qualidade de arquipélago econômico.

Cabe averiguar como essa mesma localização continua a oferecer as oportunidades de permanência ou de atrações das empresas. Dito de outra forma, como os usos do território garantem a “produtividade” adequada às empresas? Em quais circunstâncias e custos para a população?

Pode-se admitir, conforme Santos e Silveira (2002) que o território usado é parte fundamental de divisões de trabalho superpostas. Haveria desse modo, diversas divisões territoriais do trabalho presentes no território de cada ramo produtivo, de empresas e instituições.

Sem uma base territorial as empresas não existiriam, portanto, a aglutinação de áreas ou usos adaptados à produção, circulação e consumo torna-se fundamental para sua “sobrevivência” em um território já parcelado, multifacetado pela lógica mercantil.

A partir disso, é possível enxergar essa tomada de decisão por parte das empresas estrangeiras, a exemplo da Scania em São Bernardo do Campo, com um enfoque geográfico. Em primeiro lugar, as normas de toda ordem dos governos em todos os níveis podem ser entendidas como a adequação do território aos interesses dessas empresas.

Cataia (2003) estudou as políticas territoriais de incentivos fiscais, de obras de infraestruturas, de doações de terrenos, entre outras, para atrair investimentos internacionais ou entre estados através da guerra fiscal, e como os municípios acabam se tornando reféns das políticas das empresas.

Em São Bernardo do Campo, da mesma forma, torna-se necessário investigar aquilo que Cataia (2003) denominou de território alienado, uma vez que as concessões dos lugares para que as empresas não mudem para outros municípios ou para atender as exigências das empresas a fim de que permaneçam nas mesmas localidades continuam evidentes.

A figura 04 a seguir mostra a doação de um terreno em São

Bernardo do Campo a empresa Multinacional Scania.

Figura 04: São Bernardo do Campo. Terreno doado a Empresa Scania, 2011.

Fonte: Tribuna metalúrgica (2011)

A doação deste terreno, de aproximadamente 40 mil metros quadrados e avaliado em cerca de 13,5 milhões de reais, foi aprovada pela Câmara Municipal de São Bernardo do Campo 24 de Abril de 2011. Segundo o projeto que autorizou a doação do terreno à empresa Scania Latin América Ltda, a área será utilizada para a fabricação de caixas de câmbio dos veículos produzidos pela empresa.

Por outro lado, a justificativa para tal ação de doação de terreno seria o investimento de cerca de 16 milhões de reais a ser realizado pela empresa para o prolongamento da Avenida Álvaro Guimarães e o alargamento da Avenida José Odorizzi, esta última onde se localiza a própria empresa.

Segundo o prefeito de São Bernardo do Campo, Luiz Marinho, do

Partido dos Trabalhadores, serão realizados muitos outros projetos como este no município são bernardense, com o objetivo de aperfeiçoar os recursos investidos na cidade e transformar os seus espaços (FARIAS, 2011).

A empresa em questão possui um prazo de cinco anos (até 2016) para realizar as obras de duplicação de importantes vias de acesso a Rodovia Anchieta. Segundo a prefeitura, essas ações são fundamentais para a logística industrial e responsáveis para atração de novos investimentos (FARIAS, Idem)

Ainda segundo o prefeito Luiz Marinho, a defesa deste projeto está baseada na concorrência mundial globalizada. Sendo assim, as doações de áreas na cidade visam a troca de investimentos. Neste caso, a fábrica se ampliaria e geraria emprego e renda, além da melhoria do sistema viário, com valores superiores ao do terreno. Tal oportunidade, na visão da prefeitura, não poderia ser descartada (TRIBUNA, 2011).

A empresa sueca Scania, instalada em São Bernardo do Campo em 1962, já recebeu outros benefícios da prefeitura. Durante o mandato do prefeito Hygino Baptista de Lima (1964-1969) foi promulgada a Lei nº 1485 de 15 de fevereiro de 1967 autorizando o município de SBC a ceder terreno de área de 474, 50 m² da parte do leito antigo da estrada do Polígono do Tiro, hoje Avenida Robert Kennedy, fundos da Scania (SÃO BERNARDO DO CAMPO, 2010).

Outro recurso coercitivo a favor da competição entre oligopólios internacionais, nacionais ou locais refere-se a isenção de impostos. Essas normas constituem fatores importantes para a permanência das empresas em um determinado território. A tabela 08, na sequência, resume algumas empresas beneficiadas pela lei de incentivo fiscal seletivo da prefeitura de São Bernardo do Campo.

Segundo a tabela 08, o total de subsídios fiscais doados a empresas em São Bernardo do Campo ultrapassou os 14 milhões de reais no período de 2009 a 2012. Das 23 empresas beneficiadas, a indústria automobilística Toyota do Brasil Ltda recebeu o maior valor da prefeitura em descontos de IPTU e taxas no total de 4.384.453,08 reais. Aliás, as maiores doações foram destinadas a empresas multinacionais.

Tabela 08 – São Bernardo do Campo. Empresas beneficiadas pela Lei de Incentivo Fiscal Seletivo, 2009-2012.

EMPRESA	IPTU (2009 a 2012)	TAXAS (2009 a 2012)	ISSQN (2009 a 2012)	TOTAL EMPRESA
BELGA COMERCIAL DE VIDROS	R\$ 34.100,08	R\$ 10.361,40	R\$ -	R\$ 44.461,48
COOKSON ELECTRONICS BRASIL LTDA	R\$ 115.799,76	R\$ 6.226,22	R\$ -	R\$ 122.025,98
COOP COOPERATIVA DE CONSUMO	R\$ 222.748,13	R\$ 7.058,54	R\$ -	R\$ 229.806,67
CORP COBRANÇA EXTRAJUDICIAL LTDA – EPP.	R\$ -	R\$ -	R\$ 12.363,24	R\$ 12.363,24
D.J INDÚSTRIA E COMÉRIO LTDA.	R\$ 14.722,19	R\$ 14.860,56	R\$ -	R\$ 29.582,75
FIBAM COMPANHIA INDUSTRIAL	R\$ 211.405,23	R\$ 24.719,63	R\$ -	R\$ 236.124,86
INDÚSTRIA METALPLÁSTICA IRBAS LTDA	R\$ 123.185,21	R\$ 32.718,00	R\$ -	R\$ 155.903,21
INOX TECH COMÉRCIO DE AÇÓS INOXIDÁVEIS LTDA	R\$ 103.806,00	R\$ 22.935,84	R\$ -	R\$ 126.741,84
INTERGRAF INDÚSTRIA GRÁFICA LTDA	R\$ 27.945,36	R\$ 6.179,04	R\$ 7.704,65	R\$ 41.829,05
KRUTH DO BRASIL LTDA.	R\$ 3.226,44	R\$ 666,60	R\$ 17.848,24	R\$ 21.741,28
LAVRITA ENGENHARIA CONSULT. EQUIP. IND. LTDA	R\$ 127.606,27	R\$ 15.521,79	R\$ -	R\$ 143.128,06
MACRON INDÚSTRIA GRÁFICA LTDA	R\$ 311.176,97	R\$ 25.523,78	R\$ -	R\$ 336.700,75
MAHLE METAL LEVE S/A	R\$ 130.858,27	R\$ 21.447,96	R\$ -	R\$ 152.306,23
MIX INDÚSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA	R\$ 18.585,40	R\$ 4.917,24	R\$ -	R\$ 23.502,64
SISCOM SISTEMA DE COBRANÇA MODULAR LTDA	R\$ -	R\$ -	R\$ 479.223,96	R\$ 479.223,96
SRC EXTRAJUDICIAL LTDA. – EPP.	R\$ -	R\$ -	R\$ 12.275,61	R\$ 12.275,61
SMC PNEUMÁTICOS DO BRASIL LTDA	R\$ 831.370,40	R\$ 89.611,71	R\$ 127,62	R\$ 921.109,73
TECNOPLÁSTICO BELFANO LTDA	R\$ 506.584,19	R\$ 17.222,59	R\$ -	R\$ 523.806,77
THOMAS GREG & SONS GRÁFICA IND. COM. IMP. EXP. DE EQUIPAMENTOS LTDA	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.071.090,11	R\$ 2.071.090,11
TOLEDO DO BRASIL IND. DE BALANÇAS LTDA	R\$ 561.338,50	R\$ 24.018,23	R\$ 865.376,95	R\$ 1.450.733,68
TOYOTA DO BRASIL LTDA	R\$ 4.258.823,88	R\$ 125.629,20	R\$ -	R\$ 4.384.453,08
VOITH SERVIÇOS INDUSTRIAIS DO BRASIL LTDA	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.471.153,46	R\$ 1.471.153,46
WEG EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS S/A	R\$ 1.006.452,05	R\$ 57.026,71	R\$ 213.853,01	R\$ 1.227.331,77
TOTAL	R\$ 8.609.734,33	R\$ 506.645,03	R\$ 5.151.016,85	R\$ 14.267.396,21

Fonte: Prefeitura de São Bernardo do Campo, 2012.

Notas: IPTU: Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano;

Taxas: Taxa de Conservação de Vias e Logradouros. Taxa de Coleta de Lixo. Taxa de Prevenção e Extinção de incêndios. Taxa de Fiscalização de Funcionamento. Taxa de Fiscalização de Publicidade. ISSQN: Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza

Após a Toyota, a empresa Thomas gráfica Greg & Sons recebeu pouco mais de 2 milhões de reais em benefícios fiscais. Esta empresa está ligada ao mercado de gráfica de segurança e oferece documentos de identificação, cartões homologados pelas bandeiras Visa e MasterCard, dentre inúmeras outras atividades.

A terceira empresa a receber o maior volume de isenção fiscais refere-se ao grupo alemão Voith, que desenvolve atividades em tecnologia de fabricação de papel, acionamentos mecânicos, equipamentos para usinas hidrelétricas e serviços industriais. Já a quarta empresa diz respeito de automação pneumática SMC com 921.109,73 reais em benefícios obtidos junto a prefeitura de São Bernardo do Campo. Do total de empresas, oito são multinacionais, como Cookson Electronics Brasil Ltda, Kruth do Brasil Ltda, Mahle Metal Leve S/A, além das já citadas.

As empresas nacionais referem-se a indústrias gráficas, Intergraf e Macron; a indústria de motores WEG, de autopeças FIBAM e INOX TECH, a automotiva e metal plástica, D.J e IRBAS; LAVRITA Engenharia, Mix alimentos e a Belga do setor de vidros. Outras empresas ligadas a prestação de serviços são: Cooperativa de Consumo COOP, SISCOM e SRC Extrajudicial e CORP do setor de cobrança.

O trecho a seguir reproduz a reportagem sobre os benefícios fiscais dados a uma das empresas contida na tabela 08 acima:

“O prefeito de São Bernardo do Campo assinou, ontem à tarde [17 de março de 2011], termo de concessão de benefício fiscal à empresa Inox-Tech Comércio de Aços Inoxidável. Lei criada em 2006 prevê a redução de impostos municipais em contrapartida a investimentos realizados para ampliação, modernização ou instalação de companhias na cidade, desde que se comprove no valor adicionado (receitas das vendas deduzidas dos custos de insumos). A Inox- Tech investiu R\$ 2,8 milhões no período de 2006 a 2008 para a ampliação e aquisição de máquinas para sua unidade localizada no bairro Independência. Com o aporte realizado, a companhia conseguiu o retorno de R\$ 573 mil da administração municipal, os quais virão por meio de isenção de IPTU (Imposto Predial e Urbano) e taxas municipais durante cinco anos a partir de 2012” (FARIAS, 2011, p.4).

Segundo Rodrigues (2011) a empresa Inox-Tech²⁷, que possui 330 funcionários, será a 23ª corporação a contar com benefícios fiscais no governo do prefeito Luis Marinho. Já o secretário de finanças do município, José Alano, afirmou que todos devem sair ganhando nessa ação, isto é, a empresa pelo aumento de seu faturamento e o município que poderá arrecadar mais ICMS²⁸.

Neste processo as empresas multinacionais continuam sendo desoneradas de impostos por parte do Estado. Como o exemplo da empresa Toyota, com mais de 4 milhões de reais em isenções sobre o Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbano (IPTU). Ou empresas de autopeças como a SMC Pneumáticos com quase 1 milhão de reais e indústrias gráficas como a Thomas Greg também participam do jogo político-fiscal presente na legislação municipal.

Já a autorização da Lei citada acima foi realizada pelo governo do prefeito William Dib (PSDB) em 2006, e inclui, dentre outros, os seguintes benefícios:

Art. 1º Fica o Município de São Bernardo do Campo autorizado a conceder os incentivos disciplinados por esta lei às empresas industriais, comerciais e de prestação de serviços já instaladas ou que venham a se instalar em seu território e que efetuem investimentos com a implantação, a expansão ou modernização tecnológica, compreendendo:

I - aquisição de terreno;

II - elaboração de projetos;

III - execução de obras;

IV - instalações incorporáveis ou inerentes ao imóvel;

V - aquisição de equipamentos, inclusive para a preservação ou recuperação do meio ambiente;

VI - execução de obras de infraestrutura urbana ou logradouros públicos;

VII - aquisição de veículos, desde que emplacados no Município de São Bernardo do Campo e registrados em nome da empresa.

Parágrafo Único - Considera-se empresa, para efeito desta lei, a

²⁷ O acesso as informações sobre essas empresas que participaram da Lei nº 5570 sobre benefícios fiscais seletivos para empresas industriais, comerciais e de prestação de serviços nem sempre constitui tarefa simples, como pode ser constatado no histórico de solicitações presentes no anexo A dessa dissertação.

²⁸ ICMS - Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação.

pessoa jurídica devidamente constituída e inscrita nos órgãos públicos, nos termos da legislação vigente (SÃO BERNARDO DO CAMPO, 2009).

Segundo Lima (2006) essa política de incentivos fiscais surgiu, grosso modo, a partir da abertura comercial nos anos 1990. Os paradoxos, principalmente no mercado da indústria automobilística brasileiro estariam relacionados a importação de veículos que afetou, sobretudo, a indústria de autopeças com fechamento de diversas fábricas.

O Novo Regime Automotriz (NRA) foi a política adotada a partir de 1995 durante o governo Fernando Henrique Cardoso. Na época o NRA foi criado com a medida provisória (MP) 1.024/95, um marco na política industrial no Brasil.

O objetivo consistia na atração de investimentos em relação as montadoras já instaladas no país, para então aumentar seu poder diante da concorrência com a Argentina, uma vez que esse último país já havia adotado um regime com o mesmo escopo anos antes (Idem, 2006).

O uso corporativo do território

O impacto desse sistema normativo no território brasileiro foi considerável. As reduções de importações de peças ou matérias-primas; o índice de nacionalização de veículos a partir de 60 por cento, entre outros benefícios para empresas instaladas ou não no Brasil fragmentou ainda mais o mercado do setor automobilístico.

Segundo Lima (2006), a partir do NRA as tarifas de importação para o setor automobilístico chegaram aos 70%. Com isso o mercado foi protegido para aquelas montadoras que desejassem se instalar no país. Isso levou a uma grande onda de investimentos para as empresas já instaladas ou com interesse a entrar no país. Além do Estado de São Paulo, muitas outras regiões do Brasil receberam investimentos ou empresas.

O Estado do Paraná foi o primeiro a ser beneficiado com o NRA. A

primeira empresa a ser implantada foi a Renault, seguida da Chrysler, da Audi/Volkswagen e uma fábrica de motores; a Tritec (Joint Venture entre a Chrysler e a BMW) (LIMA, Idem).

Segundo o autor, os investimentos foram realizados sob um custo elevado, visto que o NRA promoveu uma renúncia fiscal nunca vista antes na história da indústria brasileira, particularmente na automobilística. Entre elas, as inúmeras garantias as empresas já instaladas no território, bem como a exclusividade virtual/potencial para a importação de veículos.

O NRA permitiu o acirramento da chamada guerra fiscal. Essa guerra entre Estados pela via fiscal não é um atributo somente da economia, conforme Santos (2008), mas também da geografia.

Trata-se da ideia segundo a qual as regiões, subespaços nacionais, não possuem as mesmas qualidades para viabilizar a produção. Os espaços onde a produção se realiza de fato, ou melhor, um meio artificialmente criado para oferecer maior ou menor rentabilidade aos investimentos das empresas.

Isso irá depender das condições locais artificialmente criadas. Em primeiro momento, as condições técnicas relacionadas às infraestruturas, o acesso, os objetos da configuração territorial constituem a base física da produção. Ao mesmo tempo o aspecto normativo completa os tipos de uso do território a partir das leis em nível local, dos tipos de impostos, das relações de trabalho, entre outros fatores (SANTOS, 2008).

Isso explica as vantagens oferecidas às empresas diante da competitividade atual. O grande problema desse tipo de política de atração de investimentos que, sem dúvida, ultrapassa a esfera produtiva, colabora segundo Santos (2003) na destruição das antigas solidariedades horizontais. Em seu lugar cria-se um espaço regulado por uma solidariedade vertical, sob o domínio das empresas hegemônicas a partir de interesses globais.

O território, agora, nessa nova divisão internacional do trabalho tem seu poder de decisão restrito. Ele deve favorecer os objetivos particulares das empresas ou deve sofrer as consequências quando essas firmas se retiram para outras localidades.

Essas novas relações entre empresas e o território em que se instalam, são conflitantes. Através das verticalidades, das áreas apropriadas

em um território, especialmente em um país pobre, as empresas constituem um ponto fundamental a sua atividade produtiva. No entanto a solidariedade engendrada por essa relação é do tipo organizacional, isto é, os fatores externos seriam predominantes e o poder de regulação do espaço pelas empresas torna-se evidente (SANTOS, 2003; 2008).

Entretanto ainda segundo Santos (idem), esses mesmos pontos não eliminariam aquela solidariedade orgânica fundada na coexistência de um espaço contíguo, em que convivem todas as empresas, as instituições e as pessoas. Ou seja, lugares formados pela existência comum dos agentes sobre um território também comum.

A Vila Sabesp, localizada no complexo do bairro Montanhão em São Bernardo do Campo (vide mapa 01, p.11), ilustra essa realidade. Neste mesmo entorno há a empresa Volkswagen. O resultado do conflito entre verticalidades e horizontalidades são as desigualdades socioespaciais representada pela ocupação chamada irregular. Por um outro lado, não se pode desconsiderar os longos anos de sobrevivência desta população por meio de quais trabalhos ou atividades.

Pode-se analisar como as relações hierárquicas sob o comando das grandes empresas produziu uma modernização seletiva. Por outro lado, a paisagem demonstra outra lógica permanente que deve ser investigada, na maioria das vezes não descrita nas estatísticas oficiais, conforme a foto 03 a seguir do Bairro Montanhão em São Bernardo do Campo:

A foto 03 foi tirada em uma localidade próxima a empresa Volkswagen e representa uma dentre muitas ocupações em áreas irregulares no complexo do Bairro Montanhão. Assim, no plano histórico, Cataia (2003) procurou evidenciar aquilo que Santos (2008) chamou de corporatização do território, no qual aparece o conflito pelo uso do território através dos recursos públicos. A análise recai sobre a adequação dos sistemas de engenharia, como infraestruturas, para atender as necessidades geográficas das grandes empresas. Isso acaba por afetar toda a sociedade, uma vez que as soluções aos problemas sociais não participam do orçamento de maneira prioritária.

Foto 03 - São Bernardo do Campo. Bairro Montanhão, Vila Sabesp – Km 26,5 da Rodovia Anchieta.

Fonte: Foto do autor, março 2011.

As consequências desse processo estão relacionadas ao aumento da pobreza e da proliferação de favelas, conforme revela a tabela 09 sobre o crescimento da população residente em favelas em São Bernardo do Campo:

Tabela 09 - São Bernardo do Campo. Evolução da população residente em favelas, 1991-2010.

Ano/ população	1991	2000	2010
População residente	566.330	703.177	746.718
População residente em favelas	80.139	142.133	152.780
População residente em favelas - %	14,2	20,21	20,46

Fonte: IBGE. Censos demográficos, 1991, 2000, 2010 (preliminar).

Segundo dados do IBGE, São Bernardo do Campo conta atualmente com 239,337 mil domicílios particulares. Desse total, 43,072 mil são habitações subnormais, isto é, aproximadamente 18% são favelas. Caso a análise se valha somente da atração da população, o dado internacional ligado às empresas ficaria prejudicado. É importante realizar a combinação entre dados, pois tanto a divisão internacional como interna do trabalho contribui para modificar o território.

As cidades em que se localizam as grandes firmas multinacionais alteraram profundamente seu passado, isto é, suas funções e formas características, para dar lugar a uma especialização que não é capaz de absorver a grande demanda da população. Por isso a interpretação apenas a partir de dados econômicos ou de especialização produtiva, a exemplo de Pochmann (2002) sobre a especialização produtiva como requisito básico, o princípio motivador da competitividade no contexto do livre comércio internacional, não atinge todo o problema das desigualdades. É preciso captar a dimensão territorial os tipos de usos do território e sua constituição com lugares empobrecidos.

A lógica das empresas, a exemplo da Volkswagen, ilustra como essa grande firma utiliza dos benefícios das modernizações de pontos específicos do território. Ao conjugar dados internacionais e nacionais da produção mundial é possível delimitar a divisão territorial do trabalho própria ao interesse da empresa no território brasileiro.

Não obstante, segundo Arbix (2000), o pretexto à modernidade continua contribuindo para políticas centralizadoras e autoritárias do Estado. Acrescente-se em relação ao futuro dos territórios. As informações, da mesma forma, são ocultadas e a transparência nas negociações é mínima.

Esses tipos de relações entre os governantes e as empresas criam desordens no território, mesmo com aumento da arrecadação. É interessante notar o ponto de conluio entre o poder público e o setor privado como que o discurso da competitividade afeta até aqueles que se propõem a esclarecer o tema.

Conceição (2008) procurou investigar quais os elementos sociais e

econômicos explicariam as ações dos agentes sociais diante da reestruturação produtiva do parque industrial da região do ABC na década de 1990.

Para tanto, esse autor reconstruiu a história da industrialização e das relações de trabalho nessa região. Todavia, um dos fatores responsáveis por prejudicarem a competitividade das empresas e afastá-las da região seria o adensamento urbano e a falta de áreas livres disponíveis para a expansão física de suas instalações.

Mesmo com o discurso pretensamente “neutro” ao tratar dos pontos de vistas do setor empresarial, sindical e do poder público, Conceição (idem) não enxerga as políticas das empresas em suas articulações com a política dos Estados. Sendo assim, a chantagem com o poder público para receber mais benefícios fiscais ou terrenos para ampliação de plantas industriais reforça o privilégio de uso do território pelas empresas. O problema, entretanto, não recai somente sobre o fato das empresas receberem benefícios de qualquer natureza, mas da contradição de não existir semelhante política para a maioria da população.

Apesar de ser economista e tratar em seu estudo de uma área repleta de empresas multinacionais, Conceição (idem) não chega a citar Hymer, para corrigir seus equívocos sobre sua análise sobre a industrialização, principalmente quando o economista americano observa que:

“As empresas podem trazer capital e tecnologia, mas mantêm o controle sobre a produção do capital e tecnologia. Assim, mantêm a relação de dependência e a reproduz, muita vezes, de período a período, e ao terminar um projeto, um país pode-se encontrar tão atrasado como estava no princípio” (HYMER, 1983, p.81).

Pode-se dizer que as empresas assumem o comando ou exercem uma pressão considerável sobre o uso do território. Isso ocorre por meio de dois processos. O primeiro refere-se às ações normativas, tanto do Estado como das empresas. O poder público acaba por ceder às pressões externas e as grandes empresas procuram impor regras a partir de seus próprios escopos de natureza individualista. O segundo procura modificar o território ocorre por meio dos requerimentos técnicos incorporados na configuração territorial. Isso se refere a todo aparelhamento técnico para garantir uma maior fluidez, a partir as infraestruturas de melhoria de acesso as fábricas, extensões e melhorias

dos portos, de vias, dentre outros, referido no capítulo 4. Esses sistemas de engenharia demandam recursos muito altos e, da mesma forma, alteram o chamado equilíbrio fiscal e colabora na depreciação do Estado na esfera social.

Por isso o discurso regional do ABC poderia ser interpretado de outra forma. Poderia contrapor a adequação da região a uma competitividade sem limites, uma vez que, a coerência funcional da região é dada pela dinâmica das empresas e, majoritariamente, em seu favor.

Nesse movimento de subordinação dos partidos políticos, dos sindicatos ou do poder público aos ditames das empresas a única alternativa ao futuro do emprego seria a política dos benefícios diretos as firmas, principalmente, as grandes. Somam-se a isso, as formas intencionalmente pontuais e conflituosas das relações das grandes multinacionais com o território a partir da competição entre os estados da federação.

O exemplo da Volkswagen em Resende, no Rio de Janeiro, ilustra tais ações da guerra dos lugares. De acordo com Arbix (2010), o município de Resende atuou acirradamente para que a Volkswagen instalasse sua única fábrica de caminhões no Brasil. Esse município “venceu” a disputa pela empresa com outros estados, mas os seus resultados não foram satisfatórios. Esse autor revelou que durante as negociações realizadas no governo Marcello Alencar (PSDB), estimava-se que a fábrica da Volkswagen acrescentaria cerca de 2 bilhões de reais ao ano no Produto Interno Bruto do Estado, além criar aproximadamente 20 mil empregos indiretos. Em contra partida, a renúncia fiscal do governo em meados da década de 1990 fora estimada em 370 milhões de reais. De acordo com o prefeito Sérgio Bernardelli, em setembro de 1998, os políticos exageraram para promover a vinda da Volkswagen e falavam na criação de até 30 mil empregos. Mas no ano de inauguração fábrica, em 1996, a empresa previa a criação de 1.500 empregos diretos. Em 1998, segundo Arbix (idem, p.14) dos 1542 trabalhadores empregados na fábrica da Volkswagen de Resende, cerca de 400 eram desta empresa.

Outros problemas foram provocados pelas expectativas de empregos que não se realizaram. Ainda no relato do prefeito Bernardelli apud Arbix (idem), embora se possa fazer um balanço positivo da instalação da Volkswagen – uma vez que apareceram os primeiros sinais de modernização –

houve, igualmente, um aumento dos gastos públicos com problemas até então inexistentes, por exemplo as “invasões” de terrenos por pessoas que migraram para Resende para conseguir um emprego.

Em 2008, a Volkswagen vendeu sua fábrica de caminhões em Resende para o grupo alemão MAN, especializado em veículos pesados. A Volkswagen contava na data da venda com aproximadamente 5.000 mil empregados (VOLKS, 2012).

Essas ações foram descritas para realçar que as normas jurídicas constituem apenas um dos aspectos da normatização do território. Como discurso, as proposições normativas são, frequentemente, ligadas a um processo modernizante ao território (notadamente para as empresas reduzirem seus custos e aumentar seus lucros) e de criação de emprego. Entretanto, as modificações territoriais (iniciadas com normas rígidas) são evidentes nas cidades em que grandes empresas se instalam.

Por isso o denominado Consórcio Modular²⁹, relativo à produção interna daquela empresa alemã, baseado na montagem de veículos a partir de fornecedores diretamente no interior da montadora, configura-se, ao mesmo tempo, em uma nova etapa do processo de especialização da produção no território (VOLKSWAGEN, 2012).

Como a produção é, agora, distribuída entre fornecedores, esta especialização significa, na verdade, dominação de mercado. Com essa “vantagem”, a empresa pode se dedicar, intensamente, aos outros momentos da produção, como: marketing, desenvolvimento de novos produtos e a sua comercialização.

A integração vertical da Volkswagen se encontra em pleno desenvolvimento com amplas áreas especializadas no território brasileiro. Depois de São Bernardo do Campo, Taubaté (SP), São Carlos (SP), a cidade de São José dos Pinhais (PR) foi escolhida para a instalação de modernas fábricas automobilísticas.

De acordo com a Lei municipal 01/97 essa última cidade paranaense doou um terreno de 2 milhões de metros quadrados a Volkswagen, um área

²⁹ O Consórcio Modular é uma forma de transferência de diversas atividades, que, antes, faziam parte das atribuições da empresa, entre esta e seus fornecedores. É uma parceria em que empresa e fornecedores compartilham os riscos.

livre de quaisquer ônus para suas instalações operacionais. Além de isenção fiscal e de impostos municipais por um período de dez anos (SÃO JOSE DOS PINHAIS, 2011).

Tal especialização dos lugares e do trabalho geograficamente distante não significa, segundo Hymer (1983), descentralização, mas sim complemento a centralização, ou seja, maior capacidade de planejamento.

Esse aprofundamento da divisão territorial e internacional do trabalho, sobretudo pelas empresas, possui características novas em relação ao passado. De acordo com Santos (2008), ela impõe um aperfeiçoamento permanente do processo de reunificação da cooperação e controle para garantir sua eficácia.

Com o novo modo de produção de transferência de atividades para outras empresas, a política e as novas técnicas, o Consórcio Modular pode abrir possibilidades para uma maior concentração de empresas, graças ao aumento de sua flexibilidade corporativa, no dizer de Scott e Stoper (1986).

Essas considerações permitem revelar as ligações entre a instalação da única fábrica de caminhões da Volkswagen no mundo com novas modalidades produtivas no Brasil. Não se trata de mera coincidência, mas sim de possibilidades artificialmente criadas a partir de um dado meio técnico-científico-informacional existente aqui no país.

Com a capacidade de uso do território potencializada pela técnica e pela política através das modernizações, a corporatização do território se torna mais aguda (SANTOS, 2008).

A divisão do trabalho significa especialização, segundo Broek (1972, p.101), mas também interdependência. Porém a interação de áreas devido a especialização territorial não mais necessita ser organizada em uma rígida hierarquia territorial dos centros comerciais, como escreveu Broek (idem). Não se trata mais de uma hierarquia rígida entre cidades. Os níveis hierárquicos entre cidades simplesmente não explicam nem uma nem outra, nem mesmo se autoexplicam.

Nesse sentido, o território passa a ser o elo unificador que leva a integração dos lugares e suas dinâmicas podem apresentar caráter unilateral através das verticalidades. Enquanto resta descobrir a dinâmica das

horizontalidades se desintegram ou se refazem diante da mudança de sentido dessa mesma divisão do trabalho, intermediada pelo uso da técnica, pelas normas e subvertendo, dessa forma, o futuro.

**CAPÍTULO 6: A DIVISÃO INTERNACIONAL E TERRITORIAL
EM SÃO BERNARDO DO CAMPO**

A divisão internacional do trabalho como processo territorial objetivo

A divisão internacional do trabalho foi utilizada como ferramenta teórica e objetiva nesta dissertação. O principal motivo é que o tema não interessa somente aos dirigentes, políticos ou pesquisadores. Diversas camadas da população, de empresas, instituições se questionam sobre sua finalidade e natureza. Essas indagações refletem o progresso técnico atingido na situação internacional, do desenvolvimento econômico, social das nações que compartilham entre si as atividades produtivas à escala mundial (CHAPOROV; MOTORINE, 1975, p.13).

Para Chaporov e Motorine (idem), a maior parte dos estudiosos concorda em afirmar que a divisão internacional do trabalho é o resultado lógico do desenvolvimento da divisão social do trabalho e das permutas das trocas econômicas externas.

Foi visto no capítulo 2 (p.47) nos escritos de Marx (2010) do século XIX que era necessário a produção social, por meio da divisão social do trabalho, atingir certo um grau de desenvolvimento suficientemente elevado para que surgisse a divisão internacional do trabalho. O fundamento deste processo teria como base a diferença natural entre indivíduos, grupos e comunidades com distintos meios de produção e formas de subsistência para estabelecerem a troca de produtos em escala cada vez mais ampla pelo globo.

A especialização em determinado produto de nações isoladas constitui uma condição básica para a repartição do trabalho à escala internacional, das trocas de matérias-primas e produtos do trabalho, ou seja, a importação (CHAPOROV; MOTORINE, idem, p.14).

Entretanto, com a globalização as razões que obrigam um país, uma região a se especializarem não está ligada, principalmente, as diferenças naturais entre os países próximos ou distantes, pela sua situação geográfica, o clima, as condições físicas. A localização geográfica pode ser, nesse sentido, um ponto de partida inicial, a exemplo da localização de São Bernardo do Campo entre a capital paulista e o porto de Santos. Mas no atual período

técnico-científico-informacional o conjunto de condições humanas, sociais, econômicas e territoriais converge para o fator principal da divisão do trabalho entre países.

O problema nesta dissertação não se deve ao questionamento da eficácia da produção nacional advinda da divisão internacional do trabalho. Entretanto, questiona, com base em Santos (2008), não apenas a especialização dos países, das regiões e das cidades, a internacionalização da produção, mas o conjunto de benefícios que se desenvolvem entre os homens, os privilégios de usos do território que levam, inevitavelmente, a relações desiguais constituindo cidades empobrecidas.

Da metáfora da cidade do automóvel a catedrais no deserto: a persistência das desigualdades socioespaciais

Em um mundo marcado pelo acelerado progresso técnico, do desenvolvimento das técnicas e tecnologias, de introdução de novos processos de fabricação muito mais rápidos, de aplicação de descobertas científicas e de toda sorte de invenções suscetíveis ao aumento do trabalho e do rendimento dos trabalhadores, as grandes empresas continuam a operar uma verdadeira chantagem para continuarem em determinado local, enquanto inauguram outras plantas em diferentes países com lucros anuais exorbitantes³⁰.

Isso implica na valorização de certas áreas em relação a outras e na seletividade ou subutilização da mão de obra. Para uma empresa global com diversas filiais pelo mundo, uma duas gerações ao longo da história não possui o mesmo peso em relação a cidades pequenas que as recebem. Veja-se o exemplo da Volkswagen em São Bernardo do Campo. Dois anos após sua

³⁰ Segundo Rolli (2012) em reportagem sobre A Volkswagen de 2006, A “A Volkswagen deu um ultimato aos trabalhadores de São Bernardo do Campo e informou que, se não houver acordo até sexta-feira sobre o plano de reestruturação no país, a empresa poderá fechar a unidade do ABC paulista e demitir a metade de seus funcionários em um prazo de dois anos” Quatro meses depois (em setembro de 2006) a montadora alemã realizou um acordo para demitir 3,5 mil funcionários com investimentos e a produção de novos modelos de carros em São Bernardo do Campo. Em 2011 a Volkswagen inaugurou a sua primeira fábrica nos Estados Unidos com investimentos de 1 bilhão de dólares (VINHOLES, 2012).

fundação em 1959, a empresa contava com 5 mil trabalhadores. Até o final da década de 1970 chegou a empregar diretamente 44 mil (CONCEIÇÃO, idem, p. 46), e hoje conta com 13,5 mil com perspectiva de redução.

O resultado pode ser aquele desencanto mencionado por Lipietz (1988, p.103), quando relata os rearranjos regionais provocados pela instalação de estabelecimentos industriais periféricos no Mezzogiorno italiano, culminando nas “catedrais no deserto”. Isso porque o autor partiu do pressuposto de que as regiões industrializadas periféricas, cujas características são, grosso modo, vinculadas a reserva de mão de obra desqualificada, acabam por apresentar uma particularidade, ou seja, de que *“a criação de emprego acompanha-se de um crescimento do desemprego”* (Idem, 1988, p.103, grifo do autor).

Para ilustrar a análise de Lipietz (idem) serão comparadas duas tabelas sobre a população ocupada por setor de atividades a partir da década de 1950 até 2010.

A tabela 09 apresenta as pessoas acima de 10 anos por setor de atividade.

Tabela 10 – São Bernardo do Campo. Pessoas de 10 anos ou mais por setor de atividades (%). 1950-1970

	1950	1960	1970
Setor Primário	12,25	5,5	2,02
Setor Secundário	62,40	59,20	58,0
Setor Terciário	25,35	35,30	39,98

Fonte: Cardoso (1981, p.50)

De acordo com a tabela 09 a concentração industrial é representativa em São Bernardo do Campo. É importante lembrar que mesmo antes da implantação da indústria automobilística, a indústria mecânica era desenvolvida na cidade. Os imigrantes e a proximidade de São Paulo deram vantagens comparativas irrecusáveis à região. A partir da década de 1950 tem-se um crescimento extraordinário do setor secundário, sobretudo da indústria automobilística, com mais de 62% do total de atividades. Mas com isso, o setor primário representado pela agricultura perde mão de obra, para a indústria e

para o comércio, pois é drasticamente reduzida a 2,02%. O aumento do setor terciário, como bancos, escolas, serviços sociais, escritórios na fábrica e outros cresceram com a ajuda da indústria.

Porém, em pouco mais de duas décadas essa ilha industrial que se formou em São Bernardo do Campo começaria a se desintegrar. A tabela 10 apresenta os dados sobre a população ocupada e o emprego formal a partir de 1991 a 2010.

Tabela 11 – São Bernardo do Campo. Emprego formal e Pessoas de 10 anos ou mais ocupadas por setor de atividade (%). 2010.

Emprego total e participação dos setores (%)	1991	2000	2010
Empregos Formais	198.642	188.908	282.678
Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	0,05	0,03	-
Construção	1,89	3,18	3,8
Indústria	62,32	46,71	35,5
Comércio Atacadista e Varejista e do Comércio e Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas	7,56	11,67	14,7
Serviços	22,92	38,42	46,1

Fonte: Fundação SEADE – Informações dos Municípios paulistas, 2012.
Dados elaborados pelo autor.

Os primeiros dados que chamam atenção na tabela 11 consistem na redução do setor industrial e no crescimento do setor de serviços. A indústria que era de aproximadamente 62% na década de 1960 corresponde, em 2010, a pouco mais de 35%. Já o setor referente a agricultura é, praticamente, inexistente. O comércio ainda sobrevive da reparação de um tempo áureo da indústria automobilística e representa quase 15% dos empregos formais. O maior crescimento ocorreu ao longo das décadas no setor de prestação de serviços.

Entretanto, quais as atividades que tiveram mais ganhos e perdas de acordo com os setores de atividades? As tabelas 12,13 e 14, apresentadas a seguir, sintetizam as cinco principais ocupações no comércio, na indústria e no setor de serviços em relação ao salário médio, admissões e desligamentos e maiores e menores saldos no período de janeiro de 2007 a janeiro de 2012 no município de São Bernardo do Campo:

Tabela 12 – São Bernardo do Campo. Principais ocupações, média salarial, saldos positivos e negativos no setor de serviços. 2007-2012.

Setor	Maiores saldos	Salário médio mensal	Admissão	Desligamento	Saldo
Serviços	Auxiliar de Escritório, em Geral	470,89	18.369	15.829	2.540
	Operador de Telemarketing Ativo e Receptivo	422,40	34.485	32.265	2.220
	Faxineiro	575,60	11.760	10.173	1.587
	Motorista de Caminhão (Rotas Regionais e Internacionais)	915,00	11.820	10.457	1.363
	Despachante de Transportes Coletivos (Exceto Trem)	479,17	8.991	7.880	1.111
	Menores saldos				
	Instalador-Reparador de Linhas e Aparelhos de Telecomunicações	856,69	74	510	-436
	Supervisor de Telemarketing e Atendimento	1.261,56	377	758	-381
	Montador de Maquinas	617,90	648	949	-301
	Supervisor Administrativo	1.614,87	1.095	1.366	-271
	Motorista de Ônibus Urbano	1.239,81	437	697	-260

Fonte: MET/CAGED - http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/index.php

O crescimento vertiginoso do setor de serviços pode ser exemplificado com as principais ocupações (de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações do Ministério do Trabalho e Emprego) ao longo do período de 2007 a 2012. Os dados da tabela 12 expõe 5 ocupações que tiveram os maiores saldos no período de cinco anos, ou seja, com a subtração do número de admissões pelo número de desligamentos houve um acréscimo de 2.540 empregados auxiliares de escritório e gerais. Além de um número grande de operadores de telemarketing (2.220), faxineiros (1587), motoristas de caminhões para circulares em nível regional e até internacional e, por último, despachante de transportes coletivos. É preciso notar os baixos salários mensais recebidos por estas profissões, não chegam perto de dois salário mínimos (1.020 reais em 2010).

Em relação aos menores saldos do setor de serviços, todas as ocupações com desligadas nesse período, exceto a de motorista de caminhão

regional, recebiam salários acima da média das ocupações com maiores saldos.

Em se tratando do setor industrial, a tabela 13 possui alguns dados, da mesma forma que a tabela 12, direcionado para a dinâmica de contratações da indústria no período de 2007 a 2012.

Tabela 13 – São Bernardo do Campo. Principais ocupações, média salarial, saldos positivos e negativos no setor da indústria. 2007-2012.

Setor	Maiores saldos	Salário médio mensal	Admissão	Desligamento	Saldo
Indústria	Alimentador de Linha de Produção	706,22	17.647	12.109	5.538
	Montador de Veículos (Linha de Montagem)	1.141,07	3.108	1.392	1.716
	Montador de Maquinas, Motores e Acessórios (Montagem em Serie)	1.304,72	2.532	1.569	963
	Ajustador Mecânico	737,45	1.412	668	744
	Auxiliar de Escritório, em Geral	867,84	3.506	2.799	707
	Menores saldos				
	Operador de Máquinas Fixas, em Geral	660,62	2.099	2.555	-456
	Operador de Centro de Usinagem com Comando Numérico	1.210,42	259	608	-349
	Operador de Maquina de Fabricação de Produtos de Higiene e Limpeza (Sabão, Sabonete, Detergente, Absorvente, Fraldas Cotonetes e Outros)	630,78	403	680	-277
	Inspetor de Qualidade	1.241,03	1.040	1.313	-273
	Supervisor Administrativo	3.220,96	381	567	-186

Fonte: MTE/CAGED - http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/index.php.

Na tabela 13 se observa uma média salarial um pouco maior do que no setor de serviços. O profissional montador de veículos possui rendimentos médios de 1.141,07 reais. E o montador de máquinas, motores e acessórios é que possui a maior remuneração dentre as ocupações da tabela: 1.304,72 reais. No setor industrial, da mesma forma, foram desligados profissionais com salários médios considerados altos em relação aos contratados. 186 supervisores administrativos foram desligados com salários de mais de 3 mil reais. Profissionais que trabalham diretamente com máquinas, como operador de máquinas fixas, operador de máquina de fabricação de produtos de higiene e limpeza foram desligados com os maiores saldos, totalizando 805 desligamentos.

Em última análise, a tabela 14 com o setor de comércio, no mesmo período das tabelas anteriores, é exposta a seguir.

O setor comercial em São Bernardo do Campo foi o que mais contratou (no exemplo das cinco ocupações com maiores e menores saldos) em um total de 4.224 empregados. E, da mesma forma, foi o setor que menos demitiu, com um saldo negativo de menos 541 profissionais. A categoria de vendedores é a primeira da lista em admissões, com quase 1250, seguida pelos operadores de caixa, auxiliares de escritório, repositores e ajudante de motorista.

Tabela 14 – São Bernardo do Campo. Principais ocupações, média salarial, saldos positivos e negativos no setor do comércio. 2007-2012.

Setor	Maiores saldos	Salário médio mensal	Admissão	Desligamento	Saldo
Comércio	Vendedor de Comercio Varejista	601,40	18.682	17.537	1.145
	Operador de Caixa	532,14	7.957	6.994	963
	Auxiliar de Escritório, em Geral	610,11	5.649	4.832	817
	Repositor de Mercadorias	576,31	5.211	4.535	676
	Ajudante de Motorista	624,29	2.120	1.497	623
	Menores saldos				
	Gerente de Loja e Supermercado	1.073,74	336	542	-206
	Motorista de Caminhão (Rotas Regionais e Internacionais)	797,38	1.366	1.458	-92
	Conferente de Carga e Descarga	769,93	214	298	-84
	Supervisor Administrativo	1.386,35	297	380	-83
	Instalador de Isolantes Acústicos	1.112,44	236	312	-76

Fonte: MTE/CAGED - http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/index.php

Esta categoria que trabalha no comércio também possui rendimento médio baixo, pois nenhuma atinge dois salários mínimos. As ocupações comerciais que mais demitiram estão concentradas nos gerentes de loja e supervisores administrativos e instaladores de isolantes acústicos. As três ocupações com maiores salários pagos. Houve demissões de motorista de caminhão no comércio, mas contratações dessa mesma ocupação no setor de serviços.

De modo geral, as ocupações desligados nos três setores da economia deram lugar a contratações com salário menores. Ocupações ligadas diretamente a operação de máquinas tiveram desligamentos. As razões podem ser devido a tecnificação do trabalho industrial, processo de necessita ser investigado.

Nesse caso a afirmação de Lipietz (idem) de que pode existir criação de empregos com desemprego, não está incorreta. Entretanto, devem ser realizadas algumas modificações para o estudo do desemprego em regiões metropolitanas como São Paulo, na opinião de Lencioni (2006).

Esta geógrafa realizou uma radiografia do emprego na indústria de transformações para as regiões metropolitanas brasileiras no período de 1989-2002. Nesse setor industrial em particular, essa autora apontou uma diminuição no número de trabalhadores, de cerca de um milhão para o conjunto das nove Regiões Metropolitanas brasileiras. As causas são atribuídas, em parte, ao processo de reestruturação produtiva ocorrido a partir da década de 1990 no país. A análise da Região Metropolitana de São Paulo possui um diferencial por concentrar a metrópole paulista e ser responsável, junto com as regiões administrativas de Campinas, Sorocaba, São José dos Campos e Baixada Santista, por elevados índices econômicos (com base no ano 2000). Entre esses indicadores estão: 32,4% do PIB nacional e 83,9% do PIB gerado no Estado de São Paulo. A riqueza dessas cinco regiões paulistas aglomeradas são próximas à da soma do PIB das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sul do País (LENCIONI, 2006, p.113).

Embora nas outras Regiões Metropolitanas o emprego no setor da indústria de transformação diminuiu, segundo Lencioni (idem, p. 114), na região metropolitana de São Paulo houve crescimento de 9,3% no número de trabalhadores devido à expansão em alguns municípios como: Guarulhos (18,1%), Santo André (23,9%), Santana do Parnaíba (119,7%), Diadema (4,4%) e Osasco (47,7%).

A conclusão da autora refere-se a característica particular que diferencia o Estado de São Paulo dos demais Estados do país. Em São Paulo estão concentradas as condições gerais necessárias à reprodução do capital, as quais não ocorreriam apenas na Região Metropolitana, mas a ultrapassaria

por centenas de quilômetros. E esses atributos seriam os responsáveis pelo espraiamento industrial para além da Região Metropolitana. Lencioni (idem) na verdade, quer dizer as condições do meio-técnico-científico-informacional, mas a autora não explora esse conceito fundamental para permitir as que a metrópole paulista, por exemplo, torne-se um centro de serviços internacional.

Pro outro lado, se os indicadores de nível de emprego constituem um meio para reduzir a pobreza, contudo, ele não é a única variável para vislumbrar as desigualdades socioespaciais.

Mesmo na década de 1970 com a concentração do pessoal ocupado no setor de indústria da transformação em São Bernardo do Campo se aproximando do 50% (49,9), mais de 70% da população ultrapassava este nível de ganho pessoal (CARDOSO, 1981, p.43-48).

No período atual, a renda do trabalhador continua concentrada e o mapa 08 apresenta o valor da renda média da população ativa.

O mapa 08 apresenta a distribuição dos rendimentos da população com rendimento e aquelas sem rendimento ou que recebem benefícios do poder público. A distribuição da renda está dividida em cinco classes entre zero a dez mil e duzentos reais, ou seja, sem rendimentos até 20 salários mínimos.

As cores existentes no mapa indicam a variação da renda, sendo que quanto mais escuro a tonalidade maior é a renda em uma determinada área. Note-se, por exemplo, que os valores de 2.550 a 10.200 reais distribuem-se ao Norte em alguns pontos no bairro Taboão, Rudge Ramos. Verifica-se ainda uma concentração dessa classe de renda elevada no Centro, no bairro Nova Petrópolis e alguns pontos no Baeta Neves, a Leste do mapa. A Oeste há manchas e pontos nos bairros Planalto e Alves Dias. Na direção Sul do mapa encontra-se o Bairro Botujuru como a mais alta densidade de rendimentos por bairro.

A segunda classe de rendimentos de 3 a 5 salários mínimos se concentra, igualmente, na área urbana da região norte. Os demais bairros em todas as regiões possuem rendimentos de até 3 salários mínimos, totalizando mais de 70% da população, conforme a tabela 05 sobre classes de rendimentos apresentada na página 74.

Mapa 08 – São Bernardo do Campo. Valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas de 10 ou mais de idade (com e sem rendimento), 2010.

Fonte: IBGE – Dados básicos do Universo, 2010.

Elaboração cartográfica: Leandro Henrique da Silva. Software: Philcarto

Portanto, tanto o desemprego como o mapa da renda, nesse contexto, pode ser entendido como o rompimento daquela solidariedade orgânica, das horizontalidades presentes nos lugares, tendo em vista a constituição desse novo meio geográfico técnico-científico-informacional marcado por todas aquelas ações técnicas e normativas necessária ao processo de produção em sentido amplo.

Isso leva a refletir os limites da divisão do trabalho expressa por uma divisão territorial desigual. A maioria da população desenvolve a muito tempo outras atividades que não constam nas estatísticas oficiais para sobreviverem. A determinação do grau de especialização geográfica dos lugares, portanto, envolve mais que uma geografia do trabalho, mas sim requer uma visão de totalidade para se compreender o futuro.

Os limites da divisão do trabalho: especialização geográfica ou o mundo da variedade?

A preocupação de Sorre (1962) sobre a correta maneira de determinação do grau de especialização de um centro urbano revelou sua preocupação com as relações com a totalidade. A automação industrial e o problema do emprego seguiam sendo o fundo de suas especulações, como visto no capítulo 1 (p. 20).

Nesse sentido, é necessário explorar as relações de São Bernardo do Campo com as trocas internacionais e continuar a descobrir as desigualdades em suas paisagens decorrentes dessas relações locais com as globais.

São Bernardo do Campo possui um Produto Interno Bruto expressivo no conjunto de municípios brasileiros, aproximadamente 28,9 bilhões de reais e uma renda per capita de quase 38 mil reais (R\$ 37.828,39). A composição do PIB do município por setores pode ser constata no gráfico 01 a seguir:

Gráfico 01 – São Bernardo do Campo. Composição do Produto Interno Bruto por setores de atividades. 2007.

Fonte: Sumário de dados – 2010.

Na composição do PIB do Município, o setor de serviços respondeu por 44%, a indústria 35% e Impostos, 21%. O setor agropecuário possui uma pequena participação de 0,02%. Essa composição está distribuída no número de empresas de acordo a tabela 15 sobre pessoal ocupado e número de empresas.

Tabela 15 – São Bernardo do Campo. Faixa de pessoal ocupado e número de empresas. 2006

Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)	Faixas de pessoal ocupado	Variável	
		Número de empresas (Unidades)	Número de empresas (Percentual)
Total	Total	29.662	100,00
	0 a 4	24.245	81,74
	5 a 9	2.758	9,30
	10 a 19	1.419	4,78
	20 a 29	444	1,50
	30 a 49	296	1,00
	50 a 99	244	0,82
	100 a 249	147	0,50
	250 a 499	56	0,19
	500 ou mais	53	0,18

Fonte: IBGE, Cadastro Geral de Empresas, 2006.

Constata-se na tabela 15 que mais de 80% de um total de 29.662 empresas são de até 4 trabalhadores, isto é, microempresas³¹.

Caso seja incluída a definição de microempresa do SEBRAE, isto é, empresas com até nove funcionários, aproximadamente 90% das empresas de São Bernardo do Campo estão nesta definição. As empresas multinacionais se encontram no interior dos 0,18% do total de empresas do município.

A inserção de São Bernardo do Campo no comércio internacional abrange, especialmente, o setor industrial e as principais exportações e importações podem ser visualizadas nos mapas 09 e 10 respectivamente.

De acordo com os dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, a balança comercial de São Bernardo do Campo fechou 2009 com superávit de US\$ 766,6 milhões. Esse resultado é a diferença entre exportações de US\$ 2,934 bilhões e importações de US\$ 2,167 bilhões. A corrente de comércio – soma das duas operações – totalizou US\$ 5,102 bilhões no período (SUMÁRIO DE DADOS, 2010).

Com base no mapa 09 da página seguinte e nas informações do Ministério do Desenvolvimento Industrial e Comércio Exterior, o município de São Bernardo do Campo exportou o total pouco mais de 3 bilhões de dólares para 30 países no período de janeiro a setembro de 2012.

Este valor exportado equivale a aproximadamente a menos 14% em relação ao mesmo período de 2011.

Observa-se no mapa 09 que as exportações direcionam para todos os continentes do globo, com menor intensidade para a Ásia e África. Intensidade média para o continente europeu, e com maior volume para a América, principalmente a América do Sul.

Os cinco primeiros países de destino das exportações são: 1º Argentina (45,64%); 2º Estados Unidos (7,03%); 3º México (6,96%); 4º Chile (6,62%) e 5º Alemanha (5,45%). Com exceção dos Estados Unidos e Chile, houve redução em todas as exportações para esse grupo de países.

³¹ O IBGE (2009) define microempresa os estabelecimentos com valor de receita de até 244 mil reais.

Mapa 09 – São Bernardo do Campo. Principais países de destino das exportações (em US\$ FOB³²) jan/set. 2012.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Industrial e Comércio Exterior. SECEX, 2012.
Elaboração cartográfica: Leandro Henrique da Silva. Software: Philcarto

A Argentina é o maior destino das exportações de São Bernardo do Campo. Dentre os principais produtos exportados estão: Chassis com motor para automóveis, tratores rodoviários, chassis com motor diesel e cabina, automóveis com motor a explosão e tuborreatores, dentre outros.

O mapa 10 destaca as importações para o mesmo período analisado:

³² Expressão inglesa *Free On Board* e quer dizer que o exportador é responsável pela mercadoria até ela estar dentro do navio, para transporte, no porto indicado pelo comprador. O termo *free* refere-se que a mercadoria já deve ter sido desembaraçada na alfândega de partida e estar livre para ser levada. Essa expressão faz parte dos chamados Incoterms, ou seja, *International Commercial Terms*, compilados e normatizados pela Câmara de Comércio Internacional (CCI) (Wolffenbüttel, 2012).

Mapa 10 – São Bernardo do Campo. Principais países de origem das Importações (em US\$ FOB) jan/set. 2012.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Industrial e Comércio Exterior. SECEX, 2012.

Elaboração cartográfica: Leandro Henrique da Silva. Software: Philcarto

Observa-se no mapa 10 os principais países de origem das importações de São Bernardo do Campo em quatro continentes. A Europa congrega o maior volume, seguida da América, da Ásia e, em menor volume, do continente africano.

A Alemanha é a principal origem das importações de São Bernardo do Campo com 29,10% sobre o total importado, isto é, aproximadamente 2,2 bilhões de dólares. O município é a sede de três grandes empresas automobilísticas alemãs: Mercedes-Benz, Volkswagen e Karmann-Guia. O segundo país são os Estados Unidos (15,55%), o terceiro a Argentina (8,67%), o quarto China (7,02%) e Suécia (6,87%) como os mais representativos. Com a exceção da China, houve diminuição nas importações em todos os países citados. As relações com a China tiveram um aumento de 24,02% em relação a

janeiro e setembro de 2011.

Os principais produtos importados são: automóveis com motor a explosão para 6 pessoas, caixas marchas, partes de turborreatores ou de turbopropulsores, partes e acessórios para tratores e veículos e eixos e partes para automóveis.

Para finalizar a análise, o mapa 11 exibe a relação entre as exportações e importações de São Bernardo do Campo no período de janeiro a setembro de 2012.

Mapa 11 – São Bernardo do Campo. Relação entre Exportações e Importações (em US\$ FOB) jan/set. 2012.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Industrial e Comércio Exterior. SECEX, 2012.
Elaboração cartográfica: Leandro Henrique da Silva. Software: Philcarto

Note-se no mapa 11 a razão entre o volume de exportações com as importações. Há uma extrema diferença entre a cor azul, representando os países de origem das importações e a cor vermelha, representando o destino das exportações de São Bernardo do Campo. Em uma análise, grosso modo, o

mapa reproduz uma desigualdade chamada Norte-Sul, isto é, países da Europa, da América do Norte e da Ásia fornecem produtos industrializados para os países do Sul, nesse caso, América Central e do Sul e África.

De modo geral, pela interpretação dos mapas 09, 10 e 11, e pelos volumes e produtos importados e exportados, São Bernardo do Campo realizaria o papel de montagem de produtos industrializados para exportá-los, sobretudo, a América Latina. Entretanto, trata-se de uma análise a ser desenvolvida em pesquisas posteriores com o objetivo de determinar o verdadeiro grau de especialização geográfica deste município.

Nessa análise, uma alta renda per capita ou um Produto Interno Bruto elevado não significaria uma redução nas desigualdades ao longo do tempo.

O papel de “atravessador” desempenhado pelo município de São Bernardo do Campo na montagem de peças de automóveis constitui mais um ponto no território brasileiro transformado em um espaço de fluxo mundial. A visão de totalidade pode revelar que nada adianta movimentar grandes somas de investimentos, trocas comerciais, caso essa renda não seja distribuída para a totalidade da sociedade.

A história de São Bernardo do Campo vista através do uso do território pode contribuir para a análise do processo social. Em São Bernardo do Campo a fórmula do progresso se repetiu. De um tempo lento, como na foto 04 abaixo, da antiga Vila de São Bernardo em 1920, o meio geográfico se transforma para preparar o município para ser inserido na repartição do trabalho mundial.

A igreja matriz ao fundo e o movimento marcado por algumas atividades dos bares e pequenos comércios dos imigrantes italianos se transformaria, em menos de duas gerações, em um meio-técnico adaptado às determinações externas de uma pretensa modernidade.

Foto 04 – São Bernardo do Campo. Vista centro da antiga Vila de São Bernardo, 1920.

Fonte: Pessotti (1981, p.12)

Após mais de 60 anos desde a chegada das primeiras fábricas automobilísticas, a especialização geográfica das atividades desse setor não permitiu resolver problemas básicos para maioria da população, conforme o mapa 12 sobre os domicílios com esgoto a céu aberto:

Segundo o IBGE existem 4.776 mil domicílios com esgoto a céu aberto. A sua localização coincide com áreas de favelas e estão distribuídas, como mostra o mapa 12, ao Norte da cidade nos bairros Taboão, Paulicéia e Rudge Ramos. Ao Leste e Oeste e também no Centro da cidade. Na área Sudoeste em grande concentração nos bairros Dos Alvarenga e Batistini; além da área Sudeste nos bairros Ferrazópolis, Montanhão e Botujuru. No extremo Sul, na área de Represa pelo bairro Dos Finco e Varginha.

Em todo o município 86.773 mil domicílios não possuem bueiro e 11.095 mil não têm iluminação pública. O Mapa 13 revela onde moram aquelas famílias sem iluminação pública.

É possível verificar no mapa 13 que o centro da cidade possui domicílios sem iluminação pública. Essas áreas podem se referir à favela do DER tratada no capítulo 4 (página 96 em diante). Bairros localizados na região Sudoeste como Cooperativa e Dos Casa apresentam as maiores aglomerações de domicílios. Novamente o bairro Montanhão e Baeta Neves concentram as piores desigualdades. É preciso ainda mencionar os 5712 domicílios onde vivem 20.121 mil pessoas sem pavimentação.

Nos aglomerados subnormais, local de moradia de 152.780 pessoas, segundo o IBGE (2010), vivem em média 3,55 pessoas com renda de 500 reais. O lixo é coletado diretamente pelo serviço de limpeza em 60% das residências. Aproximadamente 39% são coletados em caçamba e o restante queimado, enterrado ou jogado em terreno baldio ou logradouro. A situação se complica mais ainda com o aumento dos preços dos aluguéis.

Segundo a reportagem de Marin (2012) entre agosto de 2009 a julho de 2010, casas com dois dormitórios, com vagas para dois carros na garagem, eram alugadas por, em média, 500 reais. Hoje (Agosto de 2010) o preço não fica abaixo de 1.000 reais. O principal motivo, segundo a reportagem, diz respeito à falta de opções para locação, isto é, falta de ofertas.

Por conseguinte, o emprego na indústria foi reduzido em São Bernardo do Campo ao longo das décadas. A pobreza aumentou e as desigualdades foram denominadas de aglomerados subnormais. Os empregos com os mais altos salários estão sendo trocados, em todos os setores, por aqueles com valores mais baixos.

Os trabalhadores, a longo prazo, deixaram de ter empregos registrados e uma imensa parte desses no Brasil, na Região Metropolitana de São Paulo e em São Bernardo do Campo não possuem carteira ou trabalham por conta própria (vide quadro 04 abaixo).

Quadro 04 - Participação média dos empregados sem carteira assinada e trabalhadores por conta própria na ocupação total, Brasil, Região Metropolitana de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2000 e 2010.

	Posição na ocupação/ Ano	2000	%	2010	%
Brasil	Empregados sem carteira assinada	16.071.534	24,4	17.418.119	20,17
	Empregados por conta própria	15.396.247	23,46	18.529.011	21,46
	Total	31.467.781	47,86	35.947.130	41,63
São Paulo - RM	Empregados sem carteira assinada	1.533.394	21,29	1.465.964	15,46
	Empregados por conta própria	1.401.231	19,45	1.713.602	18,08
	Total	2.934.625	40,74	3.179.566	33,54
São Bernardo do Campo	Empregados sem carteira assinada	59.723	20,86	53.331	14,06
	Empregados por conta própria	50.600	17,68	62.623	16,51
	Total	110.323	38,54	115.954	30,57

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000 e 2010.

De acordo com o Quadro 04, tanto o Brasil, como a RMSP e São Bernardo do Campo apresentam mais de um terço da população sem vínculos empregatícios (carteira de trabalho) ou trabalham por conta própria. Houve uma redução dos empregados sem carteira assinada em São Bernardo do Campo, mas em termos percentuais, a redução dos trabalhadores por conta própria foi pequena.

Há, portanto, uma grande quantidade de mão de obra existente no município que não está atrelada diretamente ao capital hegemônico. Esses trabalhadores marcam o uso do território e as paisagens revelam a geografia do trabalho em sua totalidade, isto é, resultado deste conflito da produção e da vida, da especialização geográfica e do direito ao território. As perspectivas, evidentemente, não atenderam a imensa aglomeração de trabalhadores e o surgimento de formas de subemprego, acompanhadas do desemprego fora inevitável.

Seguindo a ideia de Santos (1994), a resposta contida na grande massa não assistida pelos empregos provenientes do capital hegemônico, isto

é, para aqueles não atendidos pelas grandes empresas automobilísticas constitui a convivência de capitais não-hegemônicos resultado do processo de fragmentação a que se submeteu a metrópole e seu entorno.

Em meio a ações normativas tanto do poder público, como das empresas, as desordens territoriais reveladas pelas paisagens de São Bernardo do Campo estão vivas na configuração territorial. Essa materialidade permitiu a uma determinada funcionalização do mundo. As greves não foram as únicas formas de resistência diante de usos prioritários do território que se implantavam na região do ABC.

A forma de vida da população, sua reunião em uma extensão comum perante um território já transformado pelo processo de divisão territorial do trabalho, da mesma forma deixou marcas na paisagem. Por isso a análise da distribuição da população, de seu trabalho e das condições de existência não pode ser desconexa de uma teoria do espaço geográfico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação objetivou conhecer as desigualdades socioespaciais desencadeadas pelo processo de divisão internacional e territorial do trabalho no município de São Bernardo do Campo, localizado na Região Metropolitana de São Paulo.

O problema partiu dos usos desiguais do território em uma área de especialização geográfica das atividades do setor automobilístico para ilustrar o aprofundamento das desigualdades socioespaciais visíveis na paisagem.

Para isso, confrontou inicialmente diversos textos da literatura geográfica que estudaram as transformações do mundo do trabalho pela geografia ou se autointitularam: geografias do trabalho. Autores como Castree (2003), Herod (2001), Massey (1984), Peck (1996) Moreira (2002), dentre outros, foram confrontados com Sorre (1962), George (1969) e Santos (2008)). Os primeiros propuseram metodologias para a geografia estudar o trabalho. Os segundos incorporaram este último em uma teoria do espaço geográfico. Optou-se pela teoria dos segundos.

O método pelo qual a realidade foi analisada teve como base, portanto, o espaço geográfico, por meio de sua constituição indissociável e contraditória de sistemas de objetos com os sistemas de ações. Além disso, diferenciou a forma histórica do espaço geográfico representada pela evolução do território, de sua configuração territorial e de sua política, isto é, usos distintos do território entre empresas, instituições e pessoas.

Este método permitiu analisar como as manifestações dos eventos no mundo encontram-se interrelacionados. Em primeiro lugar, o processo de divisão internacional do trabalho, conhecido como a repartição dos recursos do planeta, serviu de ferramenta analítica para reconhecer como as intencionalidades de empresas de origem global atuam na formação da divisão territorial do trabalho ligadas a lógicas privadas. A instalação de Volkswagen, Toyota, Ford, dentre outras empresas, representam o mundo diretamente em pontos do território brasileiro.

Esses eventos, isto é, as possibilidades do mundo que se

materializam em novas funções ao meio geográfico no qual se insere, tal como descreveu Santos (2008), foram apresentados como os responsáveis pela incorporação de ações técnicas e normativas desintegradoras em São Bernardo do Campo ao longo do tempo.

As desigualdades são representadas pelo convívio de grande riqueza ao lado de vasta pobreza naquelas localizações repletas de empresas de todas as dimensões (conforme a figura 03, p. 95 sobre a favela do DER). A fragmentação se materializou em um uso restrito do território, com ausência de uma preocupação global com a população. O exemplo foi dado pela favela do DER, localizada as margens da Rodovia Anchieta, que ao longo de pouco mais de 70 anos representa um resquício de um passado e uma forma de resistência visível na paisagem de São Bernardo do Campo.

Aliás, as grandes ações técnicas representadas pelas transformações nos sistemas de engenharia, como a própria Rodovia Anchieta, a construção da Reserva Billings, bem como o uso de áreas chamadas de antigos subúrbios em torno da capital paulista, serviram como preparação para estruturar uma divisão territorial do trabalho marcada por desígnios externos.

Esse comando exógeno representado pelas verticalidades, ou seja, verdadeiros pontos no território ligados a interesses hegemônicos, como ressaltou Santos (2003), resultou em problemas de financiamento de uma configuração territorial pelo poder público, enquanto que a arrecadação do município beneficiava algumas firmas (tabela 08, p.109), a esfera social se debilitava (foto 03, p.105).

O município de São Bernardo do Campo incorporou, por outro lado, ações normativas agravando o uso privado do território e acentuando suas desigualdades visíveis nas paisagens (tabela 08, p.109). O conjunto de Leis, processos de concessões, incentivos, desconto de taxas, entre outros instrumentos fiscais concedidos pelo poder público as empresas revelou como ocorre a verdadeira alienação do território.

Com o jogo político entre empresas e poder público, terrenos foram doadas a empresa sueca Scania, isenções de impostos foram oferecidos a empresa Toyota, além de inúmeros outros benefícios creditados as empresas a fim de que permaneçam no território.

Nesse sentido, a divisão territorial do trabalho estabelecida em São Bernardo do Campo, ou a concentração geográfica das atividades do setor automobilístico, teve sua problematização realizada por um sistema de conceitos, como: a divisão do trabalho, o território usado, as técnicas, as normas, as verticalidades e horizontalidades, e as relações entre o mundo e os lugares, dentre outros, a fim de investigar como o processo de divisão internacional do trabalho contribuiu para tal configuração geográfica seletiva.

Essa seletividade ocorre quando técnica e política são combinadas a um tipo de uso da materialidade com intuito de romper aquela solidariedade presentes nos lugares (SANTOS, 2008, p. 254).

Esse rompimento da contiguidade e continuidade visto pela ótica dos objetos e das ações tornou explícita a persistência e a reprodução das desigualdades ao longo do tempo. O conceito de lugar como espaço do acontecer solidário, legado de Santos (2008), apresenta novas qualidades, uma vez que há prevalência de relações hierárquicas ou verticais no território. Tal extensão em que a vida social busca se recriar não foi totalmente dissolvida pelas modernizações e merece uma investigação futura profunda. Principalmente diante das mudanças brutais relacionadas ao mundo do trabalho.

É sabido que uma das principais características da chamada era moderna, segundo Latour (1994) reside em sua abolição ou desprezo pelo passado. Deve-se incluir nesse arcabouço, inevitavelmente as formas e funções geográficas. Por conseguinte, a divisão do trabalho atual acabou por subverter o futuro, por meio de usos restritos das benesses daquela mesma modernização, em conjunto a uma especialização incapaz de atender a população no lugar em que vivem.

Sendo assim, foi imperativo conhecer como a geografia buscou recriar teoricamente um mundo no qual o trabalho se transforma e muda de sentido, e, ainda, encerram no território novas formas de relações dos lugares com o mundo.

De fato, a divisão internacional e territorial do trabalho em São Bernardo do Campo permitiu visualizar um meio-técnico-científico-informacional em pleno processo de transformação, principalmente em relação

ao emprego.

O último capítulo mostrou que a desigualdade persiste em São Bernardo do Campo. No mundo marcado pela técnica, ciência e informação, de novos processos de produção, o emprego na indústria foi reduzido ao longo das décadas. A pobreza aumentou e as desigualdades foram denominadas de aglomerados subnormais. Os empregos com os mais altos salários estão sendo trocados, em todos os setores, por aqueles com valores mais baixos.

Há, portanto, uma grande quantidade de mão de obra existente no município que não está atrelada diretamente ao capital hegemônico. Esses trabalhadores marcam o uso do território e as paisagens revelam a geografia do trabalho em sua totalidade, isto é, resultado deste conflito da produção e da vida, da especialização geográfica e do direito ao território. As perspectivas do progresso, evidentemente, não atenderam a imensa aglomeração de trabalhadores e o surgimento de formas de subemprego, acompanhadas do desemprego fora inevitável (Quadro 04, p.144).

A renda permanece concentrada (mapa 08, p. 133) e as favelas não param de crescer (tabela 09, p.115). A distribuição da renda na cidade concentra-se no centro urbano, ao passo que milhares de domicílios formam um verdadeiro cinturão de favelas no município.

Portanto, tanto o desemprego como o mapa da renda, nesse contexto, pode ser entendido como o rompimento daquela solidariedade orgânica, das horizontalidades presentes nos lugares, tendo em vista a constituição desse novo meio geográfico técnico-científico-informacional marcado por todas aquelas ações técnicas e normativas necessárias ao processo de produção em sentido amplo.

O Produto Interno Bruto elevado não garantiu uma redução das desigualdades socioespaciais. O papel de “atravessador” desempenhado pelo município de São Bernardo do Campo na montagem de peças de automóveis pode ser interpretado como mais um ponto no território brasileiro transformado em um espaço de fluxo mundial. A visão de totalidade pode revelar que nada adianta movimentar grandes somas de investimentos, trocas comerciais, caso essa renda e o território não sejam usados por toda a sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, José. **A implantação da indústria automobilística no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1972.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. 2a. ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTONISCH, Marco. On territory, the nation-state and the crisis of the hyphen. **Progress in Human Geography**, 33 (6), 2009. p. 789-806.

ARANHA, Valmir. Mobilidade pendular na metrópole paulista. *São Paulo Perspec.*[online]. 2005, vol.19, n.4], p. 96-109. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-8392005000400006&lng=en&nrm=iso>.. Acesso em: 10 out. 2012.

ARBIX, Glauco.; ZILBOVICIUS, Mauro. **De JK a FHC, a reinvenção dos carros** (Orgs.). São Paulo: Scritta, 1997.

_____. Guerra fiscal e competição intermunicipal por novos investimentos no setor automotivo brasileiro. **Dados (online)**, 2000, v.43, n.1. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582000000100001>. Acesso em 23 mar. 2010.

AZEVEDO, Aroldo de. (Org). **A cidade de São Paulo**: estudos de geografia urbana. Volume IV – Os subúrbios de paulistanos. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.

BENEVIDES, Maria Victoria de M. **O Governo Kubitschek**: desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

BENKO, Georges. Modernidade, Pós-Modernidade e Ciências Sociais. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, Humanitas, n. 13, p. 187-213, 1999.

BITETI, Mariane de Oliveira. A geografia do trabalho em Pierre George. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. 9, n. 3, p.233-242, set/dez, 2003.

BLUM, Pedro Rubens Coppini. **São Bernardo do Campo**: um exemplo de desenvolvimento urbano condicionado por variáveis externas. 1985. 170f. Dissertação (Mestrado em Administração e Planejamento Urbano) Escola de Administração de Empresas, Faculdade Getúlio Vargas, São Paulo, 1985.

BRITISH American Tobacco. Disponível em: http://www.souzacruz.com.br/group/sites/SOU_7UVF24.nsf/vwPagesWebLive/DO7V.9K5X?opendocument&SKN=1. Acesso em: 03 set 2011.

BROEK, Jan O. M. **Iniciação ao estudo da geografia**. 2a .ed. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1972.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Álbum memória de São Bernardo**. São Bernardo: Prefeitura Municipal: Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, 1981.

CASTILHO, Cláudio Jorge M. de. Primeiros apontamentos a uma geografia do trabalho. **Revista de Geografia**, Recife, v. 25, n.1, p. 67-97, jan/abr, 2008.

CASTRO, Eduardo. **O significado do trabalho na constituição da territorialidade dos assentados da Fazenda Ipanema, Iperó-SP**. São Paulo, 2007, 133 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

CASTREE, Noel. Labor Geography: a work in progress. **International Journal of urban and Regional Research**, v.31, n.4, p. 853-862, dez, 2007.

CATAIA, Marcio. A alienação do território: o papel da guerra fiscal no uso, organização e regulação do território brasileiro. In: SOUZA, Maria Adélia de Souza (Org.) **Território brasileiro: usos e abusos**. Campinas: Edições Territorial, 2003. p.397-407.

CONCEIÇÃO, Jefferson José da. **Quando o apito da fábrica silencia: sindicatos, empresas e poder público diante do fechamento de indústrias e da eliminação de empregos na Região do ABC**. São Bernardo do Campo-SP: MP Editora, 2008.

CORRÊA, Roberto Lobato. Territorialidade e corporação: um exemplo. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de.; SILVEIRA, Maria Laura. **Território: globalização e fragmentação**. 3.ed. São Paulo: HUCITEC, 1996. p. 251-256.

CORREIA, João Carlos. **Impactos da indústria automobilística nas cidades do Estado de São Paulo e sua transformação em função do processo industrial**. 2008. 288f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

COMTOIS, Claude. Spatial integration and geographic modernization, **Cahiers de géographie du Québec**, vol. 30, n° 79, 1986, p. 41-51.

CHAPOROV, A.; MOTORINE, I. **As vantagens da divisão internacional socialista do trabalho**. Lisboa: Editorial Estampa, 1975. (Coleção Cadernos Políticos)

DE MASI, Domenico. **O ócio criativo**: entrevista a Maria Serena Palieri. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. 2a. ed. São Paulo: Martins

Fontes, 1999.

FARIAS, Leone. Empresa de S. Bernardo ganha incentivo fiscal. **Diário do Grande ABC**, Santo André, 18 mar. 2011. Economia, p. 4.

FRANCA, Gilberto Cunha. **O espaço de trabalho a partir das transformações na fábrica**. São Paulo, 2004, 147 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

FONTAGNÉ, Lionel. La nouvelle division internationale du travail. Disponível em: <http://ses.ens-lyon.fr/la-nouvelle-division-internationale-du-travail-25433.kjsp>. Acesso em: 30. jan. 2011.

FREYSSENET M., **Division du travail et mobilisation quotidienne de la main-d'oeuvre**. Les cas Renault et Fiat, CSU, Paris, 1979.

FROMM, Erich. **Conceito Marxista do homem**. 6.ed. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1975.

GAITE, María Jesús Marrón. La Difusión de Innovaciones desde una Perspectiva Geográfica: Principales Tendencias. **Estúdios Geográficos**, Barcelona, v. 62, n. 245, p. 675-703, 2001.

GEORGE, Pierre. **Sociologia e Geografia**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Forense, 1969.

_____. **Os Métodos da Geografia**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

_____. **Populações Ativas**. Rio de Janeiro: Difel, 1979.

GÓMEZ LENDE, Sebastián. División territorial del trabajo y circuitos espaciales de producción: la industria nuclear argentina (1950-2007). In: **Caderno de Geografía**, v.20, n.33, Belo Horizonte: PUC Minas Gerais, 2010.

GOMES, Sueli de Castro. **O território de trabalho dos carregadores piauienses no terminal da CEAGESP**: modernização, mobilização e a migração, São Paulo, 2007, 276 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

GORZ, André. **Crítica da Divisão do Trabalho**. 2a.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

GRAWITZ, Madeleine. **Méthodes des sciences sociales**. 10 ed. Paris : Dalloz, 1996.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

HEROD, Andrew. From a Geography of Labor to a Labor Geography: labor's spatial fix and the geography of capitalism. **Antipode**, v.29, n.1, p.1-31, jan. 1997.

_____. **Labor Geographies: Workers and the Landscapes of Capitalism**. New York: Guilford Press, 2001.

HYMER, Stephen. **Empresas Multinacionais: a internacionalização do capital**. 2a. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censos Demográficos 1991, 2000, 2010. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 jun. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Notas Metodológicas. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Mensal_de_Emprego/Notas_Tecnicas/pmemet1.pdf. Acesso em: 12 abril. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Aglomerados subnormais. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/aglomerados_subnormais/agsn2010.pdf. Acesso em: 23 set. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. As Micros e pequenas empresas comerciais e de serviços no Brasil. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/microempresa/microempresa2001.pdf>. Acesso em: 23 set. 2009.

JAKOBSEN, Kjeld A. A dimensão do trabalho informal na América Latina e no Brasil. In: JAKOBSEN, Kjeld.; MARTINS, Renato.; DOMBROWSKI, Osmir (orgs). **Mapa do trabalho informal: perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2000.

JOHNSTON, R. J. The state, the region and the division of labor. In: SCOTT, Allen.; STORPER, Michael (Orgs). **Production, Work, Territory: the geographical anatomy of industrial capitalism**. Boston: Allen and Unwin, 1986. p.265-280.

KNELLER, GEORGE F. **A ciência como atividade humana**. Rio de Janeiro: Zahar; São Paulo: EDUSP, 1980.

KLINK, Jeroen J. **A Cidade-Região: regionalismo e reestruturação no Grande ABC paulista**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LANGENBUCH, Jurgen Richard. **A estruturação da grande São Paulo: estudo de geografia urbana**. Rio de Janeiro: IBGE, 1971.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LENCIONI, Sandra. Regiões metropolitanas do Brasil. Radiografia da dinâmica recente do emprego industrial e da remuneração do trabalhador. In: LEMOS, Amália Ines G. de. ARROYO, Mónica.; SILVEIRA, Maria Laura. **América Latina: cidade, campo e turismo**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLASCSO. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

LIMA, Daniel (Coord.) **Nosso século XXI**. Santo André: Livre Mercado, 2001.

LIMA, Fernando Raphael Ferro de. Condicionantes da implantação da indústria automobilística no aglomerado metropolitano de Curitiba. **RA'E GA**, Curitiba, n. 12, p. 93-110, 2006.

LIPIETZ, Alain. New tendencies in the international division of labor: regimes of accumulation and modes of regulation. In: SCOTT, Allen.; STORPER, Michael (Orgs). **Production, Work, Territory**: the geographical anatomy of industrial capitalism. Boston: Unwin Hyman, 1986. p.16-40.

_____. **O capital e seu espaço**. São Paulo: Nobel, 1988.

MACEDO, Francisco Barbosa de. **A Greve de 1980**: redes sociais e mobilização coletiva dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo. 2010. 208f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MAMIGONIAN, Armen. O processo de industrialização em São Paulo. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo: AGB, nº 50, p. 83-101, 1976.

MARIN, Tauana. Aluguel na Região sobe 50%. Diário do Grande ABC. Economia. Disponível em: <http://www.dgabc.com.br/News/5827419/aluguel-na-regiao-sobe-50.aspx>. Acesso em 30 set. 2012.

MARTINELLI, Alberto. **La modernizzazione**. 10a.ed. Roma-Bari: Laterza e Figli, 2010.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: Livro I. 27.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MASSEY, Doreen. **Spatial Divisions of Labour**. London: Macmillan, 1984.

MÉDICI, Ademir. **São Bernardo, seus bairros, sua gente**. 2a. ed. São Bernardo do Campo: Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, 1984.

MOREIRA, Ruy. Teses para uma geografia do trabalho. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. 2, n. 22, p.19-23, maio/ago. 2002.

Ministério do Trabalho e Emprego (TEM). O que é economia solidária? Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/o-que-e-economia-solidaria.htm>. Acesso em: 05 set. 2012.

NUNES, Flaviana Gasparotti. O “Lugar” do trabalho na geografia econômica: reflexões preliminares. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. 8, n. 23, p.9-13, set/dez, 2002.

ORTEGA Y GASSET, José. **A rebelião das massas**. São Paulo: Martins Fontes, 1967.

PECK, Jamie. **Work-Place**: the social regulation of labor markets. New York: Guilford, 1996.

_____. Places of Work. In: SHEPPARD, Eric.; BARNES, Trevor J. **A Companion to Economic Geography**. Oxford; Malden, Mass.: Blackwell, 2003, p. 133-148.

PENTEADO, Antonio Rocha. Os subúrbios de São Paulo e suas funções: In AZEVEDO, Aroldo de. (Org). **A cidade de São Paulo**: estudos de geografia urbana. Volume IV – Os subúrbios de paulistanos. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958. p.5-60.

PESSOTI, Atílio. **Vila de São Bernardo**. São Bernardo do Campo: Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, 1981.

POCHMANN, Marcio. **O emprego na globalização**: a nova divisão internacional do trabalho e o caminho que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

POGIBIN, Guilherme Gibran. **Memória dos metalúrgicos grevistas do ABC paulista**. 2009. 259f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e do Trabalho) - Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

PREFEITURA Municipal de São Bernardo do Campo. Sumário de Dados, 2010.

QUINTO JUNIOR, Luiz de Pinedo. IWAKAMI, Luiza Naomi. São Bernardo do Campo: histórico de sua formação espacial. **Leopoldianum**, Santos, n.70, p. 61-70, 2001.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Ática, 1980.

RODRIGUES, Felipe. S. Bernardo amplia grupo de empresas que recebem isenção fiscal na cidade. **Diário do Grande ABC**, Santo André, 18 mar. 2011. Economia, p. 8.

ROLLI, Claudia. Volks ameaça fechar fábrica e demitir 6.100. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2208200604.htm>. Acesso em: 04 set.

2012.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 4.ed. São Paulo: Edusp, 2008.

_____. **Espaço e Método**. São Paulo: EDUSP, 2008b.

_____. **Da totalidade ao Lugar**. São Paulo: EDUSP, 2008c.

_____. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

_____. Da Política dos Estados à Política das Empresas, Belo Horizonte. **Cadernos da Escola do Legislativo**, 3 (6): 3-23, jan-jul. 1998.

_____. **Por uma Economia Política da cidade**: o caso de São Paulo. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **Por uma Geografia Nova**. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

SANTOS, Milton.; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 4.ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SARTRE, Jean-Paul. **Questão de método**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1966.

SÃO BERNARDO DO CAMPO. Lei nº 1485, de 15 de fevereiro de 1967. Autoriza o Município a ceder à Scania Vabis do Brasil S.A – veículos e motores, a posse de uma área de 474,50 m² constituída de parte do leito antigo da Estrada do Polígono do Tiro. Disponível em: <http://www.camarasbc.sp.gov.br/Home.aspx>. Acesso em: 15 fev. 2010.

SÃO BERNARDO DO CAMPO. Lei nº 5.570, de 31 de agosto de 2006. Dispõe sobre Benefícios Fiscais Seletivos para empresas industriais, comerciais e de prestação de serviços, visando o desenvolvimento econômico do Município de São Bernardo do Campo, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.camarasbc.sp.gov.br/Home.aspx>. Acesso em: 15 fev. 2009.

SÃO BERNARDO DO CAMPO. Diagnóstico da Violência e Criminalidade em São Bernardo do Campo. Secretaria de Planejamento do município, 2006. Disponível em: <http://www.soudapaz.org/Portals/0/Downloads/diagnostico%20sbc.pdf>. Acesso 23 maio. 2011.

SÃO JOSE DOS PINHAIS. Lei nº 01/97 DE 24 de janeiro de 1997. Institui a Delimitação e o Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo da Área Urbana do Distrito de Campo Largo da Roseira e dá outras providências. Disponível em: www.sjp.pr.gov.br/portal/csci/PDF/3133.pdf. Acesso em: 06 dez. 2011.

SCARLATO, Francisco Capuano. **Metropolização de São Paulo**. São Paulo e

o Terceiro Mundo: Iglu, 1987.

SCHIFFERES, Steve. Informais podem ser dois terços da força de trabalho em 2020, diz OCDE. Disponível em:

http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/04/090408_empregoinformalocdefn.shtml. Acesso em: 10 out. 2012.

SCOTT, Allen.; STORPER, Michael. Production, work and territory: contemporary realities and theoretical tasks. In: SCOTT, Allen.; STORPER, Michael (Orgs). **Production, Work, Territory: the geographical anatomy of industrial capitalism**. Boston: Allen and Unwin, 1986. p.3-15.

SHAPIRO, Helen. A primeira migração das montadoras: 1956-1968. In: ARBIX, Glauco.; ZILBOVICIUS, Mauro. **De JK a FHC, a reinvenção dos carros** (Orgs.). São Paulo: Scritta, 1997.

SILVA, Izildo Carlos Alves. **A mobilidade do trabalho sob o impacto da reestruturação produtiva**: estudo das tendências migratórias em Santo André. São Paulo, 2008, 163 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SILVEIRA, Maria Laura. **Um país, uma região**: fim de século e modernidades na Argentina. São Paulo: FAPESP; LABOPLAN-USP, 1999.

SINGER, Paul. A **Economia Solidária no Governo Federal**. IPEA mercado de trabalho. Disponível em:

http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/conf_textopaulsinger.pdf. Acesso em 13 out. 2012.

SOUZA, Maria Adélia A. de. Geografias da desigualdade: globalização e fragmentação. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de.; SILVEIRA, Maria Laura. **Território**: globalização e fragmentação. 3.ed. São Paulo: HUCITEC, 1996. p. 21-28.

_____. A geografia da solidariedade. In: **GeoTextos**, Salvador, v. 2, n. 2, p. 171-178, 2006.

SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. 3a. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

VINHOLE, Thiago. Volkswagen inaugura fábrica nos EUA. Disponível em:

<http://carros.ig.com.br/noticias/volkswagen+inaugura+fabrica+nos+eua/3035.html>. Acesso em 03 set. 2012.

SORRE, M. **El hombre en la Tierra**. Barcelona: Labor, 1967.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Por trás dos canaviais, os "nós" da cana**: a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista. São Paulo: Annablume/ FAPESP, 2002.

_____. (Org.) **Geografia e trabalho no século XXI**. Presidente Prudente: Centelha, 2004. 3 vol.

_____. **Geografia passo-a-passo: ensaios críticos dos anos 90**. Presidente Prudente: Centelha, 2005.

TRIBUNA Metalúrgica. S. Bernardo doa terreno e Scania investe. **Tribuna Metalúrgica do ABC**, São Bernardo do Campo, 28. Abril. 2011, Disponível em: http://www.smabc.org.br/Interag/tribuna_pdf/%7B6DA8F9B1-333C-4EAD-A7B6-566775F45C42%7D_2995.pdf. Acesso em 11. maio. 2011.

VOLKSWAGEN. **Gestão inovadora**. Disponível em: http://www.vwcaminhoeseonibus.com.br/pt/company_factory_brasil_modular-consortium.aspx. Acesso em 13 mar. 2012.

VOLKS vende fábrica de Resende por R\$ 3,8 bilhões. Disponível em: <http://g1.globo.com/jomaldaglobo/0,,MUL924094-16021,00-VOLKS+VENDE+FABRICA+DE+RESENDE+POR+R+BILHOES.html>. Acesso em: set. 2012.

WOLFFENBÜTTEL, Andréa. O que é FOB? Disponível em: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2115:catid=28&Itemid=23. Acesso em: 14 set. 2012

ANEXOS

ANEXO A – Histórico de solicitações sobre Lei de incentivos fiscais

YAHOO! MAIL

RES: ENC: Dados SBC - confirmação

Terça-feira, 20 de Dezembro de 2011 17:03

"Thiago Krauss" <thiago.krauss@saobernardo.sp.gov.br>

"Leandro Henrique" <geoleandro@yahoo.com.br>

Leandro,

Esta é a posição oficial da Prefeitura de São Bernardo do Campo.

Att,

Thiago Krauss

Secom – PMSBC

(11) 4348-1043 – Ramal: 2317

**SÃO BERNARDO
DO CAMPO**

De: Leandro Henrique [mailto:geoleandro@yahoo.com.br]

Enviada em: terça-feira, 20 de dezembro de 2011 16:45

Para: Thiago Krauss

Assunto: Re: ENC: Dados SBC - confirmação

Obrigado Thiago

Eu tenho mais uma dúvida. A prefeitura disse que foram 11 empresas que receberam incentivos fiscais, mas essa reportagem abaixo do DGABC diz que foram 23. <http://www.dgabc.com.br/News/5873181/empresa-de-s-bernardo-ganha-incentivo-fiscal.aspx>

É possível ter acesso aos nomes dessas 23 empresas?

Mais uma vez agradeço

Leandro

--- Em ter, 20/12/11, Thiago Krauss <thiago.krauss@saobernardo.sp.gov.br> escreveu:

De: Thiago Krauss <thiago.krauss@saobernardo.sp.gov.br>

Assunto: ENC: Dados SBC - confirmação

Para: geoleandro@yahoo.com.br

Data: Terça-feira, 20 de Dezembro de 2011, 16:28

Leandro,

Conforme solicitado, segue Lei Municipal nº 5.570/2006, com alteração da LM nº 5.624/2006, bem como o Decreto nº 16.091/2007 que a regulamenta, solicitados em anexos.

Já em relação às empresas que receberam o incentivo fiscal seletivo na gestão do Exmo. Sr. Prefeito Luiz Marinho, de acordo com a legislação supracitada, é possível divulgar apenas a quantidade: no total foram 11 (onze) empresas. Em relação a primeira questão, segue abaixo release da Prefeitura que trata do assunto.

**SÃO BERNARDO
DO CAMPO**

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO
 Praça Samuel Sabatini, 50 - 9. andar
 CEP 09750-901 - Fone: 4348-1043 - Fax 4348-1045
 www.saobernardo.sp.gov.br

Marinho assina escritura de doação de área para Scania em troca de obra viária

*As obras viárias nas avenidas Álvaro Guimarães e José Odorizzi, na Vila Euro,
terão início neste mês de setembro*

As obras viárias nas avenidas Álvaro Guimarães e José Odorizzi, na Vila Euro, terão início neste mês de setembro e o prazo previsto para a conclusão das intervenções é de oito a 12 meses. O anúncio foi feito na tarde desta sexta-feira (2/9) pelo prefeito de São Bernardo do Campo, Luiz Marinho, e pelo presidente da empresa sueca Scania para a América Latina, Sven Antonsson, durante a cerimônia de assinatura da escritura de cessão de uma área pública de 27 mil metros quadrados à multinacional.

O projeto de lei que autoriza o repasse do terreno à Scania foi aprovado pela Câmara Municipal em abril deste ano. Em contrapartida, a empresa fará intervenções nessas vias, como a duplicação da José Odorizzi, além da construção de uma nova alça de acesso no viaduto Tereza Delta. Pelo projeto, a empresa investirá até R\$ 16 milhões nesse empreendimento.

Para o chefe do Executivo, as obras proporcionarão uma grande melhoria no sistema viário da cidade, além disso, a Scania tem história em São Bernardo e agora poderá gerar novos empregos e recursos através da arrecadação de impostos que implicarão na sua expansão. "Criamos condições para que a empresa permaneça na região por muitas décadas, e isso é tão ou mais importante que conquistar novos empreendimentos", afirmou Marinho, ressaltando os benefícios para fluidez no trânsito daquela região, bem como a melhoria do acesso à via Anchieta com a construção da alça de acesso.

Localizado próximo à multinacional, o terreno não é utilizada pela Prefeitura. De acordo com o presidente da Scania, a área será usada para ampliação industrial e resultará em geração de emprego e desenvolvimento econômico. "Essa doação é de fundamental importância porque possibilitará à Scania continuar trabalhando no município e ajuda a resolver gargalos com as nossas operações logísticas, tanto para escoar material quanto no transporte de pessoal, já que propiciará um fluxo de trânsito mais eficiente e maior segurança", aponta Sven Antonsson.

Segundo a montadora, a capacidade atual da unidade não comporta a demanda futura. Há três anos a matriz sueca transferiu parte da montagem do diferencial dos veículos para a fábrica no Brasil. Atualmente, a produção ocupa toda a unidade de São Bernardo, além de um galpão de 50 mil metros quadrados em Mauá para operações logísticas.

Informações à Imprensa
Secretaria de Comunicação – Divisão de Jornalismo
Telefone: 4348-1043

Att,
 Thiago Krauss
 Secom – PMSBC
 (11) 4348-1043 – Ramal: 2317

SÃO BERNARDO

DO CAMPO

De: Leandro Henrique [mailto:geoleandro@yahoo.com.br]
Enviada em: quarta-feira, 14 de dezembro de 2011 08:33
Para: imprensa
Assunto: Dados SBC - confirmação

O e-mail foi recebido?
Obrigado
Leandro

Olá

Escrevo para solicitar alguns dados para minha pesquisa de mestrado em geografia humana na Universidade de São Paulo.

As informações são as seguintes:

- 1) Leis ou Decretos que autorizaram doações de terrenos ou isenções fiscais a empresas automobilísticas, como Volkswagen, Ford ou Mercedes-Benz ou qualquer outra grande Indústria multinacional a partir de 1950.
- 2) Empresas que receberam incentivos fiscais no governo Luis Marinho, como não pagamento de IPTU, Ex. Tech Comércio de Aços.

Desde já agradeço
Leandro Henrique

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
Secretaria de Finanças

Ofício nº. 24/2012 – GSF

São Bernardo do Campo, 2 de julho de 2012.

Assunto: Solicitação de Informações Públicas

Prezada Senhora,

Em atendimento à sua solicitação acima referenciada, encaminhamos as informações prestadas pelo nosso Departamento da Receita.

Pela oportunidade renovamos os protestos de elevada estima e consideração, nos colocando à disposição para quaisquer outros esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

JORGE ALANO SILVEIRA GARAGORRY
Secretário de Finanças

Ilma Sra.
MARIA ADÉLIA APARECIDA DE SOUZA
DD Professora Titular de Geografia Humana da USP
Av. Professor Lineu Prestes Prestes, 338 - Butantã
05508-900 – São Paulo – SP

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE FINANÇAS – DEPARTAMENTO DA RECEITA

Ref. Solicitação de Informações Públicas – Universidade de São Paulo – USP.

Ao

GSF

Senhor Secretário,

Em atenção a solicitação formulada pela Profª Maria Adélia Aparecida de Souza, Orientadora do Programa de Geografia Humana da USP, vinculada a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, esclarecemos que trata-se de pedido de informações relativas a incentivos seletivos concedidos a contribuintes estabelecidos no Município de São Bernardo do Campo, nos termos do disposto na Lei Municipal nº 5.570, de 31 de agosto de 2006, alterada pela Lei nº 5624/2006 e, regulamentada pelo Decreto nº 16.091/2007.

Objetivando atender o quanto solicitado, elaboramos relatório detalhando as empresas contempladas no período de **2009 a 2012** (parcialmente), e os respectivos valores usufruídos, por cada uma das empresas, relativamente ao **IPTU, ISSQN e TAXAS**, conforme previsto na referida legislação.

Assim, remetemos o presente a V.Sa. para fins de ciência e adoção das medidas cabíveis no que tange a elaboração da respectiva resposta a interessada, ou se for o caso, ao seu orientado, devendo ser encaminhado na oportunidade, cópia do relatório onde constam as informações técnicas solicitadas.

SF.1, em 02 de julho de 2012.

FERNANDO JOSÉ DE CAMPOS
 Diretor do Departamento da Receita

Paulo F. Rodrigues Jr.
 Auditor Fiscal de Rendas Municipais

RECEBIDO	
Data	02/07/2012
Horas	14:30
Ass.	Rosana
GCF - GABINETE DO SECRETÁRIO DE FINANÇAS

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE FINANÇAS - DEPARTAMENTO DA RECEITA

INCENTIVO FISCAL SELETIVO - LEI MUNICIPAL 5.570/2006

(alterada pela Lei Municipal nº 5.624/2006 - Decreto nº 16.091/2007)

ROL DE EMPRESAS BENEFICIADAS E VALORES EFETIVAMENTE USUFRUÍDOS

TOTAL EMPRESAS	23
TOTAL USUFRUÍDO	R\$ 14.267.396,21

EMPRESA	IPTU (2009 a 2012)	TAXAS (2009 a 2012)	ISS (2009 a 2012)	TOTAL EMPRESA
BELGA COMERCIAL DE VIDROS LTDA	R\$ 34.100,08	R\$ 10.361,40	R\$ -	R\$ 44.461,48
COOKSON ELECTRONICS BRASIL LTDA	R\$ 115.799,76	R\$ 6.226,22	R\$ -	R\$ 122.025,98
COOP COOPERATIVA DE CONSUMO	R\$ 222.748,13	R\$ 7.058,54	R\$ -	R\$ 229.806,67
CORP COBRANÇA EXTRAJUDICIAL LTDA - EPP.	R\$ -	R\$ -	R\$ 12.363,24	R\$ 12.363,24
D.J. INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.	R\$ 14.722,19	R\$ 14.860,56	R\$ -	R\$ 29.582,75
FIBAM COMPANHIA INDUSTRIAL	R\$ 211.405,23	R\$ 24.719,63	R\$ -	R\$ 236.124,86
INDÚSTRIA METALPLÁSTICA IRBAS LTDA	R\$ 123.185,21	R\$ 32.718,00	R\$ -	R\$ 155.903,21
INOX TECH COMERCIO DE AÇOS INOXIDÁVEIS LTDA.	R\$ 103.806,00	R\$ 72.935,84	R\$ -	R\$ 126.741,84
INTERGRAF INDÚSTRIA GRÁFICA LTDA	R\$ 27.945,36	R\$ 6.179,04	R\$ 7.704,65	R\$ 41.829,05
KRUTH DO BRASIL LTDA.	R\$ 3.226,44	R\$ 666,60	R\$ 17.848,24	R\$ 21.741,28
LAVRITA ENGENHARIA CONSULT. EQUIP. IND. LTDA	R\$ 127.606,27	R\$ 15.521,79	R\$ -	R\$ 143.128,06
MACRON INDÚSTRIA GRÁFICA LTDA.	R\$ 311.176,97	R\$ 25.523,78	R\$ -	R\$ 336.700,75
MAIILE METAL LEVE S/A	R\$ 130.858,27	R\$ 21.447,96	R\$ -	R\$ 152.306,23
MIX INDÚSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA	R\$ 18.585,40	R\$ 4.917,24	R\$ -	R\$ 23.502,64
SISCOM SISTEMA DE COBRANÇA MODULAR LTDA	R\$ -	R\$ -	R\$ 479.223,96	R\$ 479.223,96
SRG COBRANÇA EXTRAJUDICIAL LTDA - EPP.	R\$ -	R\$ -	R\$ 12.275,61	R\$ 12.275,61
SMC PNEUMÁTICOS DO BRASIL LTDA	R\$ 831.370,40	R\$ 89.611,71	R\$ 127,62	R\$ 921.109,73
TECNOPLÁSTICO BELFANO LTDA	R\$ 506.584,19	R\$ 17.222,58	R\$ -	R\$ 523.806,77
THOMAS GREG & SONS GRÁFICA IND.COM.IMP.EXP. DE EQUIPAMENTOS LTDA.	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.071.090,11	R\$ 2.071.090,11
TOLEDO DO BRASIL IND. DE BALANÇAS LTDA.	R\$ 561.338,50	R\$ 24.018,23	R\$ 865.376,95	R\$ 1.450.733,68
TOYOTA DO BRASIL LTDA.	R\$ 4.258.823,88	R\$ 125.629,20	R\$ -	R\$ 4.384.453,08
VOITH SERVIÇOS INDUSTRIAIS DO BRASIL LTDA	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.471.153,46	R\$ 1.471.153,46
WEG EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS S/A	R\$ 1.006.452,05	R\$ 57.026,71	R\$ 213.853,01	R\$ 1.277.331,77
TOTAL	R\$ 8.609.734,33	R\$ 506.645,03	R\$ 5.151.016,85	R\$ 14.267.396,21

TERMINOLOGIA:

IPTU: Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano

TAXAS: Taxa de Conservação de Vias e Logradouros

Taxa de Coleta de Lixo

Taxa de Prevenção e Extinção de Incêndios

Taxa de Fiscalização de Funcionamento

Taxa de Fiscalização de Publicidade

ISSQN: Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza

SF-1 - DEPARTAMENTO DA RECEITA - JUNHO/2012